

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais

**O ESTADO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA,
ECOLÓGICO-AMBIENTAL E TECNOLÓGICO-CIENTÍFICA: O
CASO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, DO MEIO
AMBIENTE E DAS PATENTES DE BIOTECNOLOGIA .**

Glauco Avelino Sampaio Oliveira

1997

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O ESTADO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO
ECONÔMICA, ECOLÓGICO-AMBIENTAL E
TECNOLÓGICO-CIENTÍFICA: O CASO DO
COMÉRCIO INTERNACIONAL, DO MEIO AMBIENTE
E DAS PATENTES DE BIOTECNOLOGIA .**

GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. EDUARDO JOSÉ VIOLA

**Dissertação apresentada à
Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Relações
Internacionais.**

Brasília - DF, 09 de julho de 1997

**O ESTADO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO
ECONÔMICA, ECOLÓGICO-AMBIENTAL E
TECNOLÓGICO-CIENTÍFICA: O CASO DO
COMÉRCIO INTERNACIONAL, DO MEIO AMBIENTE
E DAS PATENTES DE BIOTECNOLOGIA .**

GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. EDUARDO J. VIOLA

*Dissertação
apresentada ao
Departamento de Relações
Internacionais da
Universidade de Brasília
como requisito parcial
para obtenção do grau de
Mestre em Relações
Internacionais*

Aprovada em 09 de julho de 1997

Banca:

Prof. Dr. EDUARDO JOSÉ VIOLA (**orientador**)

Prof^ª. Dr.^a MÔNICA HERTZ (**examinadora**)

Prof. Dr. MARCUS FARO DE CASTRO (**examinador**)

Prof. Dr. TOMAS GUEDES DA COSTA (**examinador**)

**O ESTADO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO
ECONÔMICA, ECOLÓGICO-AMBIENTAL E
TECNOLÓGICO-CIENTÍFICA: O CASO DO
COMÉRCIO INTERNACIONAL, DO MEIO AMBIENTE
E DAS PATENTES DE BIOTECNOLOGIA .**

GLAUCO AVELINO SAMPAIO OLIVEIRA

Dissertação apresentada à
Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Relações
Internacionais

Banca Examinadora: Prof. Dr. Eduardo José Viola (orientador); Prof^a. Dr.^a Mônica Hertz (examinadora); Prof. Dr. Marcus Faro de Castro (examinador); Prof. Dr. Tomas Guedes da Costa (examinador).

Palavras-chave: política internacional, relações internacionais, políticas públicas, processos de globalização, Estado-nação, comércio internacional, meio ambiente, ciência e tecnologia, propriedade intelectual, patentes de biotecnologia, Organização Mundial do Comércio (OMC), Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS), Lei n.º 9.279.

Key Words: international politics, international relations, public policy, process of globalization, Nation-state, international trade, environment, science and technology, intellectual property, patents of biotechnology, World Trade Organisation (WTO), Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), Law n.º 9.279.

Resumo

A dissertação constrói um quadro analítico-conceitual a respeito de como o Estado-nação tem se adaptado e respondido aos problemas e estímulos da globalização nos campos econômico, científico-tecnológico e ecológico-ambiental. A idéia básica é mostrar como a globalização tem modificado a posição relativa do Estado-nação nas relações internacionais e na condução de políticas públicas.

O primeiro capítulo analisa esses três processos de globalização (econômico, científico-tecnológica e ecológico-ambiental) e, de forma geral, qual seu impacto sobre o Estado-nação. O segundo capítulo revisa a literatura de Teoria das Relações Internacionais, e a literatura de Teoria Política, como essas interpretam os processos de globalização analisados. Procura-se utilizar os subsídios explicativos da Economia Política Internacional mas chega-se a conclusão que diversas ferramentas teóricas são necessárias para compreender as transformações contemporâneas. Finalmente, para ilustrar esse quadro conceitual, o terceiro capítulo reporta-se, brevemente, ao problema do comércio internacional e do meio ambiente, com especial atenção no comércio internacional de patentes de biotecnologia. Assim, o trabalho faz uma descrição do estado da arte dessa questão no cenário internacional contemporâneo (o tratado Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Comércio e o contencioso Brasil/EUA) e qual sua influência sobre o quadro interno do Brasil - a questão da biotecnologia na Lei nº 9.279 sobre propriedade intelectual.

Abstract

The dissertation builds an analytic-conceptual framework around the modifications of the Nation-state to adapt and respond to the problems and stimulus of globalization in the economic, scientific-technological and ecological-environmental fields. The basic idea is to show how globalization has been modifying the relative position of the Nation-state in the international relations and in the carrying on of public policies.

The first chapter analyses these three processes of globalization (economic, ecological-environmental and scientific-technological) and their impact over the Nation-State. The second chapter reviews the International Relations Theory, and the Political Theory, in relation to the analysed phenomena. An attempt is made to use ideas from International Political Economy to explain them,, but it is concluded that various theoretical tools are required in order to account for the contemporary transformations. Finally, to illustrate this conceptual framework , in the third chapter the problem of international trade and environment is briefly reported, which special attention to the international trade of biotechnological patents. Thus, the text describes the *state of the art* on this question in the contemporary international scenario (the treaty Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights in the World Trade Organisation and the Brazil/USA controversy) and their influence over the Brazilian internal affairs - the question of biotechnology in the Law no. 9.279 on intellectual property.

Agradecimentos

A elaboração de um trabalho intelectual do porte de uma dissertação de mestrado exige, acima de tudo, perseverança e esforço individual. Felizmente, fui bem sucedido, finalizando, assim, um ciclo de minha vida. Todavia, sem a ajuda de várias pessoas e instituições não teria sido capaz. Sou grato a todos aqueles que contribuíram para que eu atingisse essa meta.

AGRADEÇO:

- * Ao Prof. Eduardo Viola, meu orientador, grande incentivador intelectual e amigo.
- * Ao Prof. Tomas Guedes, que me acompanha desde a graduação.
- * Aos demais professores e funcionários do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais.
- * Aos colegas e amigos do Mestrado, em especial, Cristiane, Cláudia, Lincon e Jimmy.
- * Ao CNPq, por ter me concedido a Bolsa de Mestrado, fundamental para um jovem em início de carreira.
- * Aos colegas e amigos das carreiras de Analista de Informações e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- * Aos colegas da Sub-secretaria de Inteligência, do Ministério da Saúde e do Ministério do Planejamento e Orçamento, ambientes de trabalho nos quais tentei e tento aplicar no dia a dia meus conhecimentos acadêmicos.
- * Ao apoio inestimável da minha família e de meus amigos
- * À Karla, a quem eu devo muito da minha felicidade e equilíbrio.

Índice

Introdução:

09

Capítulo 01:

Globalização Econômica, Globalização Ecológico-Ambiental e Globalização Científico Tecnológica

14

Globalização Econômica

14

O desenvolvimento da ordem econômica internacional no pós-guerra

14

O quadro dos anos noventa

23

Globalização Ecológico-Ambiental

33

Globalização Tecnológico-Científica

48

Capítulo 02:

Elementos Conceituais da Teoria das Relações Internacionais sobre a Globalização e sobre a posição do Estado.

59

Capítulo 03:

Comércio Internacional, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: o caso das patentes de biotecnologia.

89

Comércio Internacional e Meio Ambiente nos anos 90

90

Propriedade Intelectual de Patentes de Biotecnologia.

98

Conclusão e Considerações Finais:

112

Bibliografia:

115

Introdução

A década de noventa tem sido caracterizada pelo fenômeno histórico da globalização. Embora esse não seja recente, sua profundidade e amplitude se aceleraram nos últimos anos com características peculiares. A globalização do final do século XX tem desdobramentos mais amplos do que o simples conteúdo econômico muito veiculado pelos meios de comunicação e pela literatura atual. Além vertente econômico-financeira, pretendemos abordar nesse trabalho as vertentes tecnológico-científica e ecológico-ambiental. A primeira idéia que se assume nesse trabalho, portanto, é que o conceito “*globalização*” é multidimensional.

Uma das características básicas do fenômeno globalização do final do século XX, que o diferencia de processos similares de outras épocas, é a diminuição da autonomia do Estado para condução de políticas públicas e a diminuição de seu poder relativo diante do surgimento de outros atores e forças no cenário internacional. Na verdade, o próprio cenário internacional não é mais apenas “internacional” mas sim “transnacional”, na medida em que os atores não se resumem apenas a Estados-nação soberanos. Hoje o cenário é composto também por forças e atores autônomos aos Estados tais como o mercado, as organizações internacionais, as empresas transnacionais e mesmo os indivíduos. Como consequência, evidencia-se uma série de fenômenos que afetam a autonomia do Estado. Por exemplo, a dificuldade de condução de políticas macroeconômicas devido a mercados financeiros globalizados; a negociação com empresas transnacionais para aquisição de tecnologia; o diálogo com organizações não governamentais ou organismo internacionais para adoção de políticas ambientalistas; etc

A dissertação pretende descrever como o Estado tem seu campo de atuação modificado e limitado frente aos processos de globalização mencionados (econômico, científico-tecnológico e ecológico-ambiental). Entretanto, pretende-se colocar de antemão que este ainda é o ator mais forte do contexto internacional.

Em suma, a premissa básica deste trabalho é que os fenômenos contemporâneos aqui analisados têm modificado a posição relativa do Estado-nação tanto na arena externa, que se expressa nas relações internacionais dos países, quanto na arena interna, ou seja, na condução de políticas públicas.

As relações internacionais em um mundo globalizado diferem bastante do antigo sistema westphaliano caracterizado pelo predomínio de unidades autônomas e soberanas.

Hoje não existe uma superação absoluta do modelo hobbesiano-maquievélico tradicional da teoria das Relações Internacionais, mas este modelo passa a coexistir com novas dinâmicas, mais complexas. Estas novas realidades se expressam também no campo da política interna. Na verdade, com a globalização há uma aproximação entre as esferas interna e internacional da política. Daí surge outra idéia básica deste trabalho: os fenômenos da globalização afetam a condução de políticas públicas tornando estas mais complexas e dependentes de variáveis internacionais.

Com efeito, os pontos que pretendemos abordar (comércio internacional, meio ambiente e patentes de biotecnologia) relacionam-se com as dinâmicas de globalização (econômica, ecológico-ambiental, científico-tecnológica) e afetam a posição relativa do Estado nacional nas Relações Internacionais e na formulação de políticas públicas de diversas maneiras que procuraremos descrever ao longo do texto. Como prévia pode-se mencionar alguns aspectos:

a) O crescimento da temática ambiental nas relações internacionais ao longo dos últimos vinte anos é notório. Desde os debates do Clube de Roma nos anos sessenta, passando pela Conferência de Estocolmo em 1972, a divulgação do Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Brundtland em 1987, culminando com a ECO 92 no Rio a importância desse tema vêm num crescendo. Problemas como o aquecimento global, perda da camada de ozônio, desflorestamento e perda da biodiversidade, entre outros, têm despertado o interesse dos atores internacionais, sejam eles ONGs, Estados-nação, empresas transnacionais e mesmo indivíduos. O tema “Meio Ambiente” é hoje um dos itens mais prementes da agenda global, capaz de suscitar muitos conflitos e cooperação. É, ainda, um exemplo clássico de uma área onde o Estado tem perdido a capacidade de atuar de maneira autônoma. Assim, pretendemos explorá-lo a partir da premissa de diminuição do poder estatal. Dentro do tema “meio ambiente”, o subtema biodiversidade tem sido muito discutido devido aos seus desdobramentos éticos e estéticos (extinção de espécies e de seu habitat natural), mas também por seus desdobramentos econômicos (a possível exploração do vasto material genético da biodiversidade para aplicação na medicina e na agricultura, por exemplo). Portanto, ao longo do texto, vamos enfatizar o ponto referente a biotecnologia: de que maneira o desenvolvimento ou aquisição desta tecnologia influencia a posição do Estado nas relações internacionais contemporâneas, particularmente nas relações econômicas internacionais e como deve ser conduzida a política científica de um país para que este desenvolva conhecimento nessa área de ponta.

b) Paralelamente ao crescimento do tema ambiental, as relações internacionais passaram por mudanças substanciais ao longo desse período. Observou-se o fim do sistema bipolar e a transição para um sistema ainda incerto, caracterizado pela unipolaridade no campo militar (EUA) e a multipolaridade no campo econômico (EUA, Japão e Alemanha). No campo econômico se configuram processos de globalização e regionalização. Por um lado há um processo de abertura econômica e fortalecimento do livre comércio multilateral, patrocinado pelas instituições de Bretow Woods e a recém criada Organização Mundial de Comércio; por outro lado, há um processo de integração em blocos regionais de comércio. Nesse novo sistema internacional os conflitos parecem nascer de questões econômicas (a luta por mercados, por tecnologias competitivas, por investimentos), ao contrário da ordem anterior cujo principal motivo de tensão eram os conflitos militares. Observa-se também o crescimento da importância das empresas transnacionais e a rivalidade destas e dos seus países e blocos de origem (EUA, Japão e Europa). Nesse contexto competitivo, o comércio internacional passa a ser uma variável de suma importância dentro do sistema internacional. O desenvolvimento e aquisição de métodos científicos e tecnológicos capazes de conferir competitividade externa para um país também. Portanto, sob o ponto de vista da competitividade do comércio internacional, a biotecnologia, por ser uma tecnologia de ponta, é um tema que merece atenção.

Esses são alguns pontos que pretendemos discutir ao longo do trabalho.

Para mostrar este quadro geral, a dissertação se organiza em três capítulos.

No primeiro capítulo pretende-se fazer uma análise descritiva relativamente abrangente dos processos de globalização. Na parte referente à globalização econômica são abordados os aspectos financeiro, comercial e produtivo. Essa, que é dimensão mais antiga em curso, acelerou-se muito desde o final da segunda guerra mundial e teve sua amplitude e alcance aprofundados nas últimas décadas devido a vários fenômenos que serão matéria de comentários. Por hora é importante mencionar que fenômenos políticos foram fundamentais para que a globalização econômica avançasse, podemos citar a Guerra Fria, seu início e fim. Na parte referente a globalização ecológico ambiental vamos cobrir as dinâmicas da política ambiental global que muito têm afetado a posição relativa do Estado. Examinam-se fenômenos como a expansão da consciência ambiental transnacional, o avanço das ameaças ambientais transnacionais, etc. Finalmente na terceira parte do capítulo vamos abordar as questões da globalização científico-

tecnológica. Dimensão com dinâmica própria, embora muito relacionada à vertente econômica devido a fatores que serão examinados como: a crescente importância mercantil das atividades científicas e a aceleração tecnológica e produtiva das descobertas da ciência. Enfim, a idéia geral desse capítulo é fazer uma discussão aprofundada de como se operam esses processos de globalização, em especial nas questões relacionadas ao comércio internacional, ao meio ambiente, à ciência e a tecnologia e às patentes de biotecnologia.

Toda essa abordagem descritiva e empírica da realidade contemporânea internacional será balizada por aspectos teórico-conceituais da Teoria Política, sobretudo da Teoria das Relações Internacionais. Pretende-se colocar, no capítulo II, como a TRI tem percebido as mudanças decorrentes dos fenômenos de globalização e procurado desenvolver novos paradigmas explicativos para abordá-los. Dentro do amplo espectro da TRI, pretende-se centrar a análise numa corrente teórica que tem se desenvolvido bastante nos últimos anos - a Economia Política Internacional. Além desta, vamos abordar amplamente vertentes mais gerais que tratam do fenômeno da “Globalização”. Enfim, o objetivo é mostrar o debate conceitual dentro da TRI para tentar explicar os fenômenos da globalização e o papel do Estado no contexto internacional e nacional.

É importante colocar que a TRI nasceu sobre a égide do Estado nacional como ator único das Relações Internacionais e com a ênfase em aspectos de segurança e defesa militar (o estudo das causas da guerra). O fenômeno da globalização traz, portanto, desafios para a teorização na disciplina Relações Internacionais que tem seus paradigmas principais bastante modificados. A TRI precisa rever tanto o papel do Estado *vis à vis* o surgimento de outros atores e forças transnacionais, como o deslocamento da atenção para temas econômicos e sociais. Enfim, a correlação de temas como comércio internacional, meio ambiente, ciência e tecnologia coloca desafios para a Teoria das Relações Internacionais, pois eram anteriormente vistos como de natureza inferior (*low politics*) em comparação a temas mais importantes (*high politics*) de desdobramento militar e de segurança.

A partir da abordagem analítico-descritiva do capítulo I, e da abordagem teórico-conceitual do capítulo II, pretende-se fechar o foco na questão do comércio internacional e do meio ambiente, mais especificamente, no comércio que envolve propriedade intelectual derivada de patentes de biotecnologia. Esse problema é para nós um exemplo

claro no qual se interrelacionam as três vertentes de globalização analisadas na dissertação.

Enfim, pretende-se no capítulo III fazer uma discussão geral do estado da arte da problemática do comércio internacional e do meio ambiente, com ênfase no comércio de patentes de biotecnologia como exemplo dos processos de globalização analisados e, a partir desse quadro, vamos nos ater ao exemplo brasileiro. Pretende-se mostrar que as dinâmicas da globalização promoveram mudanças no tratamento internacional ao assunto e se refletiram no Brasil. Cada vez mais a propriedade intelectual de setores emergentes, como a biotecnologia, passou a ser valorizada no mercado e pelos países. Em consequência, houve uma modificação no ordenamento jurídico internacional relativo a esse tema. Por sua vez, o Brasil se viu afetado por essas novas dinâmicas. Por um lado, há a aprovação do “Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights” - Trips no âmbito da Organização Mundial de Comércio que impeliu o país a consagrar as novas práticas internacionais de proteção a propriedade intelectual na lei 9.279. Por outro, a questão da biotecnologia envolve uma série de aspectos aos quais o país precisou se adaptar para se inserir no novo cenário globalizado. Finalmente, na questão da propriedade intelectual e das patentes não se pode deixar de mencionar a importância do contencioso Brasil/Estados Unidos, bastante estudado pela literatura recente. Todavia, nossa abordagem não pretende enfatizar a questão do contencioso em si, mas sim analisá-lo como mais um conteúdo dentro do amplo quadro dos processos de globalização.

- Capítulo 1 -

Globalização Econômica, Globalização Ecológico-Ambiental e Globalização Científico-Tecnológica .

No presente capítulo pretende-se traçar um panorama do que se entende por globalização nos seus conteúdos econômico, científico-tecnológico e ecológico-ambiental. Iniciar-se-á pela globalização econômica fazendo um breve histórico desde o pós guerra para então abordar o quadro contemporâneo nos aspectos do comércio internacional, incluindo aspectos dos blocos comerciais, empresas transnacionais, produção, finanças internacionais etc. Logo após, discorrer-se-á sobre as principais questões da chamada globalização ecológico-ambiental como: aumento dos problemas ecológicos transfronteiriços, expansão da consciência ambiental global, etc. Finalmente, será colocado o aspecto científico-tecnológico do processo de globalização que embora tenha conexões estreitas com as duas vertentes já mencionadas, possui características próprias como surgimento de tecnologias novas (biotecnologia, robótica, redes de informação), aceleração do nível de inovações, etc. No próximo capítulo pretende-se mostrar qual o papel do Estado nesse processo, dentro do marco conceitual da Teoria Política e, sobretudo, da Teoria das Relações Internacionais.

Globalização Econômica

O desenvolvimento ordem econômica internacional no pós-guerra

Após o fim da 2^a Guerra Mundial o mundo se viu configurado em uma ordem bipolar no ponto de vista militar-estratégico, na qual as potências hegemônicas eram Estados Unidos e União Soviética. Entretanto, do ponto de vista econômico somente um país saiu daquele conflito em situação supremacia. Com efeito, os Estados Unidos eram a única potência nessa área pois sua economia sobrepunha em muito as economias dos outros países do mundo, tanto dos países vencidos como dos países vencedores (Kennedy, 1987; Hobsbawn, 1995).

Mesmo considerando que a economia soviética tinha tamanho e complexidade e tinha passado por um crescimento extraordinário na década de 1930, e que os arrasados países europeus (Alemanha, Inglaterra e França) tinham economia industrial, os Estados

Unidos possuíam a supremacia plena pois a guerra não atingiu diretamente seu parque produtivo. Pelo contrário, na verdade o esforço de guerra, mediante a adoção de políticas keynesianas de pleno emprego, foi um estímulo para o crescimento da economia. Portanto, ao final do conflito a situação de era de unipolarismo econômico na qual apenas os Estados Unidos, país vencedor, foi capaz de montar uma estrutura de poder político-econômico em escala mundial. Esta estrutura era baseada na ideologia liberal que o país professava internamente como valor máximo e também visava adotar na sua política externa como forma de assegurar seus interesses.

Assim, as instituições de Bretton Woods foram construídas de maneira a fortalecer o livre fluxo de bens e de capital e tornar o capitalismo liberal a mola mestra do sistema internacional, rivalizando com a economia planificada do modelo socialista. A economia-mundo (Wallerstein, 1987) capitalista estava, a partir daquele período, sob a hegemonia dos Estados Unidos. A ideologia liberal norte americana, apesar da supremacia econômica e militar norte-americana, precisou de instituições que a legitimassem e também que monitorassem a economia internacional por meio de um sistema de regras e procedimentos aceitos internacionalmente (conhecidos na Teoria das Relações Internacionais como regimes, os quais serão abordados logo mais). A criação de uma ordem liberal no ponto de vista financeiro e comercial visava evitar a tentação protecionista e a política de “arruinar o vizinho” que caracterizou a economia mundial no período anterior à guerra e ajudou ao aumentar as tensões que levaram ao conflito. Visava também garantir o desenvolvimento, em um primeiro estágio, da Europa e posteriormente das demais regiões como América Latina e Sudeste Asiático e assim afastar a ameaça do comunismo representada pela URSS.

No aspecto financeiro foi criado o Fundo Monetário Internacional que visava corrigir os desequilíbrios macroeconômicos originados do desajuste cambial e da inconvertibilidade das moedas. Sob orientação dessa instituição foi montado um sistema financeiro internacional baseado na supremacia do dólar como moeda corrente, capaz de fornecer liquídes para as transações internacionais e conversível por ouro. A idéia era estabelecer uma “*Pax Americana*” financeira, ou seja, a confiança no dólar adivinha da supremacia da economia norte-americana, assim como, no século XIX a libra esterlina era a base do padrão ouro que permitiu o avanço do comércio na era da “*Pax Britânica*” (Eichengreen, 1996). O FMI assumiu o papel primordial de regulador do sistema

financeiro internacional e, de certa forma, também agia como Banco Central Internacional ao criar uma espécie de moeda, formada a partir de uma cesta de moedas nacionais (Direito Especial de Saque - DES), e um mecanismo de empréstimo que seria utilizado para corrigir situações de desequilíbrio macroeconômico. Portanto, o FMI também assumiu um papel de “*lender of last resort*”. O papel de regulador das contas nacionais e de fornecedor de crédito foi muito importante a partir dos anos oitenta quando o FMI monitorou o processo de ajuste estrutural e de negociação das dívidas externas dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina, como será considerado logo a seguir.

Foi criado também o BIRD (da sigla inglês Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial) que passou a agir como um banco fomentador de projetos de desenvolvimento fornecendo linhas de crédito para países com problemas de pouca capacidade de poupança interna. Sua ação iniciou-se na Europa arrasada pela guerra e posteriormente se espalhou para países da América Latina, África e Ásia. De uma maneira geral, tanto o FMI como o Banco Mundial foram e são instrumentos para a difusão de políticas liberais.

No pós-guerra a produção e o comércio mundiais conheceram um período de grande crescimento, ao ponto de Eric Hobsbawm chamá-lo de “Era de Ouro”. O comércio internacional foi uma das áreas que mais despontou crescendo até o final dos anos oitenta quatro vezes mais que a produção (Emmerij, 1992). A montagem de um regime internacional com intuito de expandir o livre fluxo de mercadorias foi necessária. No início tentou se criar uma instituição própria, a “Organização Internacional de Comércio”, entretanto as divergências entre Estados Unidos e os países europeus acerca do grau de liberalização a ser adotado dificultaram tal empreitada. Foi criado o “GATT” (da sigla em inglês General Agreement on Trade and Tariffs) uma assembléia que, vinculada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, reunia-se de tempos em tempos em “*panels*” para debater a situação do comércio internacional e estabelecer regras claras de procedimentos a serem tomados para diminuir as barreiras entre os países participantes.

Já na década de cinquenta (1958) o Banco Interamericano de Desenvolvimento, organismo financeiro internacional, foi criado para auxiliar projetos de desenvolvimento

na América Latina. Surgido a partir de reivindicações dos países latino-americanos, no âmbito da Operação Panamericana, em um contexto de Guerra Fria. Estes países advogavam maior atenção do governo americano para a erradicação da pobreza no subcontinente defendendo que o desenvolvimento econômico e social seria o mecanismo mais eficiente para evitar a ameaça comunista na região (Mello e Silva 1992).

Paralelamente a esse processo de montagem de uma nova ordem internacional liberal, o período do pós-guerra trouxe um grande “boom” de crescimento dos investimentos diretos de empresas norte-americanas na Europa. As companhias americanas foram beneficiadas pelo esquema de recuperação econômica dos Estados Unidos para a Europa, conhecido como “Plano Marshall, que injetou na fragilizada economia europeia 20 bilhões de dólares oficiais a fundo perdido (Van der Wee, 1984). Essa ajuda trouxe de volta o dinamismo à economia europeia e serviu também para motivar a competição das empresas europeias com as rivais norte americanas, o que foi efetuado com ajuda maciça dos governos dos países europeus.

O apoio dos governos europeus às suas empresas é um dos primeiro exemplos da atitude dos Estados frente a um inicial processo de globalização. Com efeito, em resposta à invasão de investimentos americanos foi pensada uma estratégia para capacitar a Europa a ter voz ativa nesse processo. A Comunidade Econômica Europeia, nascida em 1958 a partir do Acordo do Aço entre França e Alemanha, pode ser vista sob esse prisma. Os governos europeus perceberam a necessidade de ter uma postura ativa face os desafios da internacionalização da produção da época e procuraram promover a competitividade europeia, iniciando pela na indústria pesada (Van der Wee, 1984; Kennedy, 1987, Hobsbawn 1995) e posteriormente aplicando pesado em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) para capacitação tecnológica.

Fenômeno similar ocorreu nos países em desenvolvimento. Nesses países o processo de desenvolvimento do pós-guerra foi fortemente marcado pela participação estatal, seja como provedor de crédito, seja como agente produtivo. No caso do Brasil o Estado participou ativamente das atividades econômicas em indústrias de base como siderurgia e petróleo. A criação do BNDES em final de cinquenta é claro exemplo de que o Estado participava ativamente do processo como provedor de crédito e como indutor do processo (Martins, 1984; Nunes, 1983) . A estratégia de desenvolvimento brasileira foi

feita dentro de um modelo de endividamento estatal interno e externo (Santana, 1993) que conferiu grande dinamismo à sua economia. Na década de sessenta o Estado brasileiro soube jogar bem como os conflitos do capital internacional e conseguiu atrair indústrias de bens de consumo duráveis, como as automobilísticas européias, que proporcionaram um grande alavancagem da produção. A instalação de transnacionais em países do terceiro mundo foi uma tônica do cenário internacional nesse período (Tarzi, 1996).

O Japão e outras economias orientais no período pós-guerra também adotaram uma postura similar de participação estatal no planejamento e execução econômicos. No caso japonês, a partir da intervenção norte-americana que instituiu reformas para a melhoria da eficiência econômica, o Estado, mediante políticas de estímulo a competitividade formuladas pelo MITI - Ministry of International Trade and Technology, promoveu um modelo econômico baseado na exportação e na busca por mecanismos para absorção de tecnologias para produção de bens de consumo.

Enfim, o que se percebe como traço comum do pós-guerra é o Estado como ator importante para determinar políticas públicas de desenvolvimento, procurando jogar de forma proveitosa com os imperativos do processo de internacionalização da produção, mais tarde chamado de globalização.

O avanço do capitalismo mundial mediante a expansão do comércio internacional e do investimento direto nas duas décadas subsequentes à guerra *teve* fim com uma série de fenômenos no início dos anos setenta: o abandono da hegemonia do dólar americano, o choque do petróleo e a depleção ambiental. Estes fatos trouxeram uma nova visão, mais pessimista, do quadro internacional. Paradoxalmente, o fim da “Era de Ouro” não causou recrudescimento nos processos de globalização. Pelo contrário. Os dois primeiros fenômenos tiveram influência para o aumento da globalização econômica, como veremos nos próximos parágrafos, assim como o último, contribui para o aprofundamento da chamada globalização ecológico-ambiental que será estudada na segunda parte deste capítulo.

O fim da “Era de Ouro” teve como uma de suas causas principais os desequilíbrios macroeconômicos da economia norte-americana. De um lado, déficits

fiscais recorrentes causados pelos altos custos do investimento em defesa (Guerra Fria, Guerra do Vietnã). Por outro lado, déficits de balança comercial crescentes, devido ao dólar sobrevalorizado pela paridade com o ouro e ao aumento da competitividade no mercado internacional.

Em 1971 o Presidente Nixon, pressionado pelo desequilíbrio das contas nacionais, resolve abandonar a paridade dólar-ouro e desvaloriza a moeda norte americana, em um esforço para melhorar a competitividade dos produtos americanos frente aos europeus, japoneses e aos NICs (New Industrialized Countries). A desvalorização do dólar tem efeito sobre o sistema financeiro internacional provocando o livre flutuação das moedas, cujas taxas de câmbio eram anteriormente fixas definidas pela paridade dólar-ouro. Isto acaba por dificultar as transações internacionais e o mundo vive o início de um período de estagnação.

O período do início dos anos setenta foi marcado pelo ressurgimento de tendências protecionistas entre os países. Com efeito, a elevação do preço do barril de petróleo, em 1973 e 1978, pelos países produtores, provocando a “crise do petróleo”, contribuiu para o aumento destas tendências. O aumento do preço dessa matéria prima no mercado internacional provocou uma pressão sobre as contas externas nas economias industriais ocidentais que passaram a adotar políticas mais restritivas e mais cautelosas em um esquema de comércio administrado. Ademais, no início dos anos setenta a desvantagem relativa de Europa e Japão frente a economia norte-americana, característica do período pós-guerra, já tinha diminuído. Com o aumento da competitividade entre os três pólos da economia mundial, teve início uma tendência para uma configuração geoeconômica em blocos regionais de comércio que aumentou no fim dos anos oitenta e início dos noventa.

A elevação do preço do petróleo teve como outra consequência o aumento da liquidez da economia mundial, provocando modificações substanciais no sistema financeiro internacional. O dinheiro recebido pelos países produtores de petróleo foi depositado em bancos norte-americanos na Europa. Estes bancos vinham se instalando desde os anos cinquenta, beneficiados pela legislação bancária mais flexível e pelas vantagens fiscais do mercado europeu, criando o mercado de Euromedas. Assim, o dinheiro dos superavitários países produtores de petróleo aumentou a oferta de crédito e

diminuiu as taxa de juros no mercado internacional, contribuindo, sobremaneira, para o financiamento do processo de desenvolvimento dos NICs, sobretudo na América Latina.

Países como Brasil, México e Argentina empreenderam na década de setenta políticas de endividamento externo maciço para financiar projetos de financiamento, sobretudo em obras de infra-estrutura como estradas, ferrovias, usinas hidrelétricas e nucleares. Estado nesses países foi o principal agente indutor do desenvolvimento econômico, não somente mediante o fornecimento de crédito mas, principalmente, como participante nas atividades produtivas por meio de empresas estatais. Nesse período, as empresas multinacionais continuaram sua expansão nesses países montando plantas de produção, estimuladas pelas altas taxas de investimento dessas economias e pela má situação das economias industriais do Norte.

Enfim, o período da década de setenta foi fundamental para o aumento do processo de globalização econômica pois se por um lado o comércio internacional passou por momentos de vacilação, por outro lado houve uma expansão dos mercados financeiros internacionais e aumento do investimento direto das multinacionais em vários países.

Nos anos oitenta, uma série de fenômenos permitiu o avanço dos mercados financeiros globais e a expansão do capital produtivo, incentivados por políticas de desregulação e de liberalização nos países desenvolvidos e industrializados (Drucker, 1986). Essa tendência, que se iniciou na Inglaterra da Primeira Ministra Thatcher e nos Estados Unidos com o Presidente Reagan, coincidiu com o fim do “Welfare State”, ou seja, o Estado provedor do bem estar social tenderia a recuar devido a necessidade de equilíbrio das contas nacionais cujo desajuste estava gerando processos inflacionários. Houve também uma reestruturação produtiva caracterizada pela privatização e pela maior participação da setor privado em atividades antes controladas por empresas estatais como: transportes públicos, energia, telefonia, em suma, áreas de infra-estrutura. Ademais, a desregulamentação dos mercados financeiros nesses países significou maior liberdade para o fluxo de capitais internacionais. Tudo isso fez com que o capital internacional, produtivo e financeiro, se concentrasse novamente nos países desenvolvidos, revertendo o processo de fluxo de créditos.

Nos anos oitenta surge, então, o problema da escassez mundial de poupança, originando a “Crise da Dívida Externa” que assolou os NICs, sobretudo os latino-americanos. O Presidente do Banco Central americano - FED, Paul Volcker, seguindo o receituário ortodoxo, decide majorar a taxa de juros como medida para conter a inflação nos Estados Unidos, que ultrapassara a marca de dois dígitos no final dos anos setenta. Havia também o intuito de financiar o déficit fiscal norte americano atraindo capitais estrangeiros, advindos principalmente de outros países desenvolvidos como Japão. Como consequência, houve um aumento da taxa de juros LIBOR do mercado internacional, que regulava as dívidas dos países em desenvolvimentos. O serviço das dívidas desses países cresceu dramaticamente, obrigando muitos países a choques de contenção de importações e esforços para se conseguir superávites comerciais.

O choque da dívida externa coincidiu com o fim de um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo endividamento interno e externo do Estado, em um processo similar ao que ocorrera nos países desenvolvidos. A crise do modelo de endividamento estatal provocou desdobramentos externos que se expressaram na incapacidade de honrar os compromissos financeiros internacionais, ao ponto de alguns países declarem moratória unilateral, como o México em 1982 e o Brasil em 1985. Do ponto de vista interno, o endividamento do Estado provocou desequilíbrio monetário que gerou processos inflacionários altíssimos. Com efeito, os países precisavam cobrar o “imposto inflacionário” para sustentar suas dívidas em um processo de ciranda financeira, que penalizou as camadas mais desprotegidas da população sem acesso ao mercado financeiro, ao mesmo tempo que se adotavam políticas recessivas. Esse período ficou conhecido como “estaginflação”.

Os países em desenvolvimento procuraram então empreender processos de ajuste estrutural em suas economias: planos e políticas econômicas monitorados pelo FMI e pelo Banco Mundial, que visavam diminuir a intervenção do Estado na economia, incentivar processos de privatização, reduzir os controles sobre os fluxos de capitais transnacionais, aumentar a abertura ao comércio internacional, estabelecer o valor real da moeda nacional e o equilíbrio monetário, enfim, liberalizar e desregularizar a economia de uma maneira geral (Haggard, 1996). Esse processo de ajuste foi conhecido como Consenso de Washington e significou mais um aspecto do avanço do processo de globalização na América Latina e no mundo em desenvolvimento, pois cada vez mais o

mercado impôs seus imperativos em um processo de internacionalização e ocidentalização da economia mundo.

Devido às pressões externas e à decadência do Estado como indutor do desenvolvimento, a década de 1980 foi apelidada de “década perdida” por muitos estudiosos latino americanos. Em muitos países esses fenômenos contribuíram para um quadro de grande ingovernabilidade no qual o Estado perdeu o controle não somente da gestão econômica mas também das sociedades e da administração pública (O’Donnell, 1993). Entretanto é necessário fazer distinções dentro da América Latina. Em um grupo de países houve diminuição da governabilidade, estagnação econômica e retrocesso nos níveis materiais de vida, nesse grupo incluem-se Argentina, Peru, Venezuela. Em outros países, por maiores que tenham sido as dificuldades, dados brutos mostram que mesmo nessa década houve avanço no crescimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população (Brasil e México). Em países como Chile houve avanço econômico e aumento da renda per capita. Esse país nos anos oitenta, adotou um modelo com abertura econômica e rigidez política diferindo do restante de América Latina e aproximando-se dos NICs asiáticos.

O avanço dos chamados tigres asiáticos foi maior, muitos argumentam, pois o seu modelo de desenvolvimento, embora com grande participação estatal (Haggard e Chang, 1996), foi voltado para o mercado exterior visando a competitividade. A questão é que os Estados do Sudeste Asiático, aproveitando-se de variáveis políticas externas, como a defesa contra o comunismo, empreenderam políticas mais adaptadas aos processos de globalização econômica.

Fazendo um breve aparte teórico nestes capítulos. Embora sejam os fenômenos correlacionados, importante colocar que o processo de globalização nos países do terceiro mundo não pode ser confundido com o neoliberalismo. Segundo alguns autores, o avanço da democracia e do capitalismo, os cânones do neoliberalismo, foi uma constante nas últimas décadas (Fukuyama, 1992). Mas, como foi citado, os países asiáticos, por exemplo, souberam se abrir para os processos de globalização mesmo com Estados interventores na economia e com instituições pouco democráticas. Muito menos pode ser o fenômeno da globalização encarado como um projeto dos países desenvolvidos para efetuar um “congelamento do poder econômico mundial”. O fato é que a globalização

impõem desafios mesmo para os países avançados, como no caso da transnacionais estrangeiras nos EUA (Omestad, 1996). O processo de globalização pode ser encarado de forma ampla como um processo de ocidentalização do mundo em que se reúnem aspectos econômicos, sociais e políticos. Essas questões serão discutidas na parte teórica do texto. Passamos agora a descrever quais as principais características da globalização econômica nos anos noventa.

O quadro dos anos noventa

Os anos noventa iniciaram-se com um acontecimento crucial para o cenário internacional: o fim da configuração bipolar de poder que pautou a política internacional no pós-guerra. O ocaso da União Soviética como país rival dos Estados Unidos nos aspectos militar, político e ideológico e chamado fim do socialismo real no leste europeu tiveram desdobramentos do ponto de vista da economia política. Criaram-se algumas expectativas para que o capital internacional se dirigisse rapidamente para o leste europeu diminuindo a oferta na América Latina e no Sudeste Asiático mas estas não se consumaram. O fim da guerra fria e do confronto ideológico significou um aprofundamento da globalização: os países do leste passaram pelo mesmo processo de avanço do capitalismo e de ocidentalização que vinha ocorrendo com o resto do mundo.

A nova ordem internacional que hoje se configura é caracterizado pelo unipolarismo militar do Estados Unidos¹ e multipolarismo econômico, com EUA, Japão e Alemanha dividindo a supremacia da tecnologia e dos mercados. Os processos de globalização coexistem com, determinam e são determinados por essas configurações de poder.

De uma maneira geral pode se dizer que a principal característica do processo de globalização na década de noventa é o aprofundamento tendências que já vinham se desenhando nas décadas anteriores. Essas tendências dizem respeito ao quadro do comércio internacional, as questões dos fluxos financeiros, da internacionalização produtiva (que também será abordada na globalização tecnológica-científica) e das

¹1- Ainda que essa liderança militar seja compartilhada dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. Essa aliança militar estratégica tem caráter oligárquico, reúne países desenvolvidos do norte. O peso norte americano ainda é predominante, mas já vislumbram-se possibilidades de uma governabilidade global mediante a instituição de uma força militar de escopo planetário.

transformações estruturais nos países em desenvolvimento . Vamos analisar essas tendências.

O cenário do comércio internacional globalizado nos 90 caracteriza-se por dois aspectos fundamentais: a multilateralização empreendida no GATT, hoje Organização Mundial de Comércio-OMC, e o processo de regionalização em blocos de comércio (Bergstein, 1996).

Em relação ao arcabouço multilateral do GATT/OMC, percebe-se que a redução tarifária, bem sucedida na Rodada Kennedy e na Rodada Tóquio, não ocupou a atenção total na conclusão da Rodada do Uruguai. Embora esta rodada tenha discutido a liberalização dos produtos agrícolas e dos têxteis, novas questões como o comércio de serviços, propriedade intelectual, aspectos ambientais e trabalhistas passaram a fazer parte das discussões. A inclusão desses novos temas têm conexão com a mudança do paradigma produtivo hoje caracterizado por ser intensivo em conhecimento. Assim, o comércio internacional de serviços, informações e propriedade intelectual passa a envolver mais dinheiro que o fluxo de bens. Os países desenvolvidos pressionaram para a discussão desses assuntos pois possuem vantagens comparativas em áreas que envolvem tecnologias avançadas. Por sua vez, a inclusão de temas sociais como meio ambiente e cláusulas sociais demonstra que a globalização fez com que o comércio permeasse outras áreas que não econômicas. Ademais, a inclusão desses temas ocorre também devido a pressões dos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, que possuem normas ambientais e trabalhistas mais rígidas do que seus parceiros comerciais, que utilizam-se de uma espécie de *dumping* ecológico e social

A título de esclarecimento é importante colocar quais são as principais características da ordem comercial multilateral discutidas no GATT e consolidadas no Organização Mundial de Comércio após a reunião conclusiva em Marrakesh em 1995

O processo de multilateralização no GATT hoje OMC caracteriza-se por três pilares básicos: redução de tarifas alfandegárias - as negociações visam fixar tetos máximos para produtos e sempre que possível reduzi-los; não-discriminação - um país signatário da OMC garante aos demais países membros status de nação mais favorecida e concorda em não discriminar os demais no controle da importação ou exportação;

transparência sobre barreiras não-tarifárias - a OMC requer que as barreiras “não-tarifárias” sejam transparentes para que parceiros comerciais possam diferenciar prontamente ações legítimas face ao interesse nacional das que são mero protecionismo (Wathen, 1993). Segundo alguns autores (Gilpin 1987), todo esse arcabouço só foi montado devido a liderança dos Estados Unidos, maior potência econômica desde o pós-guerra, para quem a ordem internacional liberal é favorável, e cujos efeitos benéficos podem se estender para outros os países do mundo. Para os defensores do “*laissez-faire*”, o liberalismo comercial beneficia a todos países, inclusive aqueles em processo de desenvolvimento.

Nos anos 70, com o declínio relativo da economia norte americana frente à Europa e ao Japão e com o problema energético da crise do petróleo, tendências protecionistas afloraram e a economia global passou a ser caracterizada pelos processos de regionalização (Moneta, 1993; Gilpin, 1993). O cenário econômico e político dos anos 90 tem se caracterizado pela extrema competitividade por mercados e investimentos globais entre as três áreas regionais lideradas Japão, EUA e Alemanha. Há uma dinâmica de grande “rivalidade”, na qual os três grandes procuram ajustar suas estratégias econômico-comerciais a suas esferas de influência regional, se resguardando, assim, da impossibilidade de acessar os outros mercados. A tendência a regionalização vem se acentuando nas últimas décadas: primeiramente na Comunidade Econômica Européia (hoje União Européia), na Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e na criação de uma Área Livre Comércio Americana (ALCA), no Bloco do Sudeste Asiático (ASEAN). Embora o grosso do comércio internacional ainda seja feito no sentido Norte-Norte, cada vez mais percebe-se a rivalidade entre blocos. Uma possível estratégia dos grandes para resolver problemas de balança de pagamentos é aprofundar o comércio Norte-Sul garantindo mercado para suas exportações.

Por outro lado é necessário nuançar a tendência à regionalização na economia global na década de noventa. Hoje se configura um quadro em que a regionalização é complementar à globalização. O sucesso da rodada do Uruguai e a bem sucedida criação da Organização Mundial de Comércio em Marrakesh 1995 demonstram que o comércio regulado por regras universais e transparentes é possível. Países dentro de blocos regionais não podem prescindir do comércio global, sobretudo do comércio com os EUA. Vide o caso da ASEAN: a supremacia regional japonesa não afasta os investimentos e a

grande influência norte-americana (Fishlow, 1993). A dinâmica economia da região necessita de vários parceiros comerciais. É necessário perceber, ainda, que Japão e Alemanha passam por momentos de transição. Há um esgotamento do mercantilismo japonês, a atual depressão de sua economia demonstra os efeitos de um processo de ajuste e abertura à economia global. A Alemanha continua em um esforço para diminuir as diferenças regionais decorrentes da unificação ao mesmo tempo que procura manter taxas de juros baixas e evitar desequilíbrios das contas públicas. Dentro deste quadro é nítida a recuperação da economia norte americana e os efeitos que isto têm sobre a manutenção da ordem econômica liberal.

A estratégia de blocos comerciais não fica restrita aos países desenvolvidos do norte. Alguns bem sucedidos processos de integração têm sido implementados em regiões periféricas como a América Latina. Podem ser vistos como alternativas aos processos de regionalização dos países centrais mas também podem ser encarados como complementares à globalização. O caso mais bem sucedido talvez seja o MERCOSUL que envolve Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esse bloco de comércio teve um crescimento extraordinário de volume de transações no últimos seis anos. A tendência à regionalização no sul é como um mecanismo de defesa contra os perigos da globalização excludente que ameaça os países em desenvolvimento que não se adaptarem ao novo cenário global. Todavia, a criação desses arranjos regionais pode ser vista como uma estratégia para uma inserção mais favorável na economia global. De fato, no exemplo do MERCOSUL, os países visam criar um ambiente institucional propício ao capital transnacional ao mesmo tempo que procuram se aproximar dos arranjos regionais dos países centrais como a UE e o NAFTA, via ALCA.

É importante colocar que a OMC prevê e aceita acordos regionais de comércio, desde que estejam em conformidade com suas regras de não-discriminação. A tendência à regionalização é uma realidade que causa alguma apreensão nos defensores do liberalismo comercial devido a possibilidade de tendências protecionistas e excludentes. Ainda assim a liberalização tem sido a tônica no quadro internacional se comparada à década passada. Mesmo países continentais como Índia, China e Brasil, caracterizados por suas políticas de substituição de importações durante muitos anos, têm se preocupado com a abertura comercial controlada.

No caso dos Estados Unidos, é importante notar que mesmo como maior incentivador do regime liberal de comércio internacional, os EUA têm adotado nos últimos anos medidas de restrição a importações para corrigir os desequilíbrios de sua balança comercial. A lei 301 do United States Trade Representative - USTR é um exemplo disso. Apesar da intenção confessa ser limitar o comércio apenas com países que adotassem políticas restritivas a exportações americanas, a lei também dá margens para que os EUA limitem sua participação no comércio global, o que é contraditório com a ideologia liberal que defende. Com a recuperação econômica deste país e com o estabelecimento de regras claras para o comércio internacional, como o respeito da propriedade intelectual, é possível supor que este país continuara ser o maior incentivador da ordem econômica liberal da OMC.

Após o declínio da economia americana frente a Europa e Japão nos 70 e 80, autores declinistas (Keonane, 1984; Kennedy, 1987) passaram a questionar se os EUA continuariam a sustentar o regime de livre comércio do pós-guerra. A década de 90 demonstra que as práticas liberais continuam a ter precedência, não somente por que os EUA se recuperaram economicamente e são os principais interessados como país com maior vantagem comparativa em setores econômicos intensivos em conhecimento, mas também porque há um aprofundamento da globalização econômica e os atores privados, as empresas transnacionais, têm grande poder de influência e interesse em manter a ordem liberal.

Toda essa ênfase em blocos e na defesa dos espaços econômicos advêm do fato que após o fim da guerra fria, os temas econômicos - a luta por mercados e superávites comerciais, a alocação de investimentos diretos, a atração de capitais financeiros - passaram a ter preponderância nas relações internacionais. Na questão do comércio internacional este passa a ter importância estratégica para os países. Sobretudo quando nos reportamos ao fato de que desequilíbrios macroeconômicos podem ser originados de problemas de balança comercial, como é o caso do Brasil hoje. Ademais, com os grandes problemas de poupança interna e os déficits fiscais recorrentes que caracterizam a crise do Estado, o comércio internacional passa a ser um válvula de escape para a geração de poupança interna.

Outro importante aspecto da globalização econômica, o mais enfatizado pelos meios de comunicação, é a questão financeira. A globalização financeira é talvez a que mais foge do controle dos Estados Nacionais pois os mercados financeiros globalizados agem por uma lógica de lucro que transcende e dificulta as políticas monetárias e macroeconômicas dos países. Foram originados pelo mercado de Euromooedas, da década de setenta, e hoje envolvem volume de 5 Trilhões de dólares a girar entre os grandes centros financeiros do mundo, integrados por redes de comunicação de alta tecnologia.

Todos os países do mundo têm sido afetados em menor ou maior grau pela globalização financeira. É impreciso acreditar que os efeitos desta globalização são determinados pelas nações desenvolvidas e que estas têm obtido vantagens ao submeter países em desenvolvimento à lógica dos mercados financeiros. Na verdade o capital financeiro transnacional age de acordo com uma lógica própria, a lógica do lucro, e tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento podem obter vantagens e desvantagens com as finanças globalizadas. O exemplo disto é que, hoje, o maior país devedor do mundo são os Estados Unidos da América, dependentes dos capitais financeiros advindos de investidores europeus e japoneses para financiar seus déficits de balanço de pagamentos. Posições liberais argumentam que os capitais financeiros globalizados têm permitido aos Estados de países desenvolvidos e em desenvolvimentos maiores recursos para se financiar, ao contrário de alguns anos atrás quando o acesso ao capital era restrito (The Economist 1995).

Os efeitos da globalização financeira sobre os países em desenvolvimentos têm sido de fato profundos mas muitos os governos têm conseguido jogar com esses efeitos para dar lastro aos ajustes estruturais empreendido nos final dos anos 80 e início dos 90. Após a solução razoável do problema da dívida externa, mediante a utilização de bônus do Tesouro Nacional norte americano (Plano Brady), e após medidas de reajuste monetário que majoraram os juros e alinharam moedas locais ao dólar com o intuito de extinguir a espiral inflacionária, muitos países em desenvolvimento passaram a ser conhecidos como “mercados emergentes”. Estes países, entre os latino americanos o México, Chile, Argentina e Brasil, tornaram-se atraentes para os capitais financeiros devidos aos altos juros oferecidos e provocaram o fluxo de bilhões de dólares em mercados de curto prazo. Tal fenômeno ficou conhecido como “*hot money*”.

Tem se argumentado que os mercados emergentes são artificiais e que os títulos dos países não possuem valor real. Não passam de “bolhas especulativas” originadas de expectativas de ajustamento criadas pelo “Consenso de Washington” (Krugman, 1995) e que a política de câmbio valorizado causa pressões sobre as exportações e sobre o nível de emprego (Kapstein, 1996). Ademais, a credibilidade na estabilidade da moeda desses países é muito tênue e de uma hora para outra os capitais podem sair do país com medo de prejuízos advindos de desvalorizações cambiais. De fato aconteceram sérios problemas de desvalorizações cambiais e fuga capitais devido a crises de credibilidade, os casos mais conhecidos são México e Argentina.

As conseqüências das políticas macroeconômicas e cambiais têm sido muitas vezes duras sobre o nível de emprego e sobre a competitividade internacional, entretanto é quase consenso entre os formadores de opinião que não há alternativa para o objetivo de se atingir a estabilidade econômica como um todo. Dessa forma, os capitais transnacionalizados são utilizados como uma das maneiras de se atingir equilíbrio macroeconômico. Alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento têm conseguido jogar de forma mais proveitosa como o capital financeiro transnacional empreendendo políticas para fazer com que este capital permaneça mais tempo nos mercados nacionais e aplicando em investimentos mais palpáveis, nas bolsas de valores comprando títulos de privatização, por exemplo. O México e o Chile têm conseguido atitudes nesse sentido. O Chile criou mecanismos para que mesmo o “*hot money*” permaneça mais tempo no país.

Em uma posição contrária à argumentação de “artificialismo”, os mercados financeiros globais e o capital financeiro transnacional podem ser encarados como a contrapartida financeira da mudança do paradigma produtivo. A produção torna-se cada vez mais “imaterial” e intensiva em conhecimento. No mundo atual, a base material da economia torna-se menos importante em comparação ao valor agregado do “*software*”, ao conhecimento. Essas mudanças tem afetado todos países do mundo em especial aqueles em que a base produtiva era pouco desenvolvida ou que tem passado por ajustes estruturais. De qualquer forma, o investimento produtivo e a “economia material” continuam tendo papel fundamental em todo mundo.

Passamos então a analisar a importância do aspecto da produção na globalização econômica: a atração de capital produtivo de longo prazo.

A globalização produtiva, por assim dizer, passou por um processo muito rápido de aceleração ao longo dos anos oitenta e noventa. Entre os fatores que levaram a isto podemos citar : o crescimento do mercado de Euromonedas, que já abordamos anteriormente; a explosão das fusões e aquisições das empresas multinacionais, agora mais conhecidas como transnacionais; a homogeneização dos métodos de produção e dos produtos, bem como do padrão de consumo. Vamos abordar algumas destas características nesta parte.

A partir do anos oitenta, houve uma explosão das fusões e das aquisições (*mergers*) das empresas multinacionais, que tornavam-se cada vez mais transnacionais, propiciados pelos recursos advindos dos capitais financeiros globalizados. Esse fenômeno foi causado pela necessidade de acesso a vários mercados e pela reestruturação industrial . Com as fusões houve um processo de monopolização na economia mundial que permitiu ganho de escala em quase todos setores: as grandes empresas para se expandir tiveram que se fundir em alianças e contratos mútuos de cooperação ao invés de competir entre si. Assim o acesso a mercados em vários países foi facilitado.

As reestruturações industriais, por sua vez, fizeram com que as empresas tivessem que investir pesado em P&D para permanecerem competitivas nos mercados. Houve uma mudança dos padrões de produção buscando-se maior eficiência de recursos, energéticos por exemplo, daí a importância das novas tecnologias. As reestruturações industriais atingiram também a parte gerencial das empresas que empreenderam uma série de remodelações organizacionais como o processo de diminuição das escalas hierárquicas (*empowerment*) ou a preocupação com a qualidade em todos os níveis das empresas (qualidade total).

Houve uma globalização das fases de produção dos bens. Estes não são mais produzidos em uma só economia, mas em vários países em várias fases de fabricação em diferentes plantas produtivas. Os exemplos são muitos: na indústria da informática é comum computadores serem montados no Brasil com placas produzidas nos países do sudeste asiático nas quais a tecnologia dos *chip* “*Pentium*”, por sua vez, foi desenvolvida nos Estados Unidos. As transnacionais foram as agentes desse fenômeno com seus esquemas de comércio intrafirmas que integraram suas linhas de produção para aumentar os ganhos relativos. No esquema de comércio intrafirmas a questão da tecnologia é

fundamental pois como a tecnologia é bem intangível, as empresas não poderiam comerciar em valores de mercado. Assim, com a expansão das transnacionais por diferentes países, a difusão das tecnologias entre as firmas foi facilitada. Vamos aprofundar a questão da tecnologia ao falar da globalização científico-tecnológica.

Finalmente, a unificação do padrão de consumo. Teve origem, de certa forma, com um processo de globalização cultural pelo qual valores da sociedade ocidental, norte-americana sobretudo, se difundiram pelo mundo. Nos anos 80 e 90 a unificação dos padrões de consumo passou por outro grande estímulo devido aos certificados de qualidade, como a ISO 9000², e também pela unificação dos padrões de qualidade do GATT/OMC, que fizeram com que as empresas passassem a tratar os consumidores de diferentes países com a mesma preocupação de qualidade de produtos.

Enfim todos esses processos são bastantes complexos e não se sabe ao certo onde estão as causas e as conseqüências dos mesmos. O fato é que a globalização produtiva é uma realidade que tem efeitos sobre as políticas públicas dos Estados-nacionais. Independente das orientações políticas e ideológicas dos governantes hoje é cada vez mais comum a importância que os países dão ao investimento estrangeiro direto. Diversos países têm procurado atraí-lo para seus territórios mediante concessões de benefícios fiscais, por exemplo. O debate da década de sessenta sobre o papel das empresas multinacionais em esquemas de domínio e exploração capitalista está superado. Hoje, os Estados se vem pressionados por problemas de poupança interna que impedem o investimento estatal. Assim cada vez mais as empresas privadas assumem o papel de motor do crescimento econômico produtivo, passando o Estado a assumir um papel de regulador e indutor das atividades econômicas (agente principal) (Przeworsky, 1996).

A expansão das empresas transnacionais é fundamental para os Estados devido um problema crucial nos anos 90: o desemprego. A questão do desemprego é para muitos analistas o principal gargalo da globalização econômica (Kapstein, 1996). Por um lado o Estado não tem mais como utilizar instrumentos keynesianos para estimular o “pleno emprego” muito menos oferecer ele mesmo postos de trabalho. Por outro lado os imperativos da competitividade e da eficiência de recursos nas empresas eliminou muitos

postos considerados inúteis nas empresas. Apesar disso, acredita-se que as transnacionais, ao instalarem nos países, são capazes de gerar muitos empregos mediante um processo de multiplicação e difusão produtiva. Não existe consenso de como os governos podem superar o grande problema da falta de trabalho que sem dúvida é consequência das transformações econômicas e produtivas dos últimos anos.

Chegamos finalmente ao fim da parte que se comprometeu a dar um quadro sucinto do que se entende por “globalização econômica”, esta que é a vertente mais conhecida do processo de globalização. Passaremos agora a descrever uma outra vertente, menos popularizada mas talvez até mais avançada: a globalização ecológico-ambiental.

Globalização Ecológico Ambiental

Enquanto a globalização econômica é um fenômeno cujas raízes remontam à expansão do Estado comercial mercantilista no século XVI (Rosecrance, 1985), a vertente ecológico-ambiental é mais recente. Mesmo considerando que a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX e a expansão capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX tiveram consequências ambientais graves, só a partir da década de sessenta deste século pode se falar em globalização ecológico-ambiental.

Surgida como subproduto da expansão produtiva do capitalismo, a partir dos anos sessenta passa a ter relevância com lógica e dinâmica próprias. Paralelamente ao acirramento da globalização econômica, tivemos ao longo dos anos setenta, oitenta e noventa um aprofundamento da globalização ecológico-ambiental que se expressou no crescimento da política ambiental global com suas diversas forças atuantes (Viola, 1995). Vamos ao longo desta parte descrever algumas das características principais da globalização ecológico-ambiental.

Nos anos cinquenta e sessenta os impactos ambientais da expansão produtiva começaram a ser sentidos nos países industrializados do norte. Com a industrialização maciça baseada em indústrias pesadas, como siderurgia, ou mesmo indústrias de bens de

² Além desta, existe a ISO 14000, sobre padrões de qualidade ambiental nos processos de produção. A aceitação desse certificado está em concolidação. De qualquer forma, a potencial imposição de tais padrões ambientais é um exemplo de aprofundamento da globalização dos parâmetros de produção.

consumo (eletrodomésticos) que utilizam na sua cadeia produtiva elementos extremamente degradantes (clorofluorcarbonetos - CFC), os níveis de poluição e de degradação ambiental de algumas regiões destes países cresceram muito passando a afetar a qualidade de vida de suas populações. Em reação ao aumento da poluição surge o *ambientalismo*, movimento social cuja plataforma política é o respeito ao meio ambiente no desenvolvimento econômico e nas políticas públicas. Sendo sociedades pluralistas, o tema ambiental passa a ter apelo entre os grupos de pressão que formam o eleitorado dos países industrializados do norte e passa a ter relevância no debate político e na plataforma dos candidatos. O caso mais conhecido de institucionalização do movimento é o Partido Verde na Alemanha, com relativa expressão nas urnas. Enfim, de certa maneira, o ambientalismo pode ser visto como mais um dos vários movimentos sociais surgidos nos anos sessenta como, por exemplo, a contracultura, o feminismo, os movimentos raciais, o movimento “hippie” etc. A grande diferença é que o movimento verde conseguiu se institucionalizar para participar do jogo político tradicional.

Contribuíram, sobremaneira também para a conscientização ambiental no fim da década de sessenta e início dos setenta os relatórios do Clube de Roma, sobretudo o relatório de 1972 “Limits to Growth”, a respeito dos efeitos danosos da produção do sistema capitalista para a saúde do planeta. Ainda que muito de seus estudos carecessem de respaldo científico e fossem caracterizados por serem alarmistas em demasia, o Clube de Roma teve efeito conscientizador entre os formadores de opinião e políticos do mundo. Segundo este fórum, meio ambiente e desenvolvimento faziam parte de duas esferas irreconciliáveis e advogava-se uma diminuição dos níveis de crescimento a fim de impedir o avanço da degradação. Esta visão é errônea e será contra argumentada logo mais quando se discutir o “desenvolvimento sustentável” e o crescimento das tecnologias limpas.

Com o aumento da importância do meio ambiente na política interna logo a temática ambiental passou a ter apelo na política externa dos países desenvolvidos. Começou a existir pressão por parte da opinião pública desses países para que seus governos assumissem posições mais sustentabilistas nos fóruns internacionais (Macneil, Winsemius and Yakushiju, 1991). Nesse primeiro momento, a conscientização ambiental é motivada mais por dinâmicas internas aos países, que percebem o meio ambiente como

um valor ético e estético a ser conservado em todos os países do mundo, do que por evidências sólidas de problemas ambientais transfronteiriços.

O debate sobre o meio ambiente nos anos sessenta e início dos setenta provoca a “Conferência de Estocolmo” em 1972. Nessa conferência a visão de desenvolvimento e meio ambiente ainda era um tanto quanto divergente. Acreditava-se que a questão ambiental era uma forma dos países desenvolvidos “congelarem” o poder econômico mundial (Araújo Castro *apud* Hurrel, 1992). Ou seja, uma vez atingidos padrões de desenvolvimento material a partir da utilização quase total de seus recursos naturais, como carvão mineral, ferro, madeiras de florestas subtropicais e outros, os países desenvolvidos posavam agora como arautos do ambientalismo e procuravam demover os países em desenvolvimento da idéia de utilização de seus recursos naturais, impedindo o pleno progresso destes.

A Conferência de Estocolmo ficou fortemente caracterizada pelo conteúdo Norte-Sul (Soto 1992, Guimarães 1994). Mesmo nos dias de hoje esse conteúdo da questão ambiental permanece. Entretanto, a idéia de que o Norte desenvolvido procura impedir o desenvolvimento do Sul para evitar a destruição do meio ambiente global foi sendo enfraquecida ao longo dos anos com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento que respeita a renovação dos recursos naturais a fim de que sejam preservados para as futuras gerações, e com a percepção de que desenvolvimento e proteção ao meio ambiente são sinérgicos, inclusive por envolverem a utilização de tecnologia de alto valor agregado. Foi evidenciado também que o grosso da destruição ambiental estava sendo causada por poucos países desenvolvidos, cujos os níveis de emissão de poluente, gás carbônico, por exemplo, são maiores que a soma de muitos países do terceiro mundo. (é o caso dos Estados Unidos). Hoje, a clivagem norte-sul ainda existe mas de um ponto de vista diferente. Percebeu-se que a divergência gira mais em torno de problemas de acesso a tecnologia e de ajuda econômica para proteção ambiental do que em relação à simples conservação ou não dos recursos ambientais.

A Conferência de Estocolmo, portanto, teve posições distintas: de um lado os países desenvolvidos exigindo maior controle da poluição por parte dos países em desenvolvimento sem reconhecer sua devida responsabilidade como estimuladores da preservação mediante incentivos econômicos ou transferência de tecnologias limpas; de

outro lado, uma coalizão de países em desenvolvimento liderados por Brasil, China e Índia que percebe a demanda ambiental como um artifício para “congelar o poder mundial” e, utilizando o argumento da soberania, decidem dispor de seus extensos recursos naturais de forma não sustentável. É importante citar que nessa época muitos dos países em desenvolvimento viviam o auge da ideologia do “desenvolvimentismo” que gerou, por exemplo, no Brasil, grandes projetos de infra-estrutura como hidrelétricas e rodovias sem estudos de viabilidade ambiental e, mesmo, sem estudos adequados de viabilidade econômica. Vide o caso da Transamazônica.

Finalmente uma última característica da Conferência de Estocolmo é o fato de que ela foi concebida de maneira a centrar no Estado a responsabilidade única da política ambiental global. O Estado continuava a ser o ator único das Relações Internacionais. Dessa forma, a Conferência de Estocolmo não diferia de conferências internacionais tradicionais sobre questões relativas a segurança militar, por exemplo, ainda que as conseqüências de problemas ambientais permeassem com muito mais intensidade a vida diária das populações dos países se comparadas ao debate sobre armamentos nucleares.

Entretanto, a Conferência de Estocolmo não pode ser vista de forma alguma como um fracasso. Bem ao contrário, ela significou um primeiro passo para a tentativa de resolução conjunta dos problemas ambientais globais. Houve uma sensibilização na opinião pública mundial. As organizações internacionais como as Nações Unidas passaram a encarar o problema com alto grau de prioridade. Do ponto de vista da política interna, a conferência criou “ecos” nos Estados participantes, fossem desenvolvidos ou não. No Brasil, por exemplo, pode-se dizer que uma das conseqüências foi a criação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) no governo militar de Geisel em 1973 (Guimarães, 1991).

Ao longo dos anos setenta, a conscientização ecológica global continuou crescendo estimulada por problemas econômicos que atingiram proporções ambientais, como as crises do petróleo em 1973 e 1978. Estas duas crises promoveram a conscientização no ocidente de que as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis, além de finitas, são extremamente poluentes. Já nos anos 80 o processo de conscientização continuou motivado pelo aumento dos problemas ambientais globais (efeito estufa, aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, diminuição da

biodiversidade, chuvas ácidas etc.), que passaram a tomar proporções internacionais. Foram sendo percebidos não mais como problemas localizados, mas sim transfronteiriços. A depredação ambiental em uma região passou a configurar em problema para o sistema internacional devido a comprovação científica (ainda que controversa) de que mesmo a destruição localizada pode ter efeito sobre todo o planeta. Por exemplo: o aumento da poluição (CO₂) e a utilização de CFC em indústrias de um país provoca danos à atmosfera do planeta como um todo; a destruição de florestas diminui a biodiversidade e o estoque genético, que é um patrimônio mundial.

Assim, todos esses problemas engendraram a criação de regimes de proteção ambiental. Faremos uma discussão do que se entende por regimes segundo a Teoria das Relações Internacionais no capítulo 2. A título de esclarecimento, dada a importância do assunto para a política ambiental global, vale citar a definição de Krasner - “conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões, implícitos ou explícitos, em torno dos quais as expectativas dos atores convergem, em uma dada área das relações internacionais” (Krasner *apud* List e Rittberger, 1993). Sob o ponto de vista do Direito, os regimes de proteção ambiental podem ser vistos como um ramo do direito internacional - o *direito ambiental internacional* - definido como sendo o conjunto de regras e princípios que criam obrigações e direitos de natureza ambiental para os Estados, as organizações intergovernamentais e os indivíduos (Nascimento e Silva, 1995). Para os objetivos desta dissertação é importante perceber o avanço dos regimes de proteção ambiental como um dos efeitos do aprofundamento da globalização ecológico-ambiental.

A criação de regimes de proteção ambiental aumentou após Estocolmo. Foram criados, por exemplo: a Convenção de Genebra sobre poluição atmosférica transfronteiriça (1979); a Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio (1985); Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio (1987) a Convenção da Basileia sobre o comércio de lixo tóxico (1989), isto sem contar a própria declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente de 1972. Com a conferência do Rio de Janeiro houve a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e as Convenções sobre Mudança do Clima e sobre Diversidade Biológica (Biodiversidade), ambas de 1992. Enfim, a instauração de procedimentos internacionalmente acordados e aceitos pelos países demonstra que a preservação

ambiental é um problema que ultrapassa fronteiras e exige soluções concertadas em direção ao que se procura definir como “governabilidade global”, ou seja, a busca de soluções para os problemas globais de forma conjunta, com a participação vários atores da política ambiental global.

Aqui há um ponto que é fundamental para entender a política ambiental global e a globalização ecológico ambiental: os atores e as forças que agem no seu interior são extremamente complexos e não se limitam apenas aos Estados Nacionais. Além destes, existem as Organizações Não Governamentais - ONG e as Organizações Internacionais OI (agências da ONU, Banco Mundial, etc.). A comunidade científica internacional pode ser considerada também um ator importante na política ambiental global, influenciando na criação de regimes internacionais (Haas, Babai e Willians, 1977). As “comunidades epistêmicas” (assim, denominados pela teoria das Relações Internacionais) são atores autônomos extremamente importantes, ainda que em diversos casos atuem em conformidade com os Estados-nação, as OIs e as ONGs.

Nos países industrializados elas se dividem em três tipos: (a) grandes organizações com interesses ambientais amplos mas preocupadas principalmente com assuntos ambientais domésticos. Ainda que essas organizações tenham tido grande expansão nos anos 80 passando a se preocupar com assuntos internacionais, esta preocupação é apenas marginal visto que seu foco principal continua sendo os problemas ambientais domésticos. São exemplos dessas ONGs no EUA: National Wildlife Federation, Audubon Society, Sierra Club, Environmental Defense Fund, etc.; (b) O segundo tipo de ONGs ambientais são organizações cujo interesse principal diz respeito a assuntos internacionais e cuja organização se estrutura como uma rede internacional de afiliadas. Possuem membros em vários países onde atuam, embora sua estrutura decisória seja relativamente centralizada nos países centrais. Fazem uso muito forte dos meios de comunicação e da mídia, visando influenciar a opinião pública internacional. São exemplos destas ONGs: Greenpeace, Wild Wildlife Fund (WWF), European Environmental Bureau; (c) O terceiro tipo são organizações "think tanks" com poucos membros cuja interesse principal é produzir conhecimento, através de pesquisa, sobre temas ambientais. São as “comunidades epistêmicas” que procuram influenciar a política ambiental internacional através de argumentos científicos junto aos tomadores de decisão e aos formuladores de regimes e políticas ambientais nos Estados-nação ou nos

Organismos Internacionais. Como exemplo deste tipo de ONG o World Resources Institute (WRI), com sede em Washington, o International Institute for Environment and Development, sediado em Londres e Buenos Aires.

As ONGs dos países em desenvolvimento atuam, maioritariamente, em assuntos ligados a política ambiental nacional ou mesmo local. De maneira geral não são tão “internacionalizadas” como suas congêneres dos países desenvolvidos. Procuram enfatizar a necessidade do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento humano na problemática ambiental. Todavia, nos últimos anos as ONGs dos países em desenvolvimento têm ficado cada vez mais envolvidas com assuntos globais ao dialogarem com as agências multilaterais de crédito, com governos de países ou com organizações, como a União Européia. Tem ocorrido também cada vez mais concertação entre ONGs locais e transnacionais ou entre estas últimas e comunidades locais. Um exemplo é a aliança entre ONGs americanas e indígenas brasileiros na defesa das florestas da região amazônica ou a ligação entre ONGs inglesas e os Kaipós no Mato Grosso, que fornecem matéria prima para artigos cosméticos em uma base “sustentável”.

As ONGs, nacionais e transnacionais, passam por cima do Estado e da soberania dos países em desenvolvimento. Ainda que se levante dúvidas a respeito legitimidade desse tipo de atuação isto é um fato. A questão não é julgar a atuação das ONGs, se é realmente “sustentável” ou se acobertam interesses escusos, mas sim perceber tais associações como fenômenos das relações internacionais contemporâneas e reconhecer a inegável capacidade das ONGs para chamar a atenção da opinião pública mundial para determinados problemas. Este tipo de dinâmica ocorre pela própria incapacidade do Estado nesses países de formular políticas pública e atuar em regiões remotas onde o sentimento nacional muitas vezes é difuso (Sanderson, 1992; Hurrell 1992). Trata-se de um vácuo de poder que tem sido preenchido por forças transnacionais em ligação a comunidades locais.

É importante considerar que as ONGs, embora mais fortes em países democráticos pluralistas desenvolvidos, não podem ser consideradas como um fenômeno exclusivo destes países. Existe um movimento ambientalista forte e bem estruturado em muitos países em desenvolvimento. O ambientalismo tem raízes antigas no Brasil que

remontam, por exemplo, à época imperial. Este movimento cresceu em importância com a redemocratização na América Latina e as ONGs são seu veículo natural (Viola, 1994).

As ONGs geralmente têm tido um papel muito ativo nas conferências internacionais sobre o meio ambiente e nos últimos anos, inclusive, com capacidade de influenciar nos resultados dos acordos ambientais. As ONGs agem nas conferências internacionais como “lobistas” que pressionam os Estados-nação para que estes tomem atitudes mais “sustentabilistas” na condução das políticas públicas. Uma outra maneira, mais especializada e profissional, de influenciar na formação de regimes internacionais é mediante a elaboração de pesquisas consubstanciadas em uma espécie de rascunho da convenção a fim de que sejam adotadas algumas posturas ali explicitadas nas decisões da conferência oficial. Nesse tipo de pressão é importante uma ação concertada com a “comunidades epistêmicas” a fim de que o *draft* tenha embasamento científico e seja convincente.

As ONGs influenciam nas decisões de governos e organizações internacionais em questões que envolvem financiamento, doações de fundos para projetos de desenvolvimento, comércio internacional e instrumentos de política econômica. Em relação a financiamentos, por exemplo, ONGs exercem pressão sobre o Congresso americano, que delibera sobre o orçamento norte americano e pode determinar quanto aos EUA destinarão a projetos ambientais em países em desenvolvimento, quanto irá para a ONU e suas agências ou quanto será disponível aos organismos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial. A pressão de ONGs junto aos organismos multilaterais de crédito tem sido bem grande nos últimos anos, ao ponto de o Banco Mundial montar um departamento de assuntos ambientais ou, em entrevista recente, ter um presidente (Robert Wolfenson) que admite os erros ambientais do passado.

Entretanto, em algumas áreas específicas onde a coalizão anti-ambiental é forte o poder de influência das ONGs é baixo. Isto é particularmente verdadeiro, por exemplo, em relação a exploração de madeira tropical e pode ser observado devido a inexistência de um regime efetivo de proteção a florestas tropicais. O organismo anti-sustentável, por assim dizer, Organização Internacional de Madeira Tropical teve influência determinante na barganha política, fazendo alianças com atores estatais importantes como o Japão, e impediu a formação de um regime efetivo de proteção. Portanto o poder de pressão das

ONGs depende das áreas de atuação e dos interesses dos outros atores envolvidos no processo, como Estados-nação e as corporações transnacionais. Só a partir de barganhas entre todos os atores as decisões podem ser tomadas e nem sempre estas têm caráter ambiental e sustentável.

A atuação das ONGs na política ambiental global coloca um desafio interessante para os estudiosos das relações internacionais: cada vez mais estes novos atores, juntamente com outros como as empresas transnacionais, rivalizam em termos de importância e poder de decisão como os atores principais, que continuam sendo os Estados-nação. Para alguns estudiosos (Warpner 1995), a emergência das ONGs demonstra o fato de que a política muitas vezes é desempenhada sem a participação direta do Estado, embora, argumentam os mesmos autores, este sempre vai estar presente em algum momento do processo. Com a ascensão das ONGs no cenário internacional percebe-se um fenômeno que já existe no plano nacional: a política sendo exercida sem a participação do governo apenas no âmbito da sociedade civil (Drucker, 1993). Assim, o surgimento das ONGs no cenário internacional traz à tona uma nova categoria política que alguns autores chamam de “sociedade civil internacional” e um novo campo de atuação conhecido como política cívica mundial (*world civic politics*). É importante colocar também que, o crescimento exponencial das ONGs nas últimas décadas é causado pelo vácuo ideológico deixado pela desilusão com o socialismo e posteriormente o fim deste. O ambientalismo, de certa forma, absorveu o pensamento crítico mundial, nasceu dentro de bases de esquerda, mas hoje se afasta cada vez mais destes preceitos

Enfim, esta visão que interpreta as ONGs como canais de expressão da sociedade civil internacional é apenas uma das interpretações. Existem outras correntes que acreditam as ONGs apenas como subsidiárias dos interesses dos atores principais, os Estados-nação. É inegável, entretanto, a importância dessas organizações na política ambiental global, e na política internacional como um todo, nos últimos anos. Passamos agora a analisar as organizações internacionais. Posteriormente nos debruçaremos sobre o papel dos atores mais tradicionais: os Estados Nação.

Até agora falou-se pouco do papel das Organização Internacionais nos processos de globalização. Esta omissão, embora não seja proposital, parte da crença de que as Organizações Internacionais ainda possuem um papel pequeno na construção de uma

ordem internacional globalizada não obstante deveria ser esta sua função. No tocante à globalização ecológico-ambiental o papel das Organizações Internacionais (sobretudo das agências ligadas à ONU) na política ambiental global é considerável . Vamos abordar seu papel e posteriormente o do Banco Mundial.

A grande questão é que as organizações internacionais são anteriores à globalização ecológico-ambiental. Tanto a ONU quanto as instituições de Bretton Woods (Banco Mundial, FMI) foram formadas em uma ordem internacional estatocêntrica, caracterizada pela bipolaridade e cujas ameaças eram de outra ordem. Hoje, a com a constatação da globalização dos efeitos da poluição, da sociedade civil transnacionalizada faz-se necessário que essas instituições se adaptem, o que tem acontecido, porém, dentro de um ritmo mais lento do que as ONGs.

Assim, a ONU tem tido um papel fundamental na implementação de uma agenda global de defesa do meio ambiente. Já em Estocolmo-1972 a ONU determinou uma série de diretrizes a serem seguidas para a consecução dos objetivos ambientais. A implementação do Projeto da Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em estreita ligação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deram maior organicidade para a defesa ambiental dentro da instituição. Posteriormente, a instauração da Comissão Brutland da ONU e a publicação de seu relatório “Nosso futuro Comum” em 1987 foi um dos marcos para a conscientização ecológica no mundo.

O resultado de todo esse processo foi a Conferência da Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - UNCED, conhecida como Rio - 92. A maior conferência internacional jamais realizada foi um marco divisório que coroou o meio ambiente como um assunto de ponta na agenda internacional dos anos noventa. Como consequência da UNCED, a ONU, com o apoio do PNUMA e do PNUD, formulou um documento conhecido como AGENDA 21. Este documento estabelece uma série de diretrizes e sugestões para condução de políticas públicas que levam em consideração o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 não tem o caráter de tratado internacional nem de regime. É um documento sugestivo proposto para os Estados a fim de que levem em consideração a preservação do meio ambiente.

Já na década de 90 a ONU desenvolveu o conceito de “Desenvolvimento Humano Sustentável” cujo objetivo é fazer com que o ser humano seja o principal beneficiado da proteção ao meio ambiente com preocupações em unir desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Portanto, observa-se que a ONU, dentro de suas limitações, tem procurado desenvolver um processo de discussão global visando a resolução de problemas que assolam a humanidade, entre os quais aqueles ligados ao meio ambiente e à qualidade de vida do ser humano. Este processo conhecido como “governança ambiental” avança com passos pequenos mas importantes. A Agenda 21 é resultado desse esforço importante, assim como o PNUMA e o PNUD. A ONU, entretanto, como é bem sabido, tem problemas na sua estrutura, que foi concebida para uma outra ordem internacional. Precisa de revisões e reformas profundas para melhor desempenhar seu papel na “governança global” (Nossa Comunidade Global 1996) acompanhando os avanços das ONGs e dos problemas ambientais, ou seja, da globalização ambiental.

Já o Banco Mundial, como instituição de Bretton Woods (cujas características foram descritas na primeira parte do capítulo) tem uma agenda ambiental mais reduzida, embora esteja em fase de crescimento. Se a ONU tem conseguido absorver as variáveis ambientais em algumas de suas políticas, o Banco Mundial é bem mais reativo ao processo de globalização ecológico-ambiental.

Nos últimos anos o Banco Mundial foi acusado, sobretudo por ONGs, de ter sido negligente ao longo de sua história com problemas da conservação do meio ambiente, patrocinando projetos nitidamente predatórios e insustentáveis. Esse perfil mudou consideravelmente na década de 90 quando a preservação do meio ambiente passou a ser levada em consideração dentro da instituição e assumindo um papel de variável fundamental no processo de desenvolvimento (Piddington, 1992). O Banco procurou aproximar a economia e a preservação ambiental procurando reconhecer a natureza como um bem público que deve ser mantido e procurando absorver as externalidades negativas sobre a natureza em seus projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, uma linha de crédito conhecida como GEF (da sigla Global Environmental Facility) foi criada com o intuito de patrocinar projetos ambientais. Ainda

que seu valor seja reduzido até o momento, da ordem de US\$ 715 milhões (Nossa Comunidade Global, 1996), este é um primeiro passo. Enfim, percebe-se que o Banco Mundial tem procurado acompanhar as mudanças da globalização ecológico-ambiental procurando criar em sua alçada mecanismos de preservação. Entretanto, dada a sua importância no cenário internacional, sobretudo para os países em desenvolvimento, a instituição ainda tem papel reduzido na governabilidade global do meio ambiente.

Os Estados-nação, como atores da política ambiental global, têm tido posições diversas em resposta às dinâmicas da globalização ecológico-ambiental e não podem ser simploriamente divididos em desenvolvidos e em desenvolvimento apenas. Uma classificação pertinente é aquela em que definem-se três clivagens na dinâmica da política internacional para os países e seus posicionamentos em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável: “a primeira entre forças cujas interesses e orientação encontram-se dentro do Estado-nação (nacionalistas) versus forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial (globalistas); a segunda entre forças que assumem a projeção ambiental como uma dimensão fundamental do desenvolvimento econômico (sustentabilistas) versus forças favoráveis ao desenvolvimento econômico sem considerar proteção ambiental (predatórios): a terceira entre as forças favoráveis a certa redistribuição progressiva da renda em escala nacional e internacional (progressistas) versus forças conservadoras do ponto de vista social (conservadoras)” (Viola, 1996). A combinação destas seis linhas permite traçar um quadro de comportamento dos atores na política ambiental global.

Existem, portanto, países desenvolvidos que assumem um papel de vanguarda nas questões ambientais e buscam criar mecanismos de preservação e de governabilidade global nessa área, com distribuição de renda ou não. É caso dos países escandinavos, da Holanda, do Japão. Esses assumem posições globalistas-sustentabilistas e globalistas-sustentabilistas-progressistas. Por outro lado há países ou grupo de países que assumem posições sustentabilistas mas sem preocupação de distribuição de renda ou seja globalistas-sustentabilistas-conservadores. A União Européia pode ser encarada desta maneira pois assumiu compromissos ambientais bastante rígidos na condução de seu processo de integração. Esses mecanismos de defesa ambiental são tão rígidos que têm prejudicado o comércio internacional. Em relação a padrões fitossanitários e de padrões de qualidade ambiental dos produtos, por exemplo, algumas medidas têm afetado os

países em desenvolvimento que exportam para a UE que acusam esses padrões de serem barreiras não tarifárias em desacordo com as regras do GATT/OMC.

Outros países têm posições mais conservadoras a respeito da importância do meio ambiente na condução de políticas públicas internas e na governabilidade global. Para estes a ameaça que a degradação ambiental para o mundo não justifica tamanho empenho e gastos para a condução de programas de conservação ou de limpeza muito menos a redução de atividades econômicas importantes, que geram empregos (Cooper 1992). Assumem posições globalistas-predatórios e globalistas-conservadores, pois defendem a manutenção do capitalismo internacionalizado com pouca importância para o meio ambiente. É caso dos Estados Unidos. A posição do governo americano em relação a alguns temas do meio ambiente, como foi mostrado na UNCED, é bastante conservadora.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, historicamente tem assumido posições mais nacionalistas tanto em relação a defesa do meio ambiente como em relação ao desenvolvimento econômico. Como descrevemos anteriormente a posição dos países em desenvolvimento, sobretudo os maiores como China, Índia e Brasil , na conferência de Estocolmo foi nitidamente nacionalista e nacionalista-predatória. Essa postura foi mudando ao longo dos anos com muitos países assumindo mais responsabilidade em relação ao desenvolvimento sustentável e levando em consideração as pressões internacionais. Houve um processo de aprendizado internacional (Hurrell 1992) e a postura predominante desses países na Rio-92 foi de globalistas-sustentabilistas (Viola 1995).

De uma maneira geral, pode-se considerar a globalização ecológico-ambiental impõe desafios para o Estado-nação. Não somente em relação a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável e a participação de atores não estatais no diálogo político, mas também em arenas nas quais o papel do Estado é mais tradicional, por exemplo no problema da segurança. As ameaças ao ambiente global, somadas ao fim da guerra fria, provocaram um certo debate em torno do conceito de segurança global que segundo vários autores (Renner; Mathews; Myers *apud* Levy 1995) deveria ser expandido e absorver variáveis ambientais. De fato, a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global oferecem riscos diretos a segurança do mundo e podem causar disrupções na ordem internacional com efeitos sobre a economia dos países e a saúde das populações. Mas outra categoria de problemas como desertificação, poluição

dos oceanos, crescimento populacional, erosão, perda de biodiversidade, embora preocupantes, oferecem apenas riscos indiretos ao planeta (Levy 1995).

Embora a globalização dos danos ambientais não ofereça riscos a curto prazo dentro do conceito tradicional de segurança, existe uma mobilização crescente por parte da opinião pública mundial preocupada com a preservação da natureza e pela busca por padrões mais sustentáveis de desenvolvimento. Essa preocupação envolve certas considerações existenciais. De uma maneira geral, hoje a preocupação da opinião pública mundial se faz devido a por motivos éticos e estéticos. Existe o debate entre os círculos ambientalistas a respeito dos “global commons” ou seja os recursos naturais que, mesmo localizados em alguns países, são considerados patrimônio da humanidade. É o exemplo dos oceanos, do ar puro, e da diversidade biológica. Acredita-se que a depleção ou a extinção destes recursos pode ter impacto sobre a qualidade de vida da população no futuro, mas o que motiva sua preservação hoje são sentimentos altruístas. Esta dissertação terá oportunidade de discutir mais à fundo o tema dos “global commons” no que concerne à biodiversidade e as patentes de biotecnologia no capítulo 3.

É errôneo afirmar que a preservação ambiental é motivada apenas por sentimentos altruístas e existenciais. Hoje em dia preservação ambiental, como ficou evidenciado na parte que se discutiu desenvolvimento sustentável, é sinérgica ao desenvolvimento econômico. Ademais, a preservação ambiental pode ser feita com a utilização de tecnologias de alto valor agregado que estimulam a atividade econômica e a competitividade dos países. No caso da biotecnologia e das patentes de biotecnologia isto pode ser bem percebido. A questão que esta dissertação se propõe é saber qual o a margem de espaço para os Estados-nação para auferir ganhos econômicos e tecnológicos no campo das patentes de biotecnologia frente às forças que motivam a globalização econômica, ecológica-ambiental e tecnológico-científica. Indiretamente, é importante saber como este tipo de atuação poderá ser utilizada para estimular a preservação e a sustentabilidade. Antes, porém, é preciso examinar mais a fundo quais as dinâmicas e as forças que agem na chamada globalização tecnológica-científica, o que será feito na parte subsequente.

Globalização Tecnológico-Científica

Após a globalização econômica e ecológico-ambiental, a vertente que mais influência nas questões concernentes ao comércio internacional de patentes de biotecnologia é a globalização tecnológico-científica. Esta é uma das vertentes mais avançadas dos processos globalizantes, com lógica e dinâmica próprias mas que também envolve de forma muito imbricada os aspectos econômicos e ecológico-ambientais já estudados.

Ao longo desta parte analisar-se-á o que é, como se expressa, quais os atores e forças atuantes nessa vertente da globalização. Primeiramente, será descrita a tendência a aceleração dos avanços científicos e tecnológicos nas últimas décadas e o grande desenvolvimento de tecnologias fundamentais para o mundo globalizado: comunicações, robótica, biotecnologia. Ênfase será dada a esta última no terceiro capítulo. Posteriormente, será abordada a importância estratégica de C&T nas relações internacionais e no cenário internacional globalizado. Privilegiar-se-á os aspectos de poder econômico, a questão da competitividade das indústrias nacionais. Aqui entra a imbricação com a parte econômica. A importância de C&T como veículo de poder militar será apenas mencionada. Em seguida será abordado o aumento do fluxo de informações entre os países e as sociedades que faz surgir a necessidade de uma ciência globalizada para lidar com os problemas de governabilidade global. Aqui entra a questão do meio ambiente. Nesse sentido, será estudado qual o papel dos cientistas e organizações internacionais. Finalmente, vamos colocar o papel do Estado frente a mais esse processo de globalização *vis à vis* o surgimento de outros atores e forças. Questiona-se qual a capacidade do Estado de empreender políticas de desenvolvimento de C&T em um mundo em que as empresas transnacionais tem a precedência nos processos de pesquisa e desenvolvimento (R&D). Analisar-se-á, ao longo do texto, tanto a dinâmica dos países desenvolvidos como a dos países em desenvolvimento. Enfim estes serão os tópicos mais discutidos.

Acompanhando o notável desenvolvimento econômico do pós guerra, os avanços da ciência e da tecnologia nas últimas quatro décadas tiveram uma amplitude jamais vista

na história da humanidade. Como evidência dos progressos, podem-se mencionar: a chegada do homem à lua, a descoberta da penicilina, a fissão do átomo, entre outros. Foram feitos científicos e tecnológicos tão marcantes que mudaram a própria visão do ser humano sobre si e sobre o mundo em que vive. O desenvolvimento das ciências naturais fez com que o ser humano passasse de “aprendiz” a “feiticeiro” em um curto espaço de tempo, ou seja, não somente a ciência se desenvolveu de forma extraordinária mas também houve uma aceleração do uso tecnológico das descobertas científicas ao longo deste século (Hobsbawn 1995).

Isto trouxe profundos desdobramentos do ponto de vista da organização social, econômica e política dos países cujos efeitos ainda estão se processando e não são totalmente conhecidos. O desenvolvimento da C&T modificou a organização das sociedades do ponto de vista das atividades econômicas que passaram a ser mais produtivas e rentáveis. A sociedade industrial só foi possível graças ao desenvolvimento de técnicas de produção baseadas em descobertas científicas e tecnológicas. Graças a estas, também houve progresso na qualidade de vida das pessoas em aspectos básicos, como aumento da expectativa de vida e dos níveis de nutrição, facilitados pela descoberta de novos remédios e métodos de produção de alimentos mais rentáveis. Finalmente do ponto de vista político, ainda que os impactos das descobertas científicas e tecnológicas sejam menos perceptíveis, é possível falar em influência sobre a vida política dos países em que o avanço de C&T é maior e isso também é possível por causa do bom desenvolvimento da educação. Enfim, o que se quer argumentar é que o desenvolvimento da C&T, em alguma medida, modificou as configurações de poder nas sociedades.

Do ponto da política internacional, essas modificações são muitos mais perceptíveis pois as relações internacionais são muito influenciadas pelo intenso desenvolvimento da C&T em alguns países e regiões do mundo *vis à vis* o atraso relativo de outros países e regiões. Em suma, configurações de poder do mundo são influenciadas e frequentemente modificadas pelo avanço da técnica e da ciência. Tal é a importância para o cenário internacional que foi desenvolvida a tese de que a ascensão das potências ao longo das épocas está relacionada com sua capacidade de empreender avanços técnicos e manter a superioridade nas áreas econômica e militar. (Kennedy 1987, Gilpin 1984). Enfim, a capacidade de aliar supremacia econômica e militar graças ao avanço da ciência e da tecnologia é uma vantagem comparativa das nações frente a outras.

Esta dissertação tem procurado analisar os processos de globalização, ou seja, o avanço da integração e da interdependência entre as sociedades e a diminuição da relativa capacidade do Estado em acompanhar esses processos. Nesse sentido, a globalização tecnológico-científica tem tido efeitos muito profundos sobre a capacidade estatal de operar políticas públicas e influenciado muito as configurações de poder do cenário internacional. Em especial, algumas tecnologias globalizantes tiveram efeito significativo sobre a ordem internacional nos últimos anos: as comunicações, a robótica e a biotecnologia (Kennedy 1993).

A primeira delas diz respeito a revolução das comunicações que integrou o mundo de forma extremamente acelerada em poucos anos. Em poucos minutos, fatos ocorridos em países distantes e remotos puderam chegar às residências de famílias ocidentais. Isso acarretou conseqüências para a política interna e internacional. De certa forma, a rejeição da opinião pública americana à guerra do Vietnã na década de sessenta e setenta foi provocada pelos efeitos das telecomunicação via satélite. Um outro exemplo dos efeitos do avanço das comunicações foi a aceleração da integração dos mercados financeiros internacionais na década de 80. Com efeito, meio trilhão de dólares passaram a flutuar diariamente pelas redes interligadas de computadores e provocaram uma série de fenômenos econômicos que tiveram desdobramentos sobre a atividade produtiva, conforme foram examinados anteriormente. Finalmente, é importante ter em conta os efeitos das rodovias de informação e da rede de computadores “Internet” na opinião pública internacional para a difusão de idéias e conhecimentos. No futuro, com a ampliação das redes de telefonia, esses efeitos podem ser ainda maiores, podendo trazer conseqüências até mesmo sobre a democracia direta. A Internet também tem e terá grande impacto nas atividades das empresas transnacionais e no avanço do mercado capitalista.

Uma segunda tecnologia teve efeito importante sobre a configuração global do cenário internacional: a robótica. Acompanhando as mudanças na estrutura de gerenciamento das empresas, a linha de montagem fordista ficou mais ágil com a aplicação de tecnologia de robôs. Isto permitiu ganhos de produtividade importantes, sobretudo na indústria automobilística. As empresas passaram a investir pesado em automação dos processo para evitar a perda de posição competitiva, ao mesmo tempo que buscaram expandir sua base de produção em vários países do mundo. Os efeitos que a

automação teve na composição do emprego industrial ainda merecem maiores reflexões. Muitos sustentam que o efeito da automação sobre aumento do desemprego é grande, porém esse efeito tem sido exagerado (The Economist, 1996). Como mencionamos anteriormente, o desemprego é um dos maiores desafios da ordem internacional globalizada, ao passo que a robótica é importante como estratégia de competição das empresas e para sua expansão nos mercados globais. A relação entre esses dois fenômenos não será aprofundada aqui. O fato é que a aplicação da robótica nas linhas de montagem demonstra a ordem de grandeza da aceleração tecnológica e industrial das descobertas científicas nos últimos anos. Finalmente, a robótica é um exemplo de que sem o investimento em pesquisa e desenvolvimento (R&D) as empresas tendem a perder posições competitivas.

Para efeitos desta dissertação, a tecnologia mais importante é a *biotecnologia*. Os avanços da ciência no tocante a genética trouxeram consequências fundamentais para a produção de alimentos e medicamentos. A possibilidade de aumento de produção de alimentos cresceu de forma exponencial com a aplicação prática das descobertas genéticas. Pode-se pensar na criação de espécies de plantas alimentícias resistentes a pragas, adaptáveis a diversas condições de solo para cultivo e com altas taxas de produtividade. Os efeitos que esta tecnologia pode ter na qualidade de vida das populações é também perceptível na possibilidade de descoberta de novos remédios capazes de curar doenças que hoje ainda afetam milhares de pessoas em todo o mundo.

Todas essas tecnologias são intensivas em conhecimento, ou seja, exigem profissionais extremamente capacitados e métodos de aplicação complexos e dispendiosos. Hoje a tecnologia embutida no preço de um produto determina cada vez mais o seu preço final, ao passo que a matéria prima, por exemplo, vale cada vez menos. Um exemplo paradigmático é a indústria de informática, sobretudo no que concerne a “software”. O preço dos materiais utilizados na fabricação de um chip de computador (silício) são irrisórios se comparados ao conhecimento embutido para o seu desenvolvimento.

Retoma-se a argumentação desenvolvida na parte sobre globalização econômica: a economia torna-se cada vez mais virtual e imaterial. O processo produtivo é nas economias avançadas depende cada vez mais do conhecimento embutido, que determina

o preço final dos bens e tem grande peso na competitividade para a aquisição de mercados. Daí todo o papel estratégico que C&T têm adquirido na vida das empresas, no comércio internacional e por conseguinte, nas relações internacionais. A Ciência e a Tecnologia são responsáveis, em grande parte, pela sobrevivência das empresas e pela supremacia dos países na geopolítica da economia global.

Por essa razão tem surgido a necessidade cada vez maior dos países e das empresas em desenvolver e adquirir tecnologia de ponta e de proteger o conhecimento já desenvolvido. Os países desenvolvidos e as empresas transnacionais têm argumentado sobre a importância da proteção da propriedade intelectual para o desenvolvimento de uma ordem internacional liberal próspera. Segundo estas posições, a difusão da tecnologia só é possível com a defesa do conhecimento por todos os países pois a aceitação do direito a propriedade intelectual estimula que empresas e países resolvam investir em pesquisa em outros países onde o ambiente institucional é positivo. Por outro lado, a defesa intransigente da propriedade intelectual também advém do fato de que estes países e empresas têm interesse econômico em cobrar pelo conhecimento que custou muito para ser desenvolvido e hoje é a chave para a conquista dos mercados. O reconhecimento da propriedade intelectual como um dos pilares básicos da nova ordem econômica internacional é um exemplo das imbricações entre globalização econômica e globalização científico-tecnológica. O mercado globalizado determina um alto preço para o conhecimento que precisa ser protegido de cópias e piratarias.

A defesa da propriedade intelectual é importante não somente para as empresas transnacionais mas também para países desenvolvidos e em desenvolvimento, que tiveram algumas posições divergentes ao longo dos anos oitenta nos fóruns internacionais onde foram discutidos esses temas. Os países desenvolvidos têm argumentado, como mencionou-se, da importância do reconhecimento da propriedade intelectual na difusão da tecnologia e na estabilidade da ordem internacional liberal ao mesmo tempo que têm interesses econômicos. Os países em desenvolvimento, por sua vez, questionam os efeitos que a abertura dos direitos a propriedade intelectual têm sobre as indústrias nascentes e sobre a capacidade de desenvolver ciência e tecnologia autônomas e nativas. O caso das patentes foi discutido ao longo da Rodada Urugui do GATT/OMC e definido no Trade Related Aspects of Intellectual Property (TRIPS). A posição deste fórum é nítida em relação à proteção do conhecimento e da propriedade intelectual. Enfim, a

aceitação das regras internacionais de defesa do conhecimento é um dos pilares básicos da nova ordem econômica internacional e imprescindível para que os países em desenvolvimento se integrem a esta nova ordem. Se discutirá no terceiro capítulo os efeitos que isso tem no caso das patentes de biotecnologia. Por hora é importante apreender as forças atuantes nos processos de globalização tecnológico-científica são tanto os países, quanto as empresas.

Em relação aos países deve-se mencionar o peso que C&T têm nos aspectos da nova ordem econômica internacional, caracterizada pela multipolaridade entre Estados Unidos da América, na Europa e no Japão. A posição competitiva destes países nas últimas décadas foi muito influenciada pela capacidade de incentivar P&D em C&T, seja mediante a utilização de recursos públicos ou seja mediante a utilização de mecanismos de mercado (demand pull ou technology push). A capacidade de desenvolvimento de C&T foi muito afetada nos Estados Unidos desde os anos setenta com o avanço das economias japonesa e européia. Entretanto, ao longo dos anos noventa tem havido uma recuperação considerável do terreno perdido. Muitos analistas tem argumentado que essa recuperação é causada pelo reconhecimento das autoridades norte americanas da necessidade de buscar competitividade e de adotar políticas industriais que levem em consideração os aspectos tecnológicos e científicos. Trata-se da adoção da “teoria estratégica do comércio” da “nova teoria do crescimento” que surgiu dos trabalhos do economista americano Paul Krugman.

Em relação aos países em desenvolvimento, a globalização científico-tecnológica também tem efeitos importantes porém mais lentos. Tem existido estudos sob o efeito de C&T nos processos de desenvolvimento econômico (Shrum e Shenahv, 1995) que demonstram o avanço relativo de algumas áreas de C&T em alguns países, notadamente os maiores como China, Índia e Brasil. Está havendo um relativo processo de desenvolvimento científico e tecnológico por meio de esquemas de transferência de tecnologia realizado pela instalação de empresas multinacionais ou por esquemas de cooperação científica. No entanto, é importante reconhecer que as configurações geográficas da distribuição de C&T no mundo apontam para uma concentração nos países desenvolvidos. No caso brasileiro, dados de um estudo recente sobre o sistema nacional de inovação (Frischtak e Guimarães, 1994) demonstram o baixo nível de investimento de empresas privadas, nacionais ou transnacionais, em pesquisa e

desenvolvimento (P&D) no Brasil. Esse mesmo estudo evidencia a pouca sinergia entre as empresa privadas, de um lado, e as universidades e os institutos de pesquisa estatais de outro.

Nos países em desenvolvimento o papel do Estado para o conduzir C&T foi muito ativo. No Brasil, por exemplo, o Estado atuou de forma pesada mediante concessão de linhas de crédito para pesquisa fornecidas por agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Houve incentivo para geração de tecnologia autônoma paralelamente ao processo de substituição de importações. De certa forma o programa do Proálcool encaixa-se nesse exemplo (Castro Santos, 1994). Ademais, o Estado brasileiro investiu muito em grandes projetos como tecnologia nuclear como o Programa Nacional de Energia Nuclear (Arcela, 1993) nos anos setenta e, já nas décadas de 80 e 90, ênfase foi dada às pesquisas aeroespaciais para o desenvolvimento de um satélite nacional. Nos últimos anos, entretanto, a crise fiscal do Estado comprometeu os investimentos em todas as áreas de políticas públicas inclusive C&T. Foi característica do final dos anos oitenta um processo de pulverização dos incentivos em várias pesquisas com valor reduzido. Já nos anos noventa, com o avanço dos processos de globalização, o papel estatal tem sido não somente questionado mas, de fato, diminuído ao passo que ainda não se pensou em um modelo nacional de política de ciência e tecnologia para substituir aquele em vigência anteriormente.

Enfim, tem havido muito debate tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento a respeito do tecno-globalismo para o desenvolvimento de C&T (Tonelson, 1995; de la Mothe e Dufour, 1995). O tecno-globalismo, de uma maneira geral, se caracteriza pelo avanço da competitividade econômica nas questões concernentes à ciência e tecnologia e a importância das empresas na condução do processo de inovação. Esse quadro, entretanto, parece existir somente entre os países desenvolvidos onde as atividades em C&T das empresas transnacionais muito intensas. É possível, por exemplo, pensar laboratórios particulares suíços conduzindo pesquisas sobre fármacos em Universidades privadas da Califórnia. O mesmo não pode ser concebido em países da África subsaariana, mesmo com a diversidade de recursos naturais. Enfim, apesar dos processos de globalização científico e tecnológica, ainda

muito incerto se empresas multinacionais terão disponibilidade para investir em P&D em países em desenvolvimento nos quais o ambiente institucional da C&T ainda é bastante incipiente.

É importante perceber a conexão entre os aspectos econômicos, mas não se pode esquecer que muito do desenvolvimento da C&T foi possível graças a esquemas de investimentos pesados em pesquisa militar que foi a tônica no período de guerra fria (Kennedy, 1987). As máquinas militares das potências EUA e URSS foram responsáveis por avanços científicos e tecnológicos que hoje contribuem para a globalização em suas várias faces. Um exemplo importante diz respeito a tecnologia dos satélites que permitiu a integração dos mercados e das comunicações globais e foi inicialmente desenvolvida para permitir às potências controle dos arsenais rivais. Com o fim da guerra fria e da configuração bipolar de poder, os assuntos atinentes à pesquisas e tecnologias bélicas têm estado em pouca evidência, ainda que existam atividades setorializadas em alguns países que preocupam os países ocidentais. Por exemplo, os países muçulmanos e as antigas repúblicas soviéticas mantêm pesquisas em áreas nucleares e possuem tecnologias duais, ou seja, aquelas que podem ter uso civil e militar..

Em um mundo globalizado, a condução de C&T obedece também outros parâmetros que não são ligados diretamente a imperativos econômicos. O principal aspecto que podemos nos reportar para exemplificar é o fato de que a comunidade científica do mundo sempre procurou se comunicar e fazer avançar o conhecimento independente dos desdobramentos econômicos que isso poderia ter. Trata-se de uma postura que busca o avanço do bem estar humano. O progresso da ciência e da tecnologia muito contribuiu para isso. Os cientistas sempre formaram uma classe que se distinguiu por seu caráter internacionalizado. Nesse sentido exerceram um papel fundamental no pós-guerra atuando nas organizações internacionais como construtores de consensos internacionais a respeito de temas fundamentais como a preservação ambiental ou a segurança nuclear. As comunidades epistêmicas, como são conhecidos esses grupos de cientistas pela Teoria das Relações Internacionais, têm contribuído para o processo de globalização científico e tecnológica. Acredita-se serem os cientistas detentores de uma racionalidade superior capaz de distinguir os grandes problemas da humanidade e fornecer aos políticos subsídios para a condução de políticas públicas (Haas, Babai e Willians, 1977).

Nesse ponto a globalização científico-tecnológica tem imbricações com certos aspectos da globalização ecológico-ambiental. As comunidades epistêmicas, como foi colocado, têm contribuído para a construção de consensos no cenário internacional. Os problemas ambientais, por exemplo, foram analisados por equipes de cientistas ao redor do mundo que chegaram a conclusão de que a destruição da camada de ozônio e o aquecimento da Terra, conhecido como efeito estufa, tinham evidência científica e representavam, de fato, ameaças para a segurança do mundo. As comunidades globalizadas de cientistas tem tido papel importante para a construção dos chamados regimes de proteção ambiental, como a Convenção de Montreal, de 1987, acordo que visa diminuir a emissão de CO₂.

Entretanto, a posição dos cientistas muitas vezes é questionada por outros atores das relações internacionais e a própria classe dos cientistas não pode ser considerada detentora de posições únicas a respeito dos fenômenos globais. Pode-se dizer que a globalização, mesmo nos aspectos concernentes a C&T, não une o mundo nem diminui o grau de conflitos existentes entre os diversos atores internacionais e transnacionais. (Ancarani, 1995). O exemplo mais recente de divergências entre cientistas e outros atores, nesse caso um poderoso ator estatal os Estados Unidos da América, foi a divergência sobre a Convenção da Biodiversidade. Nesse regime internacional os Estados Unidos recusaram a aceitar algumas cláusulas relativas a proteção dos recursos genéticos por não mencionarem explicitamente o direito à proteção da propriedade intelectual. A posição norte americana, por sua vez, estava escudada na crença da sua comunidade científica que acredita ser o direito a propriedade intelectual um condição fundamental para o desenvolvimento da ciência. Essas posições divergiam daquelas dos cientistas de países em desenvolvimento detentores de grande quantidade de recursos genéticos em florestas: a comunidade científica nesses países de tradição mais nacionalista adotou uma postura favorável ao pagamento de royalties para a utilização dos recursos genéticos nativos e não apenas para a descoberta do uso da propriedade genética pela biotecnologia, ou seja, o direito a propriedade intelectual deveria considerar também o recurso genético em estado natural e não somente a patente do recurso genético modificado.

Esses assuntos relacionados às patentes de biotecnologia serão melhor explorados no terceiro capítulo. Por hora é importante perceber importância dos cientistas como atores e forças transnacionais imprescindíveis na globalização científico-tecnológica.

Após o exame do papel das empresas transnacionais, dos países desenvolvidos e em desenvolvimentos, dos cientistas e das organizações internacionais é importante tecer algumas considerações finais sobre o papel do Estado como indutor da ciência e da tecnologia em um mundo caracterizado pelo tecno-globalismo e qual o peso disto nas relações internacionais. Enfim, dentro da idéia geral dessa dissertação, qual o papel das políticas públicas frente à globalização.

Como foi abordado ao longo desta parte, a globalização da ciência e da tecnologia não diminui a busca de poder nas relações internacionais. A ênfase agora diz respeito às questões relativas as capacidade de competição econômica, e ao conflito entre os três pólos de poder mundial Estados Unidos, Europa e Japão. Acredita-se que as políticas públicas voltadas para C&T devem ser voltadas para o estímulo a competitividade industrial e a inserção em mercados internacionais, em estreita conexão, portanto, com a política industrial dos países (Markovitch, 1994; Tavares de Araújo Jr., 1994). De uma maneira geral, o Estado tem se deparado com dificuldades fiscais e incapacidade para investir diretamente em vários setores, incluindo aí C&T, mesmo nos países desenvolvidos. A aceleração das inovações e a estreita conexão com a globalização econômica fazem das empresas privadas os vetores principais das inovações tecnológicas próprias do tecno-globalismo (Dufour e de la Mothe, 1995). Entretanto, esse papel ainda é muito reduzido nos países em desenvolvimento, nas quais as empresas transnacionais não têm investido em P&D, como foi colocado. O Estado, portanto, deve intervir no sentido de ser o indutor dessas atividades, mediante incentivos de toda ordem, já que sua capacidade de exercer essas funções é limitada. No intuito de incentivar as alianças entre centros de pesquisa/universidades públicas e o setor privado, por exemplo. Ademais, o fornecimento de um bom ambiente institucional com ênfase na educação e na qualidade de vida da população são requisitos que atraem empresas transnacionais .

Em algumas áreas específicas de pesquisa básica que não oferecem atratividade comercial a curto prazo, a intervenção estatal é salutar e existe mesmo em países desenvolvidos. Justifica-se a atuação estatal em áreas em que as externalidades positivas

sejam grandes, por exemplo em pesquisas médicas. Enfim, assim como em outras vertentes da globalização, a globalização tecnológico-científica não prevê uma retirada pura e simples do Estado mas, sobretudo, uma reformulação de suas atividades dentro de bases mais reduzidas.

Chega-se, assim à conclusão da análise dos fenômenos da globalização relacionados ao problema dessa dissertação. Na parte subsequente, pretende-se fazer uma revisão teórica, dentro dos marcos da Ciência Política e das Relações Internacionais, de como o Estado-nação tem operado nesse cenário globalizado.

Capítulo 2

Elementos conceituais da Teoria das Relações Internacionais sobre a Globalização e sobre a posição do Estado.

Nesse capítulo pretende-se fazer uma revisão da Teoria das Relações Internacionais, e em menor escala da Teoria Política em relação a políticas públicas, no que concerne aos processos de globalização econômica, tecnológico-científica e ecológico-ambiental, envolvidos na problemática do comércio internacional de patentes de biotecnologia. Pretende-se colocar, ao longo do texto, como a TRI tem percebido as mudanças decorrentes dos fenômenos de globalização e procurado desenvolver novos paradigmas explicativos para abordá-los.

Como foi colocado na introdução do trabalho, é importante ter em conta que a TRI nasceu sobre a égide do Estado nacional como ator único das Relações Internacionais e com a ênfase em aspectos de segurança e defesa militar (o estudo das causas da guerra). O fenômeno da globalização, na nossa opinião, causa uma mudança muito profunda para a teorização na disciplina Relações Internacionais que precisa rever tanto o papel do Estado *vis à vis* o surgimento de outros atores e forças transnacionais, como o deslocamento da atenção para temas econômicos e sociais. Enfim, a correlação entre comércio internacional, meio ambiente, ciência e tecnologia coloca desafios para a Teoria das Relações Internacionais pois estes campos eram anteriormente vistos como de natureza inferior - *low politics* - (salvo o uso bélico da ciência e da tecnologia) em comparação a temas mais importantes - *high politics* - de desdobramento militar e de segurança.

Dentro do amplo espectro da TRI, pretende-se centrar a análise numa corrente teórica que tem se desenvolvido bastante nos últimos anos - a Economia Política Internacional. Além dessa, abordar-se-á amplamente vertentes mais gerais que tratam do fenômeno da “Globalização”:

a) Pretende-se, inicialmente, colocar qual o posicionamento da Teoria Realista da Relações Internacionais, e sua vertente mais recente - *Neo-realismo*. Estas têm sido questionadas em face dos novos problemas decorrentes da globalização. Não obstante, as

teorias Realista e Neo-realista desenvolveram explicações para os fenômenos da globalização, sobretudo nos aspectos mais econômicos e comerciais, dentro de um marco de economia política internacional. É o caso da teoria da estabilidade hegemônica, desenvolvida e aplicada por Krasner e Gilpin, por exemplo, a qual vamos abordar detidamente.

b) Posteriormente, abordar-se-á vertente teórica chamada de *Pluralismo* por uns, *Liberalismo* por outros, a teoria da interdependência assimétrica e complexa (Keohane e Nye) e o debate sobre o fim da hegemonia que procuraram colocar o surgimento de novos problemas nas relações internacionais e nas relações econômicas internacionais após o fim da supremacia americana.

c) Importante também citar a teoria de regimes internacionais que se encontra tanto na tradição Realista (Krasner) quanto na Pluralista (Haas, Nye e Keohane) para a determinação de uma agenda internacional baseada na cooperação para resolução de novos problemas, além do papel das comunidades epistêmicas e da tecnologia (Ruggie, Haas).

d) As contribuições de Strange sobre o papel das empresas transnacionais na diplomacia trilateral (dois países e uma empresa) e sua análise sobre as estruturas principais (Finanças, Produção, Conhecimento e Defesa) e estruturas secundárias (Comércio, Transportes, Energia e “Welfare”) que determinam o poder político e econômico no sistema internacional também será enfatizada.

e) Dentro de uma outra vertente da teoria das Relações Internacionais, chamada de *Globalista*, procurar-se-á também colocar a contribuição de Wallerstein sobre Economias-Mundo e, além dessa, citar a teoria da dependência (Cardoso e Faletto) e da abordagem marxista e granciana da TRI (Cox, Gill) que se colocam nessa tradição.

f) Conferir-se-á grande ênfase às teorias que têm abordado a questão das mudanças do mundo contemporâneo sob o prisma da Globalização. Abordagens como a de Rosenau, North, Viola, Ianni entre outros.

g) Finalmente, será citada alguma literatura (Przeworsky, Evans, Haggard, O’Donnel) no sentido de dar uma panorâmica dos efeitos da globalização sobre a

organização interna do Estado (processos de *Reforma do Estado*), na capacidade governativa (*governabilidade e governança*) e na condução de políticas públicas.

----**----

A teoria Realista das Relações Internacionais tem recebido críticas desde o fim da Guerra Fria por que suas principais premissas foram incapazes de explicar o ocaso da ordem bipolar. Trabalhos recentes (Lebow, 1994) centram-se em questionamentos às hipóteses e premissas realistas e neo-realistas formuladas para explicar fenômenos internacionais que essas correntes teóricas se propuseram a explicar desde o seu surgimento. Quais sejam essas premissas: o Estado, o ator único das Relações Internacionais é racional e coeso; seu principal interesse é a segurança; o sistema internacional é anárquico mas pode se estabilizar devido aos processos de equilíbrio de poder. O autor citado afirma que o Realismo, e sua versão mais moderna, o Neo-realismo, foi incapaz de explicar fenômenos como: a longa paz entre as “superpotências”, o fim da União Soviética e as transformações do sistema internacional.

Um outro tipo de questionamento se faz diz respeito a pouca utilização das propostas realistas para explicar fenômenos que cresceram em importância com a nova ordem e hoje são centrais para compreensão do atual sistema internacional como: o comércio internacional, os problemas ambientais, a ciência e a tecnologia para uso econômico e os processos de globalização. Esses temas têm importância vital para o sistema político internacional contemporâneo, mas estiveram ausentes das formulações realistas e neo-realistas iniciais, cuja divisão entre *alta política* e *baixa política* privilegiou os assuntos de segurança militar em detrimento de assuntos socioeconômicos. Desde a década de 1970, devido a própria evolução do quadro internacional, estudiosos das relações internacionais têm reconhecido a importância, inclusive estratégica, dos temas socioeconômicos.

Assim, correntes teóricas de orientação realista e neo-realista, já nos anos 1970, passaram a dar mais importância a temas de ordem econômica, embora ainda omitissem o meio ambiente e os processos de globalização fora do campo econômico. A Teoria da Estabilidade Hegemônica e a Economia Política Internacional foram utilizadas por Krasner e Gilpin nas décadas de 1970/80 para analisar as mudanças da ordem

internacional, caracterizadas pelo declínio econômico relativo dos EUA em relação ao Japão. Ambas correntes passaram a abordar temas econômicos com muita intensidade. Não somente os “neo-realistas” Krasner e Gilpin, mas também autores de outras correntes, chamadas “neoliberais” (ou pluralistas) como Keohane e Nye, além de outros de fora da academia norte-americana como Strange, passaram a trabalhar a Teoria das Relações Internacionais mais próxima da perspectiva da Economia Política Internacional. Abordar-se-á estas teorias centradas na Economia Política, começando com aquelas derivadas da tradição realista.

A Teoria da Estabilidade Hegemônica foi formulada inicialmente por Krasner para analisar a relação entre os interesses e o poder dos Estados mais poderosos e o grau de abertura comercial da economia internacional. Ele identifica quatro objetivos da ação estatal: poder político, renda nacional agregada, crescimento econômico e estabilidade social. A ordem internacional liberal beneficia o Estado mais poderoso do cenário econômico internacional, permitindo-o atingir esses objetivos. Assim, esse Estado procuraria manter a estabilidade do sistema econômico mediante a criação de regimes de livre comércio (Krasner 1996).

Segundo essa teoria, a estabilidade nas relações internacionais é derivada da presença de um Estado hegemônico ou dominante. Por meio da liderança de um ou mais *hegemons* em determinadas áreas do sistema internacional (comércio, finanças, segurança) a ordem e o respeito às normas de conduta são cumpridos pelos demais Estados. São os *hegemons* os responsáveis pela estabilidade do sistema internacional e, em última instância, pela manutenção dos regimes internacionais .

Os Regimes Internacionais são conjuntos de princípios, normas e procedimentos para os quais os comportamentos dos atores convergem em determinadas áreas das relações internacionais (Krasner *apud* List e Rittberger 1992). Esse conceito é muito utilizado por teóricos de várias matizes das Relações Internacionais, como os realistas Krasner e Gilpin, para explicar a manutenção da ordem no sistema internacional e nas suas abordagens sobre economia política internacional.

Aqui é necessário fazer um aparte para examinar um pouco mais de perto a questão dos regimes. Essa categoria teórica tem sido trabalhada por quase todos os

estudiosos das RI. Na tradição realista e na tradição pluralista, como se verá logo mais. É importante ter em conta a importância das comunidades epistêmicas para a construção dos consensos científicos na construção dos regimes internacionais e nos processos de tomada de decisão. Tem-se citado muito nessa dissertação a contribuição de Haas nesse sentido, mas também Ruggie se refere à importância do conhecimento partilhado como uma das bases para a formação de regimes (Ruggie *apud* List e Rittberger 1992). A construção de consensos científicos é vital nos regimes ambientais internacionais, por exemplo, como foram analisados nas partes referentes à globalização ecológico-ambiental e científico-tecnológica.

Voltando à teoria da estabilidade hegemônica, esta também foi utilizada por Gilpin em um estudo sobre guerras e as causas das mudanças no sistema internacional (Gilpin, 1981). Este não é necessariamente um estudo centrado na economia política. Entretanto, é necessário tê-lo em conta para compreender as formulações posteriores de Gilpin sobre a economia política das relações internacionais (Gilpin, 1987).

Gilpin define a economia política como o estudo da interação recíproca entre riqueza e poder. A estrutura institucional na qual esta interação se desenrola é tanto o Estado quanto o mercado, duas formas bem diferentes de organização. (Gilpin, 1987: 8-11). Discorre também sobre as três principais “ideologias” (termo que ele prefere usar no lugar de “teorias”) que influenciaram a abordagem contemporânea deste campo de estudo. São estas ideologias: o liberalismo, o nacionalismo e o marxismo.

A partir desta definição, este autor descreve a natureza da economia política internacional e a importância da interação entre mercado e Estado para os países nas relações internacionais. A preocupação do autor é avaliar o impacto da economia de mercado nas relações entre os países e as maneiras pelos quais estes tentam influenciar as forças desse mercado para proveito próprio. A partir deste ponto inicial, três questões surgem: 1 - o mercado mundial exerce efeito sobre o desenvolvimento econômico dos Estados e estes se esforçam para controlar, ou pelo menos estar em posição de influenciar as regras e os regimes que governam o livre comércio, o investimento estrangeiro, o sistema financeiro, e outros aspectos da economia política internacional. 2 - A interação entre as mudanças políticas e econômicas das últimas décadas deu origem a uma competição intensa entre os Estados para atrair a locação das atividades econômicas,

especialmente as chamadas de “commanding heights” da atividade industrial moderna. 3 - A maneira como a interdependência dos mercados afeta e é afetada pela política internacional e, em particular, pela presença ou ausência de uma liderança política ou *hegemon*. Enfim, Gilpin considera que atrás dos aspectos técnicos da economia internacional e da lógica dos mercados escondem-se questões políticas determinantes que influenciam os estados nas suas interações com esses mesmos mercados.

Após citar a teoria do sistema dual (de inspiração liberal) e a teoria do moderno sistema mundial (de inspiração marxista e nacionalista), para avaliar as interações entre economia e política e entre mercados e estados, Gilpin utiliza-se da teoria da estabilidade hegemônica. Esta teoria aplicada à economia política internacional diz que é necessária a presença de uma liderança internacional para a existência de uma ordem econômica harmônica e liberal. Na presença desta liderança, os regimes internacionais que dizem respeito aos assuntos econômicos são respeitados e cumpridos e é o *hegemon* quem organiza as instituições que sustentam e legitimam essa ordem. De mesma maneira o estado hegemônico procurará estabelecer uma ordem liberal, na qual exista o livre fluxo de bens e capitais e geralmente é ele quem estabelece e mantém a moeda de troca no sistema internacional. Suas empresas também são as mais competitivas e, nesse ambiente de garantia política e lastro econômico, são estimuladas a se expandir pelo mundo. De maneira similar comporta-se o capital financeiro dos estados hegemônicos.

Existem dois exemplos históricos citados pelos adeptos desta corrente, a *pax britânica* do século XIX e a *pax americana* da segunda metade do século XX. Nesses períodos, Grã-Bretanha e EUA procuraram organizar uma ordem econômica que os beneficiava pois, além de possuírem a liderança política, tinham a liderança econômica comercial e industrial. Eram competitivos em várias atividades e, assim, lucravam com a lei do livre mercado. Ademais, procuraram fornecer a moeda para dar lastro às transações do livre comércio (a libra e o dólar respectivamente), dentro de mecanismos de paridade estabelecidos (padrão ouro) e criaram procedimentos e regimes capazes de garantir a estabilidade do sistema (FMI, BIRD). Seus capitais financeiros e produtivos também se expandiram muito nesses períodos, sendo a expansão inglesa do século passado mais predominantemente de caráter financeiro enquanto a norte-americana, tanto financeira como produtiva, cujo avanço das multinacionais é um dos fenômenos mais marcantes do pós segunda guerra.

O parágrafo anterior mostra duas ordens econômicas internacionais consideradas harmônicas pois havia a existência de lideranças que garantiam práticas liberais de mercado. Segundo Gilpin, o sistema internacional atual está passando por um período de mudança estrutural em que a supremacia norte americana, a *pax americana*, tem sido minada pela ascensão de novos pólos de liderança econômica, na Europa a Alemanha, na Ásia o Japão. Estamos no fim de uma ordem econômica e no limiar de uma nova na qual o novo *hegemon*, possivelmente o Japão, ainda não se estabeleceu plenamente. Para teoria da estabilidade hegemônica uma situação dessas é passível de criar conflitos na economia política internacional, com o surgimento de novos blocos de poder econômico que questionam a ordem internacional liberal anterior que beneficia o *hegemon* em declínio.

Surgem, portanto, conflitos entre os pólos de poder econômico que podem levar o surgimento de tendências nacionalistas e protecionistas provocando a queda da ordem econômica liberal e de suas instituições e regimes. A atual ordem econômico-comercial, caracterizada pela regionalização nos blocos de um lado, e a pela multilateralização no âmbito Organização Mundial de Comércio por outro lado, pode estar tomando esta configuração. Para realistas como Gilpin e Krasner é necessário que os atores internacionais entrem em acordo para evitar que os regimes liberais sucumbam à sanha nacionalista-protecionista ou, e esta é a postura mais adotada por eles, surja um novo *hegemon* que garanta novamente a estabilidade do sistema.

Gilpin e Krasner, dentro da tradição realista, percebem a economia política internacional em termos de poder e conflito, centrada ou na presença de um estado forte e hegemônico que garanta a estabilidade liberal ao sistema ou no choque de interesses entre atores que faz surgir tendências protecionistas. Por estas razões, suas abordagens podem ser chamadas de neo-mercantilistas (Biesteker, 1993). Suas contribuições são assim chamadas porque os Estado-nação precisa se manter forte, inclusive empreendendo políticas públicas ativas, para evitar que a ordem internacional liberalizada o prejudique. Esse caso vale não somente para os Estados Unidos, a potência declinante, mas também para todos aqueles que pretendem se inserir na ordem internacional de maneira favorável.

As hipóteses realistas podem fornecer explicação para o problema do meio ambiente, ciência e tecnologia e de comércio internacional bem como para os processos

de globalização que a presente dissertação pretende analisar. Dentro da perspectiva realista, a inter-relação entre comércio e meio ambiente pode estar relacionada com o surgimento de novos tipos de protecionismo, como aquele de caráter ambiental. As dinâmicas de globalização econômica, características da economia internacional contemporânea, podem, pela ótica realista, estar relacionadas com o avanço de uma nova ordem com novos pólos de poder econômico, o que cria efeitos sobre a mobilidade e alocação produtiva do capital, o surgimento de conflitos comerciais e a utilização competitiva da ciência e da tecnologia. Entretanto, a abordagem da economia política realista possui limitações para a TRI contemporânea: a IPE realista dá muita importância a aspectos da globalização econômica relacionados a competitividade dos países e não considera os aspectos ambientais ou científicos e tecnológicos da globalização de forma isolada. Um dos objetivos dessa dissertação é mostrar que os processos de globalização não se limitam a aspectos econômicos.

Uma outra avenida de críticas aos realistas pode ser feita pela demasiada importância dada ao estado nacional, e a figura do *hegemon*, nos processos de globalização e à pouca importância dada à noção de cooperação na política internacional e o surgimento de outros atores e forças transnacionais. Essas críticas ficarão mais evidentes à medida que apresentarmos outras correntes teóricas da economia política e da globalização ao longo deste capítulo. Começaremos a partir de agora abordar as perspectivas de Keohane e Nye sobre o noção de fim da hegemonia e de interdependência assimétrica e complexa.

Interdependência assimétrica e complexa e o fim da hegemonia (*after hegemony*) são termos cunhados por estes autores para tentar explicar algumas das transformações estruturais por que o sistema internacional sofreu nos últimos anos. A idéia de fim da hegemonia americana, embora trabalhada pelos autores da perspectiva realista dentro de uma visão declinista, pela visão dos autores *pluralistas* ou liberais toma uma outra figura. Para Keohane o declínio relativo dos Estados Unidos como potência econômica hegemônica não será capaz de destruir a estabilidade do sistema internacional econômico e favorecer o surgimento de tendências protecionistas. Os regimes internacionais montados com a ajuda da supremacia norte americana não seriam comprometidos pelo fim da hegemonia. Ele faz um estudo de caso no qual analisa o Fundo Monetário Internacional. Os regimes internacionais seriam mantidos por uma lógica própria de

cooperação que faz com que o dilema do prisioneiro, o jogo de soma zero da política internacional segundo o neo-realismo, seja superado. Assim, os Estados estariam dispostos a cooperar devido a necessidade de fazer com que o sistema internacional não se desestabilizar .

Keohane utiliza alguns esquemas microeconômicos para explicar o comportamento dos países. Na vigência da ordem hegemônica, são construídos regimes internacionais, cujo conceito já foi trabalhado. A ordem monetária internacional e o regime de livre comércio são dois exemplos de regimes que podem ser considerados bens coletivos ou públicos. É interesse da maioria dos atores das relações internacionais manter os bens coletivos e eles estão dispostos a cooperar para atingir esse objetivo. Daí a superação da lógica conflitiva da política internacional. Os atores estão dispostos também a evitar a figura do “free rider”, ou carona, pois a ação de um ou mais “free riders” provoca externalidades negativas para os outros participantes do regime, além de desestabilizar o sistema.

Keohane percebe a economia política das relações internacionais também em termos de busca por poder e riqueza, mas dá igual importância a variável “cooperação”, menos como um esforço para implementar ideais nobres do que como um meio para atingir o interesse individual e os objetivos políticos dos países (Keohane, 1984: 25). Assim, o conflito nas relações internacionais seria superado - devido a motivos pragmáticos dos Estados-nação.

O poder explicativo da teoria da cooperação após o fim da hegemonia é bem forte em alguns aspectos da globalização econômica, sobretudo na crença dos atores internacionais na consolidação dos regimes liberais de comércio GATT/OMC. É, também, bastante aplicável no que diz respeito aos regimes de cooperação internacional na área do meio ambiente. Essa área onde as forças do mercado agem de forma mais destrutiva e caótica e as externalidades têm grande peso negativo (ex. emissão de gás carbônico) é um exemplo claro de utilização extremamente pragmática da cooperação. Os danos ambientais prejudicam o sistema internacional como um todo e cada um dos participantes isoladamente, a cooperação e a superação dos conflitos é, portanto, interesse de todos e de cada um. A governabilidade global na área do meio ambiente ainda é bastante incipiente hoje, entretanto, a medida que os países perceberem e avaliarem os

efeitos dos danos ambientais para si, tendem optar cada vez mais pela cooperação. Finalmente, em relação à ciência e tecnologia em um mundo globalizado a cooperação pode ser utilizada para criar aspectos de governabilidade global em que cientistas e tecnólogos procuram contribuir para o progresso geral da humanidade.

Entretanto, os aspectos da globalização relativos a competição, econômica e tecnológica, não se adaptam ao esquema explicativo da teoria da cooperação. O dilema do prisioneiro continua valendo, por exemplo, em relação às empresas transnacionais. Mesmo se considerando a tendência a “*mergers*” nos anos oitenta, percebe-se que esses esquemas cooperativos foram motivados por uma lógica de sobrevivência na qual, quase sempre, as empresas mais poderosas dominaram suas rivais, que optaram por se fundir a serem extintas. O fato é que a lógica dos atores transnacionais nem sempre é de cooperação.

Enfim, a idéia que se pretende transmitir é que os esquemas cooperativos são motivados por uma lógica muito particular: a lógica da ação coletiva. A lógica da ação coletiva existe tanto no cenário interno quanto em muitas áreas do sistema internacional, por exemplo na formação de organizações internacionais e nas alianças como a OTAM. A crescente regulação estatal que foi característica da formação do Estado-nação contemporâneo e que conseguiu criar bens coletivos mediante mecanismos de coerção e incentivos seletivos para a adesão dos atores (Olson, 1971) se expandiu para alguns aspectos internacionais, como nos exemplos citados. Todavia, sempre existiram exceções à regra como os atores emergentes no cenário internacional que desempenharam papel de “*free riders*” para auferir ganhos particulares, apesar das ameaças de sanção e dos incentivos seletivos (Soares de Lima, 1990).

Uma das argumentações principais desta dissertação é que a globalização diminuiu a capacidade dos atores estatais para empreender políticas públicas: a globalização mina a lógica da ação coletiva dos Estados tanto na política doméstica quanto na política externa (Cerny 1995), impedindo a construção de bens coletivos verdadeiramente efetivos e, conseqüentemente, afetando a lógica da cooperação nacional e internacional. Estas assertivas a respeito da globalização serão aprofundadas logo mais. De maneira geral, pode-se dizer que a Teoria da Cooperação é bastante importante para a TRI por ser um

marco argumentativo em contraposição à Teoria da Estabilidade Hegemônica até então predominante na disciplina.

As transformações do sistema internacional contemporâneo foram também analisadas pela Teoria da Interdependência Complexa e Assimétrica, desenvolvida pelo mesmo Keohane junto com Nye, e significou uma importante alternativa para a Teoria da Estabilidade Hegemônica.

Uma das características mais marcantes do cenário internacional contemporâneo é a heterogeneidade de atores e forças transnacionais. Existem vários campos de jogo onde as lógicas de atuação são diferentes. A Teoria da Interdependência Assimétrica e Complexa fornece valiosos instrumentos para interpretar a nova conformação internacional. De uma maneira geral, esta teoria defende que as relações internacionais contemporâneas são caracterizadas pela maior interconectividade, não somente entre os países como unidades soberanas, mas também entre as sociedades. Dessa forma existe um processo de “transnacionalização” crescente que une as sociedades em correias de transmissão complexas e assimétricas. Enfim, as relações internacionais não podem ser vista somente em termos de poder, mas sim de poder e interdependência

De maneira mais sistematizada, as principais características da interdependência complexa são: múltiplos canais entre as sociedades; ausência de hierarquia entre os assuntos da agenda internacional; papel menor da força militar. (Keohane e Nye, 1989: 25).

Os múltiplos canais podem ser sumariados como interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Interestatais são os canais normais supostos pelos realistas. Transgovernamentais quando se relaxa a hipótese realista que os estados agem como unidades coerentes. Transnacionais quando se relaxa a hipótese que estados são as únicas unidades da política internacional.

A agenda das relações interestatais é caracterizada pela ausência de hierarquia entre os assuntos, ou seja, os temas relacionados a segurança militar não possuem mais precedência sobre outros. Muitos assuntos se colocam a partir de problemas considerados da política interna, e a distinção entre assuntos internos e externos fica menos nítida. Esses assuntos são considerados em vários departamentos do governo e não apenas nas

Chancelarias. A coordenação entre as esferas de governo é mais complexa. A partir da multiplicidade de assuntos, as coalizões dentro do governo tornam-se também mais complicadas.

Finalmente, o uso da força militar como instância última de resolução de conflitos torna-se muito mais complicado com o surgimento de uma agenda caracterizada pela multiplicidade de assuntos e pelas relações entre países interdependentes entre si.

Com efeito, a TIC&A refere-se aos múltiplos canais que conectam os países e as sociedades e determinam as relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Parece bastante indicada para explicar as áreas da globalização que esta dissertação se propõe a examinar. A dinâmica da conscientização ambiental ao longo dos últimos vinte/trinta anos, por exemplo. A globalização da ordem mundial nos últimos anos estreitou os laços entre as sociedades e fez com que assuntos antes considerados da esfera soberana de um Estado passassem a ser questionados por membros de outro Estados, por exemplo, nos assuntos ligados ao meio ambiente por meio do movimento ambientalista mundial, mas também em aspectos econômicos, científicos e tecnológicos há esta tendência. A idéia de interdependência está bem expressa nas palavras de um comentarista “..., a revolução tecnológica operada nos meios de comunicação e o crescente intercâmbio de idéias, informações e pessoas através de fronteiras nacionais criaram múltiplos canais não-governamentais de interação e geraram demandas de novo tipo (inclusive reivindicações de extraterritorialidade) apresentadas como a expressão de uma consciência planetária”(Martins, 1994: 135).

Enfim, fez-se nessa parte uma interpretação bastante elástica da Teoria da Interdependência Complexa e Assimétrica assumindo que esta engloba relações entre sociedades e não somente entre Estados. Entretanto, a TIC&A foi concebida para analisar, em primeira instância, relações entre unidades soberanas, Estados. Está é talvez a crítica que se faz a sua capacidade explicativa que, é bom enfatizar é bastante forte. A complexidade dos processos de globalização aqui analisados exigem a utilização de outros instrumentos teóricos e analíticos. Em suma, a formulação de políticas públicas em um mundo globalizado supõem a consciência dos processos de interdependência.

Até o presente momento os comentários a respeito da TRI e da EPI ficaram setorizados no debate da academia norte-americana. De fato, o “*mainstream*” da disciplina RI fica localizado nesse país, na contenda Neorealista / Neoliberal (Powell, 1994) e na discussão sobre os regimes internacionais. Pretende-se, a partir de agora, utilizar a interpretação estrutural de Strange, posteriormente a contribuição de Wallerstein e de correntes marxista e granciana que oferecem importantes subsídios para entender os processos de globalização.

A britânica Susan Strange foi uma das pioneiras da aproximação entre as Relações Internacionais e a Economia Política Internacional. Seus trabalhos sobre a expansão dos mercados financeiros globais e a capacidade do Estados de criar e ter acesso a crédito foram muito importantes em uma época em que ainda não se falava sobre globalização financeira (Strange, 1995). Sua abordagem das RI se coloca em termos de poder relacional e estrutural. Pelo primeiro se entende a relação entre duas unidades soberanas - a problemática clássica da política internacional. Por estrutura entende-se “arranjo de partes de um todo, como na estrutura do sistema internacional sendo definido em termos de distribuição de poder entre Estados” (Viotti e Kauppi, 1987: 604). Assim Strange divide o sistema internacional em quatro estruturas principais de poder (Segurança, Finanças, Produção e Conhecimento) e quatro estruturas secundárias (Transporte, Comércio, Energia e Bem-estar). No sistema internacional de mercado no qual Estados vão agir e interagir a fim de maximizar seus ganhos (Strange, 1989: 26).

Na estrutura de Segurança, a mais tradicional das Relações Internacionais, o Estado procura garantir sua integridade territorial e a proteção dos seus cidadãos contra ameaças internas e externas mediante o monopólio da violência, ou seja, do poder de coerção e de polícia. Essa esfera não interessa diretamente a presente dissertação mas é interessante ter em conta a diminuição da autoridade estatal para exercer o poder de coerção frente a grupos internos cada vez mais armados, vide o exemplo, dos Balcãs, da África, das “*inner cities*” dos grandes centros urbanos do mundo. No plano internacional, embora após o fim da guerra fria a segurança militar e a guerra tenham perdido espaço na agenda internacional, muitas conflitos continuam a afetar os países, agora relacionados com problemas de autoridade interna. Importante assinalar também que os Estados Unidos mantém a primazia nessa área, ainda que essa liderança seja cada vez mais compartilhada no âmbito da OTAN, sendo capaz de submeter todos os demais países à

sua autoridade, mas também sofrendo baixas no que se refere a ameaças como o narcotráfico e o crime organizado de atividade internacional. Strange a esse propósito cita o exemplo da Máfia.

A estrutura da Produção pode ser definida em termos dos arranjos determinando o que é produzido, por quem e para quem, por que método e em que termos. Nessa estrutura, os países que desde a Revolução Industrial até o momento tiveram capacidade de montar um parque produtivo são considerados desenvolvidos. Desde o final da segunda guerra a expansão das empresas transnacionais têm determinado os desdobramentos dessa esfera primeiramente na Europa Ocidental e depois na América Latina e Sudeste Asiático. Entretanto, o Estado também atuou de forma pesada na produção em vários países do mundo na chamada segunda revolução industrial da Rússia, Alemanha, Japão e posteriormente nos países de industrialização tardia da América Latina e da Ásia. Nos anos oitenta e noventa a globalização diminuiu o poder relativo dos Estados na esfera da produção, devido aos fim de um processo de intervenção na economia. Essa estrutura passou a se caracterizar por processos de privatização e desregulação. Para essa dissertação é interessante perceber que o Estado perde espaço, em maior escala, na produção de bens de alta tecnologia agregada como aqueles que tratam da área de biotecnologia e fármacos.

Na economia política internacional quem possui poder sobre o crédito domina uma estrutura crucial da sociedade, a estrutura das Finanças. No sistema capitalista o poder de criar crédito pertence tanto aos Estados quanto aos bancos enquanto que no antigo sistema socialista somente ao primeiro. Nessa estrutura o mercado é extremamente ágil, flexível mas também instável. Vide o problema dos fluxos de capitais de curto prazo para mercados emergentes abordados na parte sobre globalização econômica e financeira. Um sistema financeiro internacional bem organizado e mantido por uma moeda estável, como na época da libra esterlina e do dólar, permite um bom avanço do sistema do comércio internacional. Essa estrutura é bastante importante no contexto internacional para facilitar aos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, a acumulação de poupança para financiar o crescimento econômico. Daí a importância política dos processos de endividamento externo e posteriormente a “crise da dívida” nos anos 70 e 80. A transnacionalização dos mercados financeiros e incapacidade dos países de

determinarem com independência sua política monetária e cambial é um exemplo de uma das áreas onde o Estado mais perdeu papel de ação.

Finalmente, a estrutura do Conhecimento, esta extremamente importante para a dissertação. Hoje mais do que em qualquer época o poder do conhecimento é capaz de influenciar decisões políticas e econômicas. A capacidade de desenvolver e aplicar produtivamente conhecimentos na área das comunicações, dos satélites, dos computadores da biotecnologia determina muito ganho econômico aos Estados e empresas, principalmente. Os Estados Unidos da América, defendendo em grande parte os interesses das empresas transnacionais americanas, valorizam essa estrutura como nenhuma outra. Daí o interesse na liberalização do comércio de serviços e da defesa da propriedade intelectual na OMC. Ao longo da história, segundo Strange, o monopólio do conhecimento determina o poder político, primeiro na Idade Média com a Igreja Católica, posteriormente com o surgimento do Estado laico que tomou a prerrogativa dos avanços científicos transformando-se no “Estado-científico” difusor do conhecimento científico e tecnológico mediante esquemas de investimento pesado.

Além desta restam as estruturas secundárias (Comércio, Transportes, Energia e Bem Estar). O Comércio é uma estrutura particularmente interessante para a questão do comércio internacional de patentes de biotecnologia. É importante perceber sua vinculação com a estrutura da produção e do conhecimento, mas a autora releva os aspectos referentes ao controle sobre os fluxos dos bens e superávites comerciais. Hoje o conhecimento embutido no desenvolvimento de um produto conta mais para o preço final do que fatores como o trabalho ou o capital. Por isso, toda a insistência dos governos desenvolvidos, particularmente dos EUA para a definição dos padrões de proteção à propriedade intelectual. Enfim, Strange percebe o controle sobre o comércio um estrutura de poder importante em um mundo caracterizado pela liberalização comercial e pela aceleração das inovações

Uma importante consideração teórica trazida por essa mesma autora diz respeito a crescente interdependência entre empresas transnacionais e países para a determinação da alocação dos escassos recursos do mercado internacional nas estruturas examinadas anteriormente. Em estudo de caso, mostra o peso desses atores na determinação dos processos de desenvolvimento e de políticas públicas de países como Brasil, Tailândia e

Kenya. Percebe-se finalmente o peso crescente das empresas transnacionais nas negociações com os Estados e com outras firmas, a chamada diplomacia trilateral (Stopfford e Strange, 1991).

Finalmente, em trabalho mais recente são feitas considerações sobre a mudança da natureza da competição entre Estados, que tem tomado feições econômicas e tem modificado os padrões de relacionamento entre os mesmos, e sobre o fato de que a autoridade estatal sobre a economia e sobre a sociedade passa por período de difusão após dois ou três séculos de centralização (Strange, 1995).

Enfim, a interpretação estrutural é importante e original pois fornece diferentes instrumentos conceituais para a área da TRI e em sua inter-relação com a EPI.

A abordagem estrutural de Strange se aproxima de uma tradição da Teoria das Relações Internacionais, classificada de *Globalismo* por Viotti e Kauppi. Essa tradição tem como precursores intelectuais Marx, Lenin, historiadores econômicos como Hobson. A contribuição dessa corrente de pensamento para a TRI abordou questões da dominação dos países-metrópoles sobre as colônias (Imperialismo) e do desenvolvimento do capitalismo como sistema econômico dominante no mundo. Dessa tradição figuram autores como Wallerstein, e a Teoria da Dependência e autores contemporâneos como Cox e Gill. Passa-se a partir de agora a fazer um sumário de suas interpretações sobre globalização e do papel do Estado.

A contribuição de Immanuel Wallerstein para a TRI, chamada de sistema capitalista mundial, é uma interpretação histórica da configuração das relações internacionais. Segundo esta perspectiva o sistema capitalista organiza-se globalmente por meio de relações de centro/periferia/semiperiferia. Essas relações obedecem a uma perspectiva de desenvolvimento histórico: na Idade Média a configuração do sistema-mundo baseava-se no feudalismo, posteriormente houve a ascensão do mercantilismo até o atual estágio capitalista. Wallerstein trabalha o conceito de economia-mundo, segundo o qual um determinado sistema econômico predomina globalmente em um dado momento histórico e determina todas as relações sociais e políticas. Própria de uma análise marxista de infra-estrutura e superestrutura, a interpretação de Wallerstein vincula todas as demais variáveis à economia (Wallerstein, 1987). Assim os processos de

globalização podem ser interpretados como uma expansão do capitalismo globalmente como o modelo de economia-mundo predominante. Esse processo ao longo da história tem sido feito por meio de uma liderança de um país hegemônico, no atual estágio das relações internacionais, a liderança é exercida pelo Estados Unidos da América. Desnecessário dizer que tal abordagem privilegia predominante os aspectos econômicos da globalização, não considerando as questões ecológico-ambientais e científico-tecnológicos. Do ponto de vista da atuação do Estado, a interpretação do sistema mundo considera-os submetidos à lógica das forças do capitalismo, portanto, com pouca autonomia.

Alguns dos pontos trabalhados por Wallerstein são utilizados por teóricos da Dependência (Prebish, 1956; Cardoso e Falleto, 1969), pensamento que foi desenvolvido nos quadros da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL) da ONU. Segundo essa corrente as relações entre países do terceiro mundo e países desenvolvidos também se desenham em termos de centro/periferia/semiperiferia. Existe uma dependência estrutural dos primeiros em relação aos últimos pois dependem do mercado internacional para exportar seus produtos a fim de gerar poupança interna e financiar processos de desenvolvimento. Entretanto, devido a um fenômeno conhecido como deterioração dos termos de troca não logram esse objetivo. No comércio internacional são prejudicados pois dependem de produtos cuja elasticidade da demanda no mercado é pequena, produtos primários ou semi-processados. Por sua vez, países desenvolvidos exportam para o resto do mundo produtos industrializados cuja elasticidade da demanda é grande, em grande parte produtos intensivos em conhecimento e tecnologia. Assim, os países em desenvolvimento possuem problemas estruturais de balanço de pagamentos causados por déficits recorrentes de conta corrente.

Por essa razão, economistas desta corrente defendem a substituição de importações, a produção voltada para o mercado interno e a intervenção do Estado na economia. O papel do Estado é importante também para suprir a fraqueza do capital privado nacional e diminuir a importância das empresas multinacionais na economia dos países em desenvolvimento. Estas têm um peso muito grande no esquema de dependência internacional pois são consideradas, de certa forma, veículos para a expropriação de trabalho e de capitais do terceiro mundo. Ou seja, são agentes da burguesia internacional. A TD considera também que existem alianças entre as elites

mundiais, entre a classe dominante dos países desenvolvidos e aquela dos países em desenvolvimento para perpetuarem a dominação sobre as classes proletárias dos países subdesenvolvidos.

Enfim, todo o esquema propositivo da Teoria da Dependência coloca as relações internacionais em termos de dominação econômica, sendo os processos de globalização decorrência dos mecanismos dessa lógica. Todavia, com o fim do socialismo real e com a constatação de que o capital transnacional cada vez mais é apátrida as premissas da TD ficaram muito enfraquecidas e, definitivamente, foram ultrapassadas, assim como, as premissas realistas o foram.

A interpretação das teorias do sistema mundo e da dependência foi bastante utilizada nos anos 60 e 70, sobretudo por autores de países periféricos. Posteriormente, foi muito questionada pois não conseguiu explicar o desenvolvimento relativo de países como México, Brasil, Coréia, Singapura. Ademais, após a Crise do Estado, que selou o fim do intervencionismo estatal da América Latina ao Leste Europeu (Bresser Pereira, 1997) e que demonstrou a fraqueza dos modelos econômicos alternativos ao capitalismo, a apreciação das teorias que defendem o estatismo perdeu força.

Aqui é necessário fazer uma distinção. Mesmo após o fim do socialismo, as abordagens “socialistas” das RI e da EPI continuam fornecendo explicações importantes e são utilizadas, inclusive, por autores com trânsito no *mainstream* das disciplinas, notadamente a academia norte americana. Enfim, de uma maneira geral, pode-se dizer que o socialismo como alternativa de organização econômica, política e social se encontra esgotado, entretanto, a análise derivada de instrumentos marxistas e grancianos (materialismo histórico, método dialético) continua bastante efetiva. É o caso das abordagens de Fred Halliday, Stephen Gill e de Robert Cox.

Fred Halliday foi um dos primeiros autores que defendeu a aproximação entre o materialismo histórico e a Teoria das Relações Internacionais tradicional em seus estudos sobre os impactos internacionais das revoluções. Em livro recente (Halliday, 1994) defende que os fenômenos internacionais dos anos noventa podem ser melhor compreendidos a partir de uma aproximação entre a sociologia histórica marxista e a teoria das relações internacionais, sobretudo no que concerne a inter-relação entre

fenômenos internos que tem efeitos no cenário internacional. É caso do fim do império soviético que teve origens internas na incapacidade do estado soviético de se legitimar e trouxe sérias conseqüências internacionais como o ocaso da configuração bipolar de poder. A relação entre Estado e sociedade civil ultrapassando a simples esfera nacional e passando a fazer parte das dinâmicas transnacionais também é analisada por ele a partir de ferramentas marxistas. Assim como percebe uma inter-relação entre a fragmentação da vida social e a exacerbação da individualidade, analisados por filósofos do pós-modernismo, e as dinâmicas de globalização, como a integração entre sociedades dos países. Finalmente, ele contrapõe a idéia de fim da história e as relações internacionais a partir da matriz filosófica de Hegel e Marx. Abordar-se-á logo mais estes temas quando se discutir as contribuições de James Rosenau e Francis Fukuyama. Enfim, importante é citar a contribuição de Halliday para o debate da TRI em um mundo globalizado, ainda que sua abordagem fique em um patamar bastante conceitual e não se aplique diretamente aos problemas de globalização econômica, ecológica-ambiental e científico-tecnológica.

Para Gill a interpretação materialista histórica das relações internacionais, baseada no legado teórico de Marx e Gramsci, é mais completa que interpretações realistas ou pluralistas e também que a interpretação marxista ortodoxa pois trabalha o contexto internacional a partir de uma explicação historicista, dinâmica e reflexiva (Gill, 1994:21). Tece críticas às abordagens predominantes na academia norte americana - o realismo, o pluralismo e a teoria dos regimes - que fornecem análises sistêmicas baseadas nos esquemas de equilíbrio de poder, na interdependência crescente do cenário internacional e na difusão de procedimentos comuns entre os atores internacionais, mas cujo conteúdo é histórico é dado *a priori*. Criticam também as análises materialistas estreitas das relações internacionais baseadas no que Gramsci chama de *economicismo histórico*.

Algumas categorias do pensamento gramsciano são aplicados com muita propriedade ao cenário internacional dos anos noventa. Um desses conceitos é o de hegemonia. Para a literatura corrente das relações internacionais trata-se da dominação de um estado sobre outros, a habilidade do estado dominante de determinar as condições nas quais relações interestatais são conduzidas e em determinar os resultados dessas relações. Para Gramsci, trata-se de um caso especial de dominação que define a condição

de uma sociedade mundial e de um sistema estatal nos quais o estado dominante e as forças sociais dominantes sustentam sua posição através da adesão a princípios universais que são aceitos ou permitidos por uma proporção suficiente de estados e forças sociais subordinadas (Cox, 1994: 264). Esse conceito se aproxima de outro, *blocco storico*, que vem a ser uma configuração de forças sociais, sua base econômica, sua expressão ideológica e sua forma de autoridade política como um todo o interativo. Pode-se aplicar os conceitos de hegemonia e bloco histórico no quadro internacional dos anos noventa quando se considera: (a) a globalização da economia mundial e as reações que esta pode causar; (b) a transformação do sistema interestatal como tem sido conhecido desde o surgimento era westphaliana e; (c) a problemática de uma ordem mundial pós-hegemônica.

Portanto, esta análise contempla a expansão do sistema capitalista, a globalização, como o avanço de uma *hegemonia* e de um *blocco storico*. A globalização entendida por Gill e Cox é um processo complexo que envolve uma infra-estrutura econômica, mas que não é apenas determinado por esta, e que tem conseqüências profundas do ponto de vista ideológico, político e social. Assim, esses autores percebem os processos de globalização a partir de outros prismas que não apenas econômicos: a expansão do capitalismo em escala global aprofunda tensões sociais e políticas como no caso da expansão do consciência ecológica mundial (Gill, 1994: 6) e a aceleração de processos científicos e tecnológicos.

Os processos de globalização causam também uma erosão na ordem estatal tradicional tanto com uma internacionalização do estado em organismos de governança internacional (FMI, Banco Mundial) como no surgimento de tensões internas dentro das próprias sociedades capitalistas desenvolvidas em um processo de periferização do centro ou de surgimento de tendências separatistas regionais. A análise contempla igualmente as complexas relações entre a ordem estatal em transformação e o surgimento de uma sociedade civil internacionalizada. De fato, as relações entre estado e sociedade civil é tema recorrente da análise granciana (Gransci *apud* Gill, 1994: 3). A cooptação de elites dos países periféricos, fenômeno conhecido como *transformismo* na obra de Gransci, mostra a influência das elites dos estados hegemônicos sobre aquelas dos países mais fracos em um esquema parecido com as premissas da Teoria da Dependência.

Finalmente, a questão da (pós) hegemonia norte americana na nova ordem mundial. Com efeito, o processo de globalização econômica foi conduzido desde o fim da segunda guerra mundial sob a liderança econômica, política e ideológica dos Estados Unidos. Desde os anos setenta estes não são mais os únicos atores poderosos na economia política mundial, primeiro por causa do desenvolvimento de Europa e Japão como rivais poderosos e também por causa do surgimento de blocos como o NAFTA e a formação de regimes como o GATT/OMC. Não obstante, no contexto atual a globalização ainda é um processo conduzido, predominantemente, pela liderança norte-americana, entretanto hoje essa vanguarda é mais tênue. O fato que os Estados Unidos conduzem e são conduzidos pela globalização. São atores afetados tanto positivamente quanto negativamente por esta. Na nova ordem internacional caracterizada pela erosão da soberania estatal, este país mantém grande autonomia na condução de políticas públicas, entretanto esta também é limitada, pelo fim de sua hegemonia exclusiva como no caso das políticas macroeconômicas (Gill, 1994: 11). Segundo as premissas desta dissertação o caso das patentes de biotecnologia é um exemplo no qual a influência das corporações transnacionais desafia o poderio do Estado norte-americano.

Todavia, deve-se ressaltar que mesmo com todos esses fenômenos modernos a análise granciana coloca o Estado como o ator principal da política internacional, se aproximando, assim, das análises tradicionais das Relações Internacionais.

Forçoso notar que estes autores, como trabalham a partir de conceitos derivados das análises marxista e granciana, possuem uma abordagem dialética. Os fenômenos da nova ordem mundial são trabalhados dentro de dinâmicas complexas, por exemplo: ao mesmo tempo que se contempla o problema da integração dos mercados mundiais, se contempla a fragmentação da ordem internacional; o fim da soberania interna e externa do estado e o surgimento da sociedade civil transnacional; a continuidade e o fim da hegemonia norte americana, todas como faces da mesma moeda. Em suma, todo o processo de avanço de uma hegemonia é contrabalançado por reações de contra-hegemonia.

Enfim, a análise de Halliday, Gill e Cox é importante para se perceber que as dinâmicas da nova ordem contemporânea podem e devem ser estudadas a partir de diferentes matrizes conceituais.

A partir de agora vai se versar sobre as teorias das Relações Internacionais que analisam diretamente o fenômeno da globalização. A principal contribuição é a de Rosenau, mas não é a única, existem ainda as contribuições de North, Viola e Ianni. Nessa parte também serão formuladas algumas considerações sobre a tese de fim da história discutida por Fukuyama.

Rosenau desenvolveu talvez o modelo explicativo mais sofisticado para o mundo globalizado do pós-guerra fria. Na sua opinião, a política internacional contemporânea é caracterizada pela turbulência: *“Turbulência global pode ser definida como um estado de assuntos de escopo mundial no qual as interconexões que sustentam os parâmetros primários da política mundial são caracterizados pela extensiva complexidade e variabilidade”* (Rosenau 1990: 78). Rosenau trabalha com o três parâmetros: dois em nível de macro-estrutura e um em nível de micro-estrutura. No nível da macro estrutura o parâmetro *estrutural* consiste nas regras de governança, regimes informais, alianças formais, convenções legais, e outros arranjos através dos quais os assuntos contestados no estágio global são processados e administrados pelas macrocoletividades (estados, grupos subnacionais, ou organizações supranacionais). Estas coletividades são sustentadas por relações hierárquicas de autoridade (ex. estruturas pluralistas ou de classes nos sistemas nacionais ou equilíbrio de poder e padrões de dependência nos sistemas internacionais), designadas como parâmetro *relacional*. O micro parâmetro, por sua vez, consiste naquelas predisposições e práticas pelas quais as pessoas relacionam-se com autoridades, conjunto que inclui sua lealdade, sentimentos legítimos, hábitos de comprometimento, habilidades analíticas, e capacidades doutrinárias. Esse parâmetro pode ser chamado de *orientacional ou de habilidade* (skill) (Rosenau, 1990).

O cenário da política internacional hoje é caracterizado por mudanças profundas que afetam os parâmetros do sistema internacional. O mundo caminha para um cenário em que o nível micro passa a ter mais peso relativo em relação aos níveis macro, em outras palavras, indivíduos como cidadãos estão se tornando mais importantes na nova ordem global. Isso pode ser evidenciado por uma série de fenômenos como: a dispersão do poder dos governos e dos grupos de representação (crise de autoridade); aumento de temas mais ligados a pessoa humana na agenda da política internacional (meio ambiente, doenças emergentes, imigração); crises de liderança que diminuem a influência dos líderes e políticos sobre os indivíduos e eleitores; e finalmente toda a questão da

revolução tecnológica (satélites, computadores, correio eletrônico) que tem aumentado a integração do mundo e a consciência das pessoas sobre os processos de mudança. Considera-se que existe hoje uma verdadeira revolução das habilidades analíticas das pessoas que tem passado por um processo de aprendizado constante (Rosenau, 1993a).

A valoração dos indivíduos e a revolução das habilidades individuais contribuiu para as demandas de democratização em todo o mundo mas o autor não chega ao ponto de considerar que a união entre liberalismo político e econômico, a tese do fim da história de Fukuyama, seja o modelo de organização política predominante na política mundial. O seu modelo aproxima-se mais do conceito de poliarquia no qual Estados-nação, grupos subnacionais, e comunidades e interesses especiais transnacionais tentam conseguir o apoio e a lealdade de indivíduos e os conflitos são resolvidos mediante barganhas complexas assunto a assunto. Enfim, um cenário caracterizado pelo subgrupismo (Brown *apud* Rosenau, 1993a).

O quadro caracteriza-se também por um processo dialético de globalização e localização. A globalização, ao mesmo tempo que contribui para a conscientização individual, contribui para o aumento de tendências particularistas. São forças centrífugas e centrípetas que operam simultaneamente na nova ordem internacional (Lafer, 1993). Essa dinâmica dialética contribui para a erosão do sistema tradicional de poder, centrado no Estado nacional, que passa a ser questionado tanto internamente quanto externamente. O fluxo de poder aponta tanto para pólos supranacionais (organizações internacionais, transnacionais, ONGs transnacionais) quanto para pólos intranacionais (grupos separatistas, etc). Para o autor, a política internacional caminha de um sistema de poder estatocêntrico, caracterizado pela anarquia nas relações internacionais e pela supremacia estatal, para um mundo bifurcado onde coexistem o sistema estatocêntrico e o multicêntrico. Este possui outros vários atores além do Estado disputando poder e, embora seja também anárquico, possui tentativas de estabelecimento de uma ordem internacional.

Toda a turbulência na política internacional é causada, entre outras razões, pela globalização, que Rosenau trabalha de forma multidisciplinar (social, política, econômica, tecnológica e psicológica) (Rosenau, 1993b). A globalização é portanto um fenômeno complexo que ajuda a fragmentar o poder relativo dos Estados na arena

internacional e na arena interna em direção a uma maior descentralização (subgrupos) e contribuindo para que a territorialidade perca seu poder de atração sobre esses mesmos atores. A globalização diminui também a efetividade do estado na condução de políticas públicas sejam estas científicas, tecnológicas, ambientais ou econômica. Ao contrário da maioria dos analistas, sua abordagem não privilegia apenas os aspectos econômicos (ou da economia política) da globalização, todavia Rosenau considera que a aceleração tecnológica e a ordem econômica pós-industrial contribuem sobremaneira para a dinâmica da turbulência da política internacional. Enfim, o quadro explicativo desse autor é um dos mais completos da Teoria das Relações Internacionais para explicar a globalização.

Percebe-se o surgimento de um esfera *global* na política mundial, que envolve o internacional, o interno aos países e os próprios indivíduos. A abordagem de Robert North, conhecida como a teoria do Sistema Global, trata justamente dessa problemática. Analisando as mudanças do mundo pós-guerra fria, esse autor chega a um quadro complexo, dinâmico e interdependente em que operam quatro imagens: o indivíduo; o Estado; o Sistema Internacional; e o Sistema Global. Na sua abordagem é fundamental o papel do indivíduo como ator ativo da política mundial participante de barganhas, interações, coalizões, cooperação e conflitos. Essa primeira imagem evidencia as dinâmicas complexas da globalização, sobretudo no que tange à globalização ecológico-ambiental que envolve cada vez mais os indivíduos como participantes de uma sociedade civil transnacional. A segunda imagem é representada pelo Estado. A abordagem trata do desenvolvimento do Estado-nação desde a era moderna, como uma coalizão complexa de coalizão menores no plano interno de um país e que tem representatividade nas relações externas, com outros países. O Sistema Internacional, a terceira imagem, é a arena em que operam os Estados soberanos, esse sistema está baseado na idéia de *poder*, mas trata-se de um conceito diferenciado da abordagem tradicional da Teoria das Relações Internacionais. Nessa conceituação poder pode ser entendido tanto em termos de *capacidade* como em termos de *influência* para determinar os objetivos de um outro país. É o que o autor chama de expansão ou pressão lateral (*lateral pressure*) de um país. Finalmente a imagem do Sistema Global que procura entender o estudo da segurança mundial não apenas em termos de guerra e paz nas relações entre unidades soberanas, mas também em termos de *sobrevivência* procurando abordar os aspectos físicos e

ecológicos do planeta. Faz uma distinção entre o ambiente social e o ambiente natural procurando expandir o conceito de segurança (North, 1990).

Importante colocar a importância dada pelo autor a tecnologia como um fator fundamental nas imagens: na primeira, à medida que o acesso a tecnologias aumenta as capacidades cognitivas dos indivíduos; na segunda em que o Estado necessita da difusão da tecnologia e do conhecimento para se legitimar e se impor como unidade soberana: na terceira na qual a tecnologia militar é fator determinante para a expansão lateral dos países; e finalmente, na quarta imagem tem peso como mecanismo para entender e agir sobre os processos físicos, ecológicos e ambientais que têm operado no ambiente global. Enfim, essa abordagem conceitual, apesar de menos conhecida na TRI ajuda a sedimentar uma idéia que tem sido trabalhada nessa dissertação que é a da *multidimensionalidade* da globalização.

A abordagem de Viola também prima pela *multidimensionalidade*. Esse autor também percebe a passagem de um sistema internacional para um sistema global-transnacional-bifurcado, que é simultaneamente Estado-cêntrico e multicêntrico, onde operam treze tipos de processo interrelacionados de globalização: militar, econômico-produtiva, financeira, comunicacional-cultural, esportiva, religiosa, interpessoal-afetiva, científico-tecnológica, populacional-migratória, ecológico-ambiental, epidemiológica, criminal-policial e política. Esse autor analisa particularmente os impactos e as influências dos processos de globalização nas políticas públicas no Brasil, sobretudo na política ambiental, vis-a-vis o surgimento de novas forças transnacionais atuantes nessa arena (Viola, 1996). Esses temas já foram discutidos na primeira parte do capítulo e voltarão a ser discutidos no capítulo seguinte.

Ianni é um autor que procura aproximar as interpretações de diferentes disciplinas sobre o fenômeno da globalização: a filosofia, a sociologia, a ciência política, a teoria das relações internacionais. Versa sobre o crescente processo de internacionalização e transnacionalização da economia mundial - a expansão da economia-mundo capitalista - e os efeitos que isso tem sobre as sociedades e as instituições políticas nos países, percebendo um processo de ocidentalização, também chamado de modernização, em curso no mundo desde 1945 e que tem se acelerado muito nos anos noventa. Outra importante consideração sobre a globalização diz respeito à fragmentação que ela gera

simultânea e dialéticamente. Fragmentação não somente política, da ameaça da diluição dos Estados-nação frente aos regionalismos, mas também fragmentação da sociedade moderna via difusão de um estilo de vida individualista, via difusão maciça de informações nos meios de comunicação, etc. Tais fenômenos contribuem, por sua vez, para a anulação das fronteiras nacionais e para a propagação de um modelo de sociedade ocidental. Ianni cita amplamente autores pós-modernistas para demonstrar que a crise da modernidade tem relações estreitas com a globalização. Finalmente, discute largamente a idéia que associa globalização a neoliberalismo. A tese de fim da história de Fukuyama, que une liberalismo econômico e político como modelos teleológicos universalmente aceitos em todo mundo, não pode ser confundida com a globalização pois esta é um fenômeno complexo que engendra contradições e clivagens diferenciadas nas várias sociedades do mundo. Ianni, assim como Viola, não encara globalização como *padronização* pura e simples dos modelos políticos e sociais. Muito embora exista o processo de ocidentalização, isto se dá de forma complexa e diversa.

Enfim, somada à interpretação multidimensional e importante ter em conta a abordagem *multidisciplinar* da globalização.

Após essas considerações gerais, no último tópico deste capítulo pretende-se versar brevemente sobre alguma da literatura que trata sobre *reforma do Estado*, *governabilidade* e *governança* e *políticas públicas*. Pretende-se estabelecer um nexo entre esses conceitos e o fenômeno da globalização para que no terceiro capítulo seja aprofundada, sobretudo, a relação entre políticas públicas e globalização, no que tange à questão do comércio internacional, do meio ambiente, da ciência e tecnologia e das patentes de biotecnologia.

Nos anos 1970 e 1980, o tipo de Estado montado pelas principais democracias ocidentais a partir do anos 30 sofreu uma profunda crise nas suas três dimensões principais: econômica - que correspondia ao keynesianismo, cuja característica é a intervenção estatal na economia; social - que correspondia ao Welfare State, o tipo de Estado que procura fazer amplas políticas sociais; administrativa - na qual predominava o modelo burocrático weberiano caracterizado pela impessoalidade, neutralidade e racionalidade.(Abrucio, 1996). Essas crises foram, em parte, causadas pelos processos de globalização econômica, examinados no capítulo 01. Como consequência, houve uma

diminuição da capacidade do Estado tanto no nível macro, com o crescimento exagerado da máquina estatal e dos déficits fiscais, e também no nível micro, com o reconhecimento dos limites dos governos para resolver os problemas da administração pública (Holmes e Shand, 1993).

Esses fenômenos suscitaram respostas por parte da teoria política e econômica. Alguns autores procuraram demonstrar que a atuação do Estado é prejudicial: na regulação do mercado é sempre passível de prejudicar uma situação de “Ótimo de Pareto” (Stigler 1971); a intervenção governamental gera rendas monopólicas em que há desperdício dos excedentes do consumidor/cidadão por grupos privados que influenciam o Estado, processo conhecido como *rent seeking* (Buchanan; Tollison, Tullock *apud* Przeworsky 1993). Essas abordagens foram chamadas de *neo-utilitarismo*.

Em todo o mundo foram iniciados processos de reforma do Estado a fim de restabelecer a efetividade, a eficiência e a eficácia da máquina pública. Nos países desenvolvidos do norte, sobretudo no Reino Unido nos EUA dos governos conservadores de Thatcher e Reagan, a resposta a essas crises foi mais rápida do que nos países em que o Estado ainda não estava completamente consolidado, como na América Latina e no Leste Europeu.

Os processos de reforma visaram restabelecer a capacidade governativa do Estado aumentando a *governança* e a *governabilidade*. A primeira é “definida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais tendo como objetivo o desenvolvimento”. Esse conceito se distingue do de governabilidade que descreve as condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político. A governabilidade se refere às condições do exercício da autoridade política, a *governance* qualifica o modo de uso dessa autoridade (Melo, 1996)

Os países desenvolvidos procuraram então reformas rumo a uma administração pública gerencial, ou seja, caracterizada pela flexibilização de mecanismos típicos da burocracia weberiana. (Bresser Pereira, 1996). Nesse sentido os governos, nos países anglo-saxônicos principalmente, procuraram agir dentro de lógicas mais de mercado (Osborne e Gaebler, 1995) e incentivando a *accountability*, que vem a ser a transparência

e o controle dos cidadãos das políticas públicas visando diminuir o excesso de insulamento das burocracias e o comportamento *rent seeking*.

A Reforma do Estado não deve ser, porém, confundida como uma simples retirada do Estado. Nesse sentido o *neo-institucionalismo* econômico procurou superar a dicotomia tradicional estado x mercado, deslocando a análise para a estrutura de incentivos que produzem resultados racionais do ponto de vista coletivo (Melo, 1996). A contribuição de Przeworsky, o paradigma *agente-principal*, visa superar essa dicotomia: o estado assume o papel de *principal* procurando estabelecer mecanismos institucionais que tragam incentivos e informação aos agentes econômicos privados, levando-os a se comportar de forma socialmente racional (Przeworsky, 1996). Enfim, nesse *approach* o Estado torna-se menos ator e controlador e mais propositor de mecanismos de política públicas.

Alguns interpretam que a globalização dificulta esse tipo de atuação do Estado pois este tem seus mecanismos de ação interrompidos e dificultados. A globalização transforma a ação coletiva tanto na política interna quanto na política internacional. À medida que a escala dos mercados se expande e as organizações tornam-se mais complexas, a escala institucional das estruturas políticas torna-se insuficiente para a provisão de um grau apropriado de bens coletivos (Cerny, 1995)

Outro argumento que enfraquece a abordagem neo-utilitarista é a diferença do aparato estatal em diferentes países do mundo. Um exame de casos de países do terceiro mundo mostra que a intervenção e a regulação estatal, a aliança com grupos privados e o *rent-seeking* variam muito de país a país indo desde o estado predatório do Zaire até o estado desenvolvimentista do Sudeste Asiático (Japão, Coréia, Taiwan) passando pelo caso intermediário do Brasil. (Evans, 1987). Importante perceber também a diferença dos processos de reforma do Estado na América Latina, a dificuldade de implantação de uma reforma administrativa vis-à-vis a reforma econômica, (Haggard, 1995) e a particularidade dos processos de reforma em países de recente democratização (O'Donnel, 1993).

Enfim, o processo de reforma de Estado em direção a mecanismos mais eficientes de governança, governabilidade, *accountability* e no restabelecimento de políticas públicas

eficientes, eficazes e efetivas pode ser interpretados como um processo de globalização que visa expandir um modelo de Estado, caracterizado pelo universalismo de procedimentos superando pressões clientelistas, patronagem e corporativismo locais (Nunes, 1983). Não é sem razão que esses processos de reforma são patrocinados por organismos multilaterais como o FMI, Banco Mundial e o BID. Enfim, pode-se entender o processo de globalização como motor dessas transformações.

Como foi observado ao longo desse capítulo, a globalização modifica o papel e a atuação do Estado tanto na arena interna quanto na arena internacional. Pretende-se no próximo capítulo, com o exame da questão do comércio internacional, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia e das patentes de biotecnologia tornar mais concretas as colocações feitas até o presente momento.

- Capítulo 03 -
Comércio Internacional, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: o caso das Patentes de Biotecnologia

O último capítulo dessa dissertação pretende trazer o caso do comércio internacional e do meio ambiente e mais especificamente do comércio que envolve patentes de biotecnologia como um exemplo das dinâmicas de globalização (econômica, ecológico-ambiental, científico-tecnológica) que afetam as relações internacionais e as políticas públicas dos Estados. Não se objetiva fazer um estudo detalhado dos complexos desdobramentos recentes desse assunto no cenário nacional e internacional sido mas sim mostrar que as principais linhas que, na nossa opinião, já são suficientes para demonstrar as mudanças ocorridas nos últimos anos.

A idéia geral, dentro do espírito dessa dissertação, é fazer uma discussão conceitual do impacto dos processos de globalização na economia política, nas relações entre Estados e nas políticas públicas internas. Para subsidiar nossa argumentação pretende-se analisar a questão do comércio e do meio ambiente e o caso das patentes de biotecnologia, no acordo TRIPS do GATT/OMC e, em menor escala, no contencioso Brasil/EUA, e qual a influências desses eventos nas política públicas e na aprovação da nova lei de propriedade intelectual brasileira de abril de 1996.

A tese desse capítulo preconiza que as mudanças do cenário global contemporâneo obrigaram o país a modificar sua estrutura interna em relação à propriedade intelectual e o ao acesso aos recursos naturais (biodiversidade). A nova lei (nº 9279) é um marco na qual o papel do Estado em relação à política científico-tecnológica e, de certa forma, econômica, se modifica: de uma postura de protetor da produção nacional autônoma e de interventor nos processos produtivos para delegar parcialmente ao mercado, e principalmente, ao capital transnacional, o papel de promotor do desenvolvimento de C&T. Para isso, o Estado (principal) garante um ambiente institucional estável, do qual a lei nº 9.279 é a expressão, para que o mercado (agente) promova esse desenvolvimento. Assim, o Estado age mais como indutor do processo de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do que como produtor das inovações.

A biotecnologia, por sua vez, é uma das áreas da ciência que mais avançaram nos últimos anos. É uma das tecnologias “globalizantes”, conforme citamos na parte 02 do capítulo 01. Ela traz desdobramentos do ponto de vista ético e, ao mesmo

tempo, exige muitos recursos para pesquisa e desenvolvimento até que uma descoberta tenha uso comercial, na medicina ou na agricultura, por exemplo. Desse modo, essa é uma tecnologia crucial dentro do novo padrão econômico intensivo em conhecimento. Assim a imbricação entre propriedade intelectual e biotecnologia, seu desdobramento nas relações internacionais e, nas políticas públicas, será o tema desse capítulo final

O capítulo divide-se em duas partes:

(a) inicialmente, faz-se uma descrição da questão do comércio internacional e do meio ambiente nas relações econômicas internacionais, no GATT/OMC e nos desdobramentos dos blocos comerciais;

(b) fecha-se na discussão sobre propriedade intelectual e biotecnologia no cenário econômico global, no GATT/OMC e, em menor grau, nas relações bilaterais, com breve menção sobre o contencioso Brasil/Estados Unidos, e qual a influência de todo esse quadro nas políticas públicas, particularmente no caso brasileiro cujo resultado foi a lei nº 9.279.

Comércio Internacional e Meio Ambiente nos anos 90

Ao longo desta dissertação já tivemos oportunidade de discorrer sobre comércio internacional e meio ambiente, sobretudo quando se discutiu globalização econômica e globalização ecológico-ambiental. Nessa parte pretende-se fazer um sumário retrospectivo de alguns pontos para serem colocados a título de introdução à questão das patentes de biotecnologia. Parte-se do suposto que muito do debate a respeito da biotecnologia advém do fato de que discute-se cada vez mais os efeitos ambientais das atividades econômicas. Mesmo sendo a biotecnologia de ponta uma atividade econômica que envolve indústrias pouco poluentes (fármacos, sementes), por ser muito sofisticada e intensiva em conhecimento, ela envolve grande utilização de recursos naturais provenientes da biodiversidade, ainda que geneticamente modificados. Isso envolve toda uma discussão ética sobre o patrimônio biológico mundial, que pode ser considerado um bem comum da humanidade. O comércio internacional de patentes, por sua vez, não é o comércio tradicional de bens, mas sim o comércio de licenças de métodos de produção, contemplado em um acordo do GATT/OMC, o Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido pela sigla em inglês TRIPS. O efeito sobre o meio ambiente é

diverso do comércio tradicional de bens, mas existe. Portanto, é importante repassar os principais pontos da problemática do comércio internacional e do meio ambiente.

A propensão à liberalização do comércio internacional nos anos 90 trouxe efeitos sobre as atividades produtivas no mundo, que tendem a aumentar. Consequentemente, existe um impacto diferenciado sobre o meio ambiente (French, 1993). Esse impacto varia de acordo com o tipo de atividade econômica empreendida, se é intensiva em recursos naturais ou não, e de acordo com a capacidade de absorção de poluentes por parte dos variados ecossistemas. A teoria econômica neoclássica acredita que o mercado, e a liberalização de comércio internacional, sempre conseguem produzir situações de “Ótimo de Pareto” do ponto de vista social e ambiental. No máximo a aplicação do teorema de Coase permite que se corrijam as externalidades negativas da degradação ambiental mediante a adoção de impostos ambientais que incidindo sobre o poluidor obriga-o a arcar com os custos da despoluição ou, aumentando-se o custo dos produtos derivados do meio ambiente, o preço da limpeza fica por conta do consumidor. É o Estado que deve decidir quem pagará (Butler, 1993; Hardy, 1993). Na prática das relações econômicas internacionais, essa aplicação da teoria econômica, embora eficiente do ponto de vista das políticas públicas internas, não se aplica. Com a expansão e a abertura do comércio nos anos noventa, cada vez mais necessitam-se de mecanismos de regulação internos e internacionais visto que as diferentes legislações nacionais produzem distorções na competitividade e na preservação.

Entretanto, a imbricação entre Comércio e Meio Ambiente não é recente. Já na Conferência de Estocolmo em 1972 foram levantados questionamentos acerca dos efeitos sobre o comércio internacional da regulamentação ambiental na produção e do padrão de qualidade dos produtos relacionados ao meio ambiente (Pearson, 1993). Naquela ocasião, os países envolvidos no debate, sobretudo os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), concordaram em criar um mecanismo para a internalização do custo ambiental no preço do produto: o princípio do poluidor paga (PPP). Segundo este princípio, os custos da poluição devem ser arcados pela empresa ou país poluidor. Conforme foi visto no capítulo 02, a conferência de Estocolmo trouxe, também, progresso em relação à preservação, estimulando a criação de regimes de proteção ambiental: Convenção de Genebra sobre poluição atmosférica transfronteiriça (1979); Convenção de Viena para proteção da

camada de ozônio (1985); Protocolo de Montreal sobre substâncias que degradam a camada de ozônio (1987), a Convenção da Basileia para regulação do tráfico internacional de substâncias tóxicas (1989), etc.

Todavia, é importante ter em conta as diferenças na inter-relação entre comércio e meio ambiente no início dos anos 70 e na década de noventa, causadas pela própria mudança na configuração da ordem internacional e por fenômenos de escala planetária.

Há três razões fundamentais para o vínculo entre comércio internacional e meio ambiente ter ressurgido nos anos 90: (a) crescente integração das economias nacionais por meio de comércio internacional e investimentos (globalização-econômica); (b) crescente atenção dos países às ameaças ambientais transfronteiriças e globais; (c) o novo guarda chuva do “desenvolvimento sustentável” que amplia as preocupações ambientais, desde a redução da poluição até a conservação dos recursos naturais (Pearson, 1993).

Com efeito, o desenvolvimento sustentável não somente foi estimulado por razões econômicas, mas também por motivos éticos e estéticos. Os itens “c” e “b” evidenciam a importância da conscientização ambiental transnacional na busca por padrões de produção que protejam a natureza. Nesse trabalho temos elencado outras razões para o ressurgimento do debate sobre comércio e meio ambiente nos anos 90: (a) as mudanças engendradas pela globalização econômica e científico-tecnológica, que mudaram o parâmetro da produção econômica (hoje caracterizada por ser intensiva em conhecimento); (b) as transformações na sociedade global (que fazem com que os recursos naturais sejam considerados “bens globais”), podendo ser compreendidas como um dos efeitos da globalização ecológico-ambiental. Enfim, contribui para o ressurgimento da polêmica Meio Ambiente/Comércio o processo que se convencionou chamar de *globalização*. Não apenas no seu aspecto econômico mas também nos aspectos ecológico-ambiental e, no caso da biotecnologia, o aspecto científico-tecnológico.

Um exemplo das complexas dinâmicas da globalização envolvem padrões de consumo mais sustentáveis. O surgimento de uma mentalidade preservacionista na sociedade civil internacional provocou uma mudança de perfil do consumidor, sobretudo no consumidor dos países mais desenvolvidos ou aqueles mais jovens, que passaram a exigir produtos compatíveis com a preservação ambiental em todas as fases

de sua vida, desde a produção até a disposição dos dejetos. Nesse sentido, alguns mecanismos de garantia como o Selo Verde da União Européia e a ISO 14000, colocam a variável ambiental como um pré-requisito fundamental para a competitividade das empresas e dos países no cenário regional e internacional (Silva e Bravo, 1994).

Nos anos noventa há duas tendências básicas que associam comércio e meio ambiente:

a) existe temor por parte dos ambientalistas que o aumento do fluxo econômico-comercial, dentro do processo de liberalização mundial, tenha impacto negativo sobre o meio ambiente. Teme-se igualmente que o interesse dos países de renda média e em desenvolvimento em atrair investimentos estrangeiros faça com que esses diminuam os requisitos ambientais e atraiam indústrias poluidoras, causando pressão sobre a natureza local e, conforme seja o impacto, sobre o planeta como um todo.³

b) outra tendência defendida pelos adeptos do livre comércio associa demandas e temores ambientais com um novo tipo de protecionismo, o *ecoprotecionismo*. Os ecologistas e os produtores locais dos países que utilizam esse tipo de protecionismo se uniriam para impedir a entrada de produtos mais competitivos, mas que foram produzidos dentro de padrões não sustentáveis (Saunders, 1994). Esse tipo de postura é particularmente prejudicial para países em desenvolvimento que dependem de produtos intensivos em recursos naturais e que, geralmente, não têm acesso a tecnologia para produção limpa.

Nos anos noventa houve expansão do quadro institucional multilateral e regional do comércio, como tivemos oportunidade de abordar no capítulo 01. Da mesma forma houve aumento das preocupações como o meio ambiente global, conforme foi visto no mesmo capítulo. Ambas tendências foram cristalizadas em regimes internacionais. Do ponto de vista econômico-comercial o GATT/OMC e do ponto de vista do meio ambiente a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como RIO-92, que aprovou regimes como a Convenção sobre Mudança Climática e a Convenção da

³Esse ponto foi contra-argumentado por um trabalho do Banco Mundial que demonstra a pouca importância dos custos decorrentes de proteção ambiental para na decisão de empresas transnacionais de instalar indústrias em países em desenvolvimento (Low 1992 *apud* Muñoz 1993).

Biodiversidade, além da Agenda 21 de caráter apenas recomendatório. Hoje, questiona-se se tais regimes estariam entrando em conflito.

O Princípio 12 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente menciona a importância de um sistema econômico internacional aberto para a promoção do desenvolvimento sustentável e repudia o uso de políticas comerciais e de medidas unilaterais para a promoção do meio ambiente. A Agenda 21, embora não mencione diretamente o comércio, trata de aspectos econômicos importantes para a sustentabilidade: prevê no capítulo IV a necessidade da mudança nos padrões de consumo mundiais, no capítulo XXX a importância de que as atividades industriais e os negócios sejam pautados com respeito à natureza. Há também referência à necessidade de transferência de tecnologias limpas o que envolve, obviamente, a utilização de recursos financeiros e econômicos (Capítulo XXXI). A Convenção sobre Mudança Climática, assinada em junho de 1992 na CNUMAD, regula a emissão de certos gases que afetam a temperatura da atmosfera e isso tem efeito sobre as atividades produtivas.

Anteriormente à RIO-92, na década de 80, foram desenvolvidos regimes para restringir o uso de substâncias nocivas e limitar seu comércio. A Convenção de Viena tem como objetivo proteger a saúde humana e do ambiente limitando atividades nocivas a camada de ozônio para isso foi criado o Protocolo de Montreal para reduzir o consumo e a produção de substâncias como clorofluorcarbonetos, halons, tetracloro de carbono, metilclorofórmio, brometo de metila. O artigo 04 do protocolo exige das partes contratantes que proíbam importações e exportações de substâncias controladas conforme listas estabelecidas pelos contratantes. A Convenção da Baviera (1989) e as Diretrizes de Londres (1991) são acordos regulando a importação e exportação de produtos tóxicos ou prejudiciais, como resíduos químicos. Para isso foram estabelecidos, nas diretrizes de Londres, mecanismos de informação básica entre governos - conhecidos como Mecanismo de Informação de Consentimento Prévio (PIC). Finalmente, datado da década de 1970, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção visa proteger a fauna e a flora limitando o comércio.

Em relação aos aspectos comerciais existem dois pontos a serem mencionados: o ponto de vista dos blocos comerciais e o ponto de vista multilateral.

Dentro dos blocos comerciais e dos processos de integração regional, a questão tem se desenvolvido de forma um tanto conflitiva. Existe grande debate a respeito da harmonização de padrões de sustentabilidade nas atividades produtivas entre países que possuem legislações ambientais diferentes. A experiência histórica da União Europeia tem mostrado que os padrões de produção mais elevados tendem a predominar. Foram necessários, entretanto, mecanismos de compensação como subsídios e estímulos à capacitação tecnológica aos países menos desenvolvidos da UE, como Grécia, Irlanda e Portugal, para que estes pudessem adaptar suas estruturas produtivas.

No caso do NAFTA, a grande diferença de legislação e de desenvolvimento econômico entre EUA, Canadá e México, sobretudo em relação a este último, tem causado bastante apreensão tanto de grupos ambientalistas como de grupos partidários do livre comércio. De maneira geral, o NAFTA caracteriza-se por ser um esquema de integração construído dentro de bases predominantes de mercado, com menos característica de governança transnacional centralizada em instituições, como a União Europeia - UE. O papel predominante dos EUA, onde o Estado é menor, leva a crer nisto. De maneira geral, no NAFTA os padrões mais elevados predominaram, sobretudo, por causa de pressões de grupos ambientalistas dos EUA e Canadá. Existe coordenação cada vez maior entre governos para que os padrões mais elevados americanos e canadenses sejam repassados para o México, o governo deste país tem se esforçado para atingir padrões sustentáveis, até mesmo por causa da necessidade de competitividade. O conhecido exemplo das maquiladoras, com seu alto grau de contaminação, tende a diminuir. Há, todavia, tendências para que a poluição aumente com a intensificação dos intercâmbios na área fronteiriça (Baker Fox 1994; Housmann, 1996; Mumme, 1993).

O caso do MERCOSUL é similar no que diz respeito aos padrões e à legislação ambiental brasileiros, que são mais adiantadas e rígidas do que dos parceiros Paraguai, Argentina e Uruguai. Isso tem causado alguns problemas de coordenação como, por exemplo, na área da Defesa Agropecuária e da Vigilância Sanitária. O MERCOSUL é um caso em que não predominam nem o mercado nem arranjos institucionais, mas sim negociações a respeito de padrões de comércio e do ambiente. As diferenças entre NAFTA e MERCOSUL demonstram que, no futuro, os aspectos envolvendo comércio e meio ambiente na Área de Livre Comércio

Americana - ALCA deverão ser passíveis de muitas negociações, a fim de se encontrar uma solução hemisférica para o assunto. Importante deixar claro que o Meio Ambiente ainda tem uma dimensão muito pequena nesse processo de integração regional.

Existe também nesse debate forte conteúdo norte-sul, como foi mencionado, na parte que se discutiu globalização ecológico-ambiental. Barreiras fitossanitárias, padrões de qualidade ambiental afetam países que não tem tecnologia apropriada para produção sustentável, ao mesmo tempo que dependem em larga escala de produtos agrícolas e primários intensivos em recursos naturais. Medidas Unilaterais de restrição ao comércio são motivos de reclamação por parte dos países em desenvolvimento, mas são também condenadas pelo GATT/OMC.

A OMC possui uma comissão sobre Comércio e Meio Ambiente, criada em 1994 que procura harmonizar as práticas de liberalização comercial com os acordos ambientais multilaterais. Ademais, seu arcabouço jurídico não permite discriminação por razões ambientais. Entretanto o artigo XX(b), que fala de restrições à fluxos de comércio capazes de prejudicar a saúde animal, vegetal e humana, pode dar margem a algumas interpretações severas (WTO 1995a). Ambientalistas sustentam que a OMC não é fórum mais apropriado para a discussão de assuntos relacionados ao meio ambiente, os quais podem ser melhor abordados nos fóruns regionais como UE, NAFTA e MERCOSUL (Brown e Kimball, 1993).

Todavia, na rodada do Uruguai do GATT se discutiu muito imbricação entre comércio e meio ambiente. Dois aspectos da pauta de discussões foram importantes para essa associação: subsídios agrícolas e o debate sobre a propriedade intelectual e patentes.

A manutenção dos subsídios à agricultura pelos países da OCDE, principalmente pela União Européia com sua Política Agrícola Comum (PAC), impediu o avanço das negociações da Rodada Uruguai ao longo de 7 anos, e trouxe à tona indagações sobre os impactos ambientais dos subsídios e sua consequência sobre o comércio global (Di Cerizano, 1993). O impacto negativo pode ser comprovado pela constatação de que o meio ambiente dos países subsidiados é prejudicado, por exemplo, pela super utilização do solo devido ao uso intensivo de irrigação e fertilizantes, causando erosão e salinização (Kennedy, 1993). Ademais, existe superprodução não consumida. Esse produtos agrícolas chegam ao mercado

internacional a um preço artificialmente competitivo e prejudicam produtos similares de países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento, sem acesso a mercados de produtos em que são competitivos, são obrigados a expandir a exploração de outros produtos, o que demanda novos recursos naturais. São obrigados, igualmente, a expandir sua fronteira agrícola para áreas anteriormente intactas para garantir lucros com o comércio internacional. (Sanderson, 1992). Portanto, a questão agrícola é uma das áreas mais sensíveis do debate comércio e meio ambiente, não obstante, a conclusão da Rodada do Uruguai esse é um assunto que gera conflitos sobretudo no tocante a acesso a mercados.

O debate em torno das patentes e da propriedade intelectual também tem seus desdobramentos ambientais (WTO, 1995b). Com efeito, a lei de patentes aprovada no GATT/OMC estimula aumento da exploração dos recursos naturais, sobretudo do notável banco genético que existe em muitas regiões tropicais do mundo. Os possíveis efeitos danosos para certos países dizem respeito, não somente à super utilização de seu patrimônio natural, mas também devido a partilha dos lucros sobre exploração. A legislação sobre patentes do GATT/OMC beneficia países ou empresas que têm condições tecnológicas e cognitivas de utilizar os recursos genéticos, e não os países que são meros depositários dos recursos. Esse argumento, entretanto, é questionável. Existem correntes que acreditam nos efeitos benéficos da lei de patentes para a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Como se percebe, a interação entre comércio internacional e meio ambiente, no caso das patentes de coloca em uma base diferenciada, mais centrada na questão dos investimentos e dos lucros do que dos fluxos de mercadorias. No restante do capítulo vamos explorar esses desdobramentos.

Enfim, a coordenação entre regimes ambientais e regimes de livre comércio está longe de ser harmônica. Tanto ambientalistas quanto partidários do *laissez-faire* possuem preocupações. É consenso entre estudiosos que essa área será motivo de muitas controvérsias, não somente com a tendência a abertura comercial, mas também devido à mudança dos padrões produtivos, que hoje procuram ser sustentáveis. (Munõz, 1996, cap. IV). Feitas essas colocações, passaremos a discutir mais a fundo quais os efeitos de todo esse quadro internacional para a questão das patentes de biotecnologia, em especial o caso brasileiro. Pretendemos adicionar mais um elemento

no já complexo debate sobre comércio e meio ambiente: a questão da propriedade intelectual e dos recursos genéticos, no caso das patentes de biotecnologia.

A propriedade intelectual de patentes de biotecnologia.

A biotecnologia é considerada nos círculos acadêmicos como a tecnologia do século 21. Trata-se de atividade científica que promove descobertas com extrema rapidez, superior hoje, por exemplo, à velocidade com que empresas de informática atualizam seus processadores de silício. Envolve recursos extremamente volumosos - os investimentos das principais indústrias farmacêuticas em pesquisa em 1996 atingiram US\$ 20 bilhões, com retorno financeira por remédio desenvolvido de US\$ 4 bilhões. Trata-se de uma área dominada por laboratórios extremamente avançados, mas que não necessariamente pertencem a grandes corporações. Muitas das inovações nesta área são feitas por pequenas e dinâmicas empresas, financiadas pelas gigantes da área farmacêutica, química e agrossementeira que compram os direitos das invenções (Carta Capital, 14.05.1997; 40) Essa apropriação do conhecimento é necessária para se atingir economia de escala e fazer com que uma descoberta se transforme em produto.

Para esclarecer qual o papel econômico da biotecnologia é importante citar algumas definições: segundo a *Organisation for Economic Cooperation and Development* - OECD, biotecnologia “é a aplicação dos princípios científicos e da engenharia no processamento de materiais, através de agentes biológicos, para prover bens e serviços” (Silveira *apud* Fiorillo e Rodrigues 1995; 146). Uma outra definição importante é do *Office of Technology Assessment* - OTA, do governo americano: “Biotecnologia, de uma forma abrangente, inclui qualquer técnica que utiliza organismos vivos (ou parte deles) para obter ou modificar produtos, melhorar plantas e animais, ou desenvolver organismos para fins específicos” (OTA *apud* Fiorillo e Rodrigues 1995; 147). Importante colocar que o debate a respeito das patentes de biotecnologia que pretendemos colocar ao longo deste capítulo diz respeito, sobretudo, a processos de *engenharia genética*, a tecnologia do DNA recombinante, “um conjunto de técnicas e atividades que permite aos cientistas identificar, isolar e multiplicar genes dos mais diversos organismos” (Fiorillo e Rodrigues 1995; 151). É o impacto econômico, político e social dessa tecnologia nas relações internacionais e nas políticas públicas é matéria desta parte do capítulo final.

A biotecnologia tem se desenvolvido em um ambiente de muita competitividade em que o conhecimento é a mercadoria principal. Neste sentido, em se tratando de uma atividade econômica cujo valor agregado do conhecimento é muito alto, a *propriedade intelectual* da biotecnologia passou a ser um “asset” muito valorizado.

Isso teve desdobramentos jurídicos e políticos muito importantes, tanto no ordenamento interno quanto no internacional. As empresas de biotecnologia fazem parte de um dos setores que mais passou a exigir dos governos garantias para a defesa da propriedade intelectual em suas legislações internas. Com efeito, a área patentária, passou por mudanças em todo o mundo. As grandes corporações passaram a pressionar por instituições e mecanismos governamentais mais eficientes de patenteamento. Por exemplo, nos EUA o Escritório de Marcas e Patentes (U.S. Patent and Trademark Office - PTO) sofreu mudanças ao longo desta década para tentar adaptar suas operações às imperatividades da globalização como, por exemplo, a aceleração científica e tecnológica ou o aumento da competição entre as empresas do ramo (Technology Review, Nov/Dec 1995).

Não apenas nos Estados Unidos, também na Europa, a maior cobertura patentária da biotecnologia esteve em evidência. O European Patent Office teve dificuldades para acompanhar as inovações e o incremento da competição nessa área (BioScience, Vol 45, No. 7, Jul/Aug 1995). O debate na Europa também envolveu questionamentos a respeito da patenteabilidade de material biológico e microorganismos.

A biotecnologia, portanto, foi uma das áreas que mais exigiu adaptações das instituições governamentais no sentido de aumentar a amplitude da proteção e, ao mesmo tempo desregular as exigências e aumentar a rapidez com que as patentes fossem concedidas.

Forçoso notar que as empresas detentoras de tecnologia do DNA recombinante são muito reduzidas, ou seja, o setor capaz de utilizar-se das inovações da biotecnologia, sobretudo o setor farmacêutico, é extremamente oligopolizado e influente. O poderio econômico dessas empresas faz com que a ingerência política junto aos governos seja muito grande.

Os desdobramentos éticos, como a proteção do meio ambiente e da vida humana, que o patenteamento de biotecnologia compreende também trouxeram

consequências para as ações e políticas do governo. As instituições norte americanas, por exemplo, a Environmental and Protection Agency, órgão responsável pela regulação ambiental, e a Food and Drug Agency (FDA), órgão responsável pelo registro de novos medicamentos, sofreram pressões poderosíssimas a respeito da regulamentação das manipulações genéticas, do exame de novos medicamentos ou do estudo do impacto ambiental. (Fiorillo e Rodrigues 1995, Cap. IV, Parte 03).

A aproximação entre assuntos da ciência e da tecnologia e as políticas governamentais foi uma tendência das últimas décadas. Houve uma mudança no padrão de relacionamento entre Estado e Sociedade no que concerne ao papel da pesquisa e da ciência (Lakoff *apud* Marques 1995). Segundo esses autores nos Estados Unidos, e o exemplo pode ser extensível a outros países da OCDE, há uma maior aproximação entre universidades e empresas, com o Estado agindo como catalisador desse processo, à medida que percebe o uso estratégico das novas tecnologias para o mercado. É notório que houve uma reorientação da ciência para atividades produtivas, que exigiu uma nova abordagem por parte do Estado em aspectos como proteção à propriedade intelectual ou maior incentivo à pesquisa. Entretanto, não se pode esquecer que o mercado hoje age como o maior incentivador da pesquisa e do uso produtivo das descobertas científicas. Na biotecnologia o mercado tem processado muito estas inovações e avanços e os governos foram obrigados a adotar uma postura mais ativa em relação ao tema.

Impelido pelas forças da globalização em curso, a missão principal do Estado, em várias partes do mundo, e não apenas nos países em desenvolvimento, passa a ser o estabelecimento de um ambiente institucional estável para garantir ao mercado condições de bom funcionamento. Nesse sentido, para nós é claro que os avanços na necessidade de proteção patentária a biotecnologia se encaixam nessa hipótese geral.

Enfim, de uma maneira geral, pode-se colocar que os efeitos da globalização sobre o Estado não se restringem aos países em desenvolvimento, também nos países desenvolvidos, e nos Estados Unidos principalmente, as corporações pressionaram para que o sistema nacional de patentes fosse mais ágil e menos rígido, particularmente no campo da biotecnologia, área onde as inovações são extremamente rápidas e que envolvem aspectos econômicos, ecológico-ambientais e científico-tecnológicos. Essa pressão extrapolou a esfera política e dos ordenamentos jurídicos internos e se expressou também no campo da política internacional.

Como foi matéria do capítulo 01, as relações internacionais foram influenciadas pelas mudanças engendradas pelos vários processos de globalização. Especificamente na questão das patentes de biotecnologia, em consequência dos vários fenômenos aqui analisados, foi formado um novo padrão jurídico internacional de proteção consagrado no acordo TRIPS do GATT/OMC. A possibilidade de avanços científicos tão rápidos, com utilização tão lucrativa e com emprego de recursos naturais em estado bruto provocou a necessidade de que as descobertas científicas, e suas aplicações tecnológicas e produtivas, fossem cada vez mais protegidas por um sofisticado mecanismo de patentes respeitado internacionalmente. O uso econômico da biotecnologia na agricultura e na medicina, área dominada por poderosas corporações transnacionais, um setor oligopolizado, exigiu o avanço da legislação internacional de propriedade intelectual.

Somada a esse aspecto jurídico, é importante mencionar, a importância da competitividade econômica e comercial na nova ordem internacional e a importância do capital transnacional para investimentos produtivos diretos. Com efeito, países e blocos com uma legislação mais eficiente no que concerne à proteção às patentes tendem a atrair mais capital direto na área de tecnologia.

A Rodada do Uruguai consagrou no TRIPS a defesa da propriedade intelectual como um dos pilares básicos da nova ordem econômica internacional. Essa nova configuração do poderio político-econômico mundial não se consumou por acaso. Ao longo da década de 80 e 90, os Estados Unidos foi o país que mais pressionou na aprovação de uma legislação internacional que respeitasse a propriedade intelectual. Como país mais avançado em termos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os Estados Unidos possuem vantagens comparativas que lhe garantem extrema competitividade, o que lhe permite, também, exigir dos demais países os mesmos padrões. O respeito à propriedade intelectual é proveitoso para os Estados Unidos e para suas empresas, que são líderes nos mercados mundiais. Assim, o pagamento de “royalties” e o combate à pirataria foi uma das tônicas da política comercial americana nos “panels” da Rodada Uruguai e até hoje suscita controvérsias com países emergentes, como a China.

Um outro importante aspecto do respeito a propriedade intelectual é que o governo norte americano agiu em estreita ligação com o setor privado do país. Com efeito, a influência e o lobby da *Pharmaceutical Manufactures Association* (PMA)

sobre as autoridades americanas para que sustentassem posições pró-indústria farmacêutica no GATT/OMC foi clara. E não apenas no setor farmacêutico o papel do setor privado foi crucial. Na indústria de informática, particularmente em *softwares*, a pressão das grandes corporações, como a Microsoft, na defesa do direito de propriedade das descobertas de novos produtos também foi vital no resultado das negociações (Vigevani 1995).

A influência do setor privado na máquina governamental norte americana se expressou na lei 301 do UTRS, conforme colocamos anteriormente, no capítulo 01. A não respeitabilidade do direito à propriedade intelectual, particularmente na esfera de atuação da PMA, a não patenteabilidade de produtos farmacêuticos por parte de muitos países do mundo em desenvolvimento foi considerada medida restritiva ao comércio pela legislação americana. No caso brasileiro, até 1996, o código de propriedade industrial, a Lei 5.772/71 não previa o patenteamento de produtos farmacêuticos. Isto suscitou muitos protestos por parte da indústria farmacêutica multinacional. Enfim, a influência do PMA foi muito forte no contencioso Brasil-Estados Unidos na questão das patentes.

Para nós é claro, e a literatura recente tem demonstrado (Tachinardi 1993, Marques 1995, Vigevani 1995), que a influência das pressões norte americanas, tanto do governo quanto das empresas, foi fundamental para a mudança do ordenamento jurídico nacional em relação a propriedade intelectual. Entretanto, como foi colocado desde o início desta dissertação, a questão do contencioso é um ponto a mais dentro do amplo espectro da globalização.

A questão da propriedade intelectual anteriormente já era regulada pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual, organismo multilateral especializado pertencente aos sistema da ONU, criado em 1992 a partir da fusão dos escritórios internacionais que administravam as Convenções de Berna (1971) e Paris (1967). Essas, convenções, todavia, dizem respeito a questões relacionadas a direitos autorais e não teriam condições de abarcar as novas e complexas dinâmicas da economia mundial caracterizada pelo aumento dos fluxos de bens e investimentos entre países, e por ser intensiva em conhecimento. O texto do TRIPS prevê a cooperação entre a OMC e a OMPI. Percebe-se, todavia, interesse dos países desenvolvidos, sobretudo dos EUA, que influenciados pelas corporações internacionais, em esvaziar a OMPI e levar para o GATT/OMC os aspectos referentes a essa matéria.

Assim, o *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*, foi aprovado na reunião final da Rodada do Uruguai, em Marrakesh, 1995. Esse acordo significou a consagração do novo padrão econômico nas relações econômicas internacionais.

A questão patentária foi contemplada na seção 5, artigo 27 do TRIPS “Matéria Patenteável” que diz

“1 ... qualquer invenção, de produto ou de processos, em todos os setores tecnológicos, será patenteável, desde que seja nova, envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial.”

Em relação à biotecnologia, a mesma seção, parágrafo 2, diz que será vedado o patenteamento de invenções que prejudiquem em algum momento a vida e o meio ambiente. No parágrafo 3, são considerados não patenteáveis

“(a) métodos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos para o tratamento de seres humanos ou de animais;
(b) plantas e animais, exceto microorganismos e processos essencialmente biológicos para a produção de plantas ou animais, excetuando-se os processos não-biológicos e microbiológicos. ...”

Esse mesmo parágrafo diz que os Membros concederão proteção a variedades vegetais e que o disposto nesse subparágrafo será revisto quatro anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio.

Conforme esses extratos demonstram, o patenteamento da biotecnologia possui outros desdobramentos, não apenas econômicos, que na nossa opinião tem que ver com aspectos ecológico-ambientais da globalização. As relações internacionais no mundo globalizado envolvem múltiplas variáveis como a mudança na forma de se encarar o acesso a biodiversidade por parte da sociedade civil transnacional. Antes de entrar na breve descrição do contencioso Brasil/Estados Unidos e nos efeitos do novo quadro internacional sobre as políticas públicas e na legislação nacional, vamos nos debruçar sobre o impacto da biodiversidade e da biotecnologia nas relações internacionais, sobretudo nas relações norte-sul, e na política ambiental global como um todo.

A biotecnologia exige utilização maciça de recursos naturais, provenientes da biodiversidade, modificando-os mas não necessariamente, causando sua destruição. O sequenciamento do DNA, por exemplo, empreendido pelo Projeto Genoma desde o início da década de 90 utilizou-se de recursos de flora e fauna e permitiu verdadeiras

radiografias genéticas de microorganismos e foi um projeto cujo impacto ambiental negativo é nulo. Existe, todavia, um impacto ético. Questiona-se até que ponto pode o homem ter acesso às técnicas que manipulam a vida de seres vivos.

A partir do Projeto Genoma, espera-se atingir o sequenciamento de todos os seres vivos, já na primeira década do próximo século. Com o acesso a biodiversidade essa empreitada torna-se mais fácil. O acesso a biodiversidade é, portanto, um fator fundamental para que as atividades na área biotecnológica possam evoluir.

A Convenção da Biodiversidade assinada na Rio-92 por quase todos países participantes naquele fórum demonstrou que existe preocupação mundial sobre os recursos genéticos mundiais. Essa convenção prevê o respeito ao acesso aos recursos ambientais da biodiversidade de forma sustentável e confere importância aos países detentores desses recursos naturais e não somente àqueles que descobrem usos econômicos de descobertas científicas. Considera-se a biodiversidade um dos maiores patrimônios da humanidade uma fonte sem precedentes para a possível descoberta de novos alimentos e remédios. O acesso a essa diversidade não pode ser regulado apenas pelas leis do mercado. Daí o próprio texto da OMC/GATT interditar o patenteamento de animais ou plantas superiores, com exceção dos microorganismos, o que já dá margem a muita controvérsia por parte de opiniões que creditam ao TRIPS um valor muito “mercantil”.

A biodiversidade e o patenteamento de organismos biológicos geneticamente modificados suscitou uma série de debates a respeito do acesso às informações geradas pela patente. Mesmo manipulados geneticamente, muito da informação contida em um novo medicamento ou tipo de alimento foi derivado ou baseado em conhecimentos prévios sobre determinada planta ou fungo, geralmente desenvolvido por populações locais. A convivência com um rico manancial de biodiversidade, ao longo de centenas de anos, permitiu a esses povos o desenvolvimento dessas capacidades. Isso é particularmente verdadeiro em países de clima tropical com florestas, como o Brasil, onde a biodiversidade é ainda mais extensa e onde ainda existem povos nativos com culturas ricas e relativamente pouco influenciadas pela civilização ocidental. É nesses países que se encontram pelo menos 50% e até mesmo 90% da biodiversidade mundial (Hurrell 1992, 400).

A partir desse prisma pode-se dar uma interpretação “Norte-Sul” para a questão da biodiversidade e da biotecnologia. Para muitos, a biodiversidade e o

conhecimento de cultivares ou de plantas ricas em propriedades medicinais é estratégica para os países do sul detentores desses recursos. Pode-se encarar a questão da seguinte maneira: as populações anteriormente detentoras do conhecimento para a utilização das plantas devem ser igualmente respeitadas e valorizadas, inclusive com a destinação de algum tipo de pagamento por esse conhecimento complexo que custou anos de observação empírica até ser descoberto e utilizado. Todavia, isso não afasta a necessidade de respeito à capacidade cognitiva, ou seja, à propriedade intelectual, para dar uso comercial de escala a esses conhecimentos.

A questão é polêmica. Por essa razão, a Convenção da Biodiversidade não foi totalmente aceita pelos Estados Unidos que manifestou algumas reservas ao texto por não ver garantias suficientes ao respeito à propriedade intelectual. (Nascimento e Silva, 1995: 115).

A legislação brasileira sobre biodiversidade, o projeto de lei do Senado nº 306, de 1995 é bastante favorável à proteção do conhecimento nativo, cita também pontos como a necessidade de acesso a tecnologia para a utilização desses recursos e o estímulo a conservação “*in situ*”, ou seja recursos em estado natural. De qualquer forma, a proposta de lei sobre biodiversidade não tem o conteúdo conflitivo que teve a questão da propriedade intelectual no início dos anos 90, nem sequer essa proposta de lei é contraditória com a nova lei de propriedade intelectual que entrou em vigor no dia 15 de maio de 1997.

Existe ainda a questão da bioética e da biosegurança, que temos mencionado ao longo do texto. Com efeito o patenteamento de organismos transgênicos, ou de microorganismos geneticamente modificados, que de alguma forma afetem a ética e a saúde humana e do meio ambiente foram largamente discutidos no país e no mundo. A lei brasileira nº 8974/95 sobre biossegurança contempla muitos destes aspectos. De qualquer forma, não é nosso objetivo fazer um exame detalhado dessas legislações. Vamos nos debruçar com um pouco mais de atenção, apenas, sobre a lei nº 9279 pois esta envolve mais diretamente os aspectos da globalização que estudamos. De qualquer forma, é importante perceber que a globalização em suas diversas formas exigiu do arcabouço jurídico nacional modificações substanciais.

No caso do patenteamento de biotecnologia fica nítida a importância das pressões norte americanas para a flexibilização do tratamento nacional a esse tema.

Embora, conforme temos demonstrado ao longo desta dissertação, a pressão dos EUA não tenha sido a única responsável.

O contencioso Brasil-EUA, primeiro na questão da informática na segunda metade dos anos 80 e, posteriormente, na questão das patentes farmacêuticas foi crucial para a mudança no padrão de proteção à propriedade intelectual no país. Nos próximos parágrafos vamos fazer uma breve discussão retrospectiva desses contenciosos para posteriormente fazer uma análise dos efeitos do cenário internacional no quadro nacional, aí incluída a lei nº 9.279.

A questão da aceitação de novos padrões de respeito da propriedade intelectual foi um dos motivos de grande controvérsia nas relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo dos anos 80 e início dos 90. Com efeito, esta década caracterizou-se por significativas mudanças no modelo de desenvolvimento na América Latina. O modelo de crescimento financiado pelo Estado esgotou-se. Da mesma forma, o modelo de política científica e tecnológica caracterizado pela intervenção estatal chegou a um termo. Os contencioso envolvendo o governo brasileiro e os Estados Unidos na informática e na área farmacêutica expressam as dificuldades de adaptação da economia e da sociedade brasileiras à nova ordem internacional.

Nesse contencioso ficou claro o papel da indústria farmacêutica internacional pressionando por uma legislação mais flexível no mercado brasileiro. O setor farmacêutico no país é controlado por empresas transnacionais que detém boa parte do mercado. A proibição de patenteamento de fármacos, como citamos anteriormente, prejudica a atuação destas empresas pois é estimulada a pirataria. A antiga legislação (Lei 5.772/71) justificava a proibição do patenteamento pela proteção a indústria nacional nascente, que precisava de ambiente estável e protegido para estimular a pesquisa científica e tecnológica⁴.

O governo Sarney foi caracterizado por uma postura nacionalista e de confronto como os Estados Unidos. O exemplo mais cabal foi o contencioso da informática (Vigevani, 1996). Neste período do o Brasil foi incluído na lista negra do USTR, o Trade Act 301, como um dos países cuja legislação prejudica o comércio com os EUA. A não aceitação da propriedade intelectual é classificada como medida

⁴Na prática isto não se evidenciou, a taxa de investimento em P&D do setor privado em atividade no Brasil é muito baixo, como foi observado na parte 03 do capítulo 01.

restritiva ao comércio e suscitou uma série de represálias por parte do governo brasileiro para limitação das exportações brasileiras aos EUA.

O governo Collor foi eleito com uma plataforma neoliberal em que a aceitação de novos padrões de foi lenta mas existiu. O lançamento das Iniciativas das Américas no governo Bush procurou lançar as bases de uma nova relação entre os EUA e a América Latina no sentido de se superar algumas áreas de atrito, ao mesmo tempo que evidenciavam a nova linha de condução da política norte americana para a região que privilegia aspectos econômicos em detrimento dos assuntos ideológicos das décadas anteriores.

Assim, o governo Collor se manifestou interessado em adotar uma legislação mais condizente com as práticas internacionais. A pressão norte-americana e de suas empresas transacionais e o novo quadro internacional caracterizado pela globalização contribui para essa mudança de rumo, além dos fatores internos que mencionamos há pouco, como o esgotamento de um modelo de desenvolvimento centrado no papel do Estado. O projeto de lei nº 824/91 é enviado ao Congresso e continha avanços significativos para os norte americanos mas ainda longe do ideal.

A permissão ao patenteamento de microorganismos foi uma das área mais polêmicas ao longo do processo de aprovação da nova legislação. As empresas transnacionais se colocaram, desde o início, favoráveis a esse tipo de patente, ao passo que as empresas nacionais e a opinião pública nacional se mostravam preocupadas com essa concessão. O argumento das empresas transnacionais justificava o patenteamento devido a necessidade de proteger não somente o conhecimento mas também os investimentos necessários para a P&D na área de biotecnologia. Os argumentos da parte nacional demonstravam preocupação com o patenteamento da vida mas também envolviam razões econômicas visto que a maioria das empresas nacionais não conseguia atingir estágios de economia de escala para empreender investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

O caso de patentes de microorganismos não causou polêmica apenas no Brasil. O primeiro caso de patenteamento de microorganismo ocorreu nos EUA em 1980, o caso Diamond x Chackrabarty no qual o Escritório de Patentes norte-americano negou o patenteamento de uma bactéria que degradava óleo cru (Varella, 1996:128; Marques, 1995). Isso para nós indica a complexidade do assunto em todo o mundo: o fato de cada vez mais os métodos científicos estarem se aproximando de

patenteamento da vida. De qualquer, essa é uma área onde os limites ainda estão impostos - o TRIPS, bem como as legislações de todo o mundo impedem o patenteamento de seres superiores.

O governo de Fernando Henrique Cardoso elegeu-se com a plataforma das reformas estruturais e com grande reconhecimento dos imperativos da globalização. Entre estes imperativos está a necessidade de fortalecer a área de ciência e de tecnologia procurando estimular o capital privado, transnacional principalmente, a arcar mais com o ônus dos investimentos desse setor.⁵ Ademais, o atual governo tenciona superar completamente os pontos de atrito entre o Brasil e os Estados Unidos, apesar de algumas controvérsias como o caso do regime automotivo ou da proibição da gasolina brasileira nos EUA devido a fatores ambientais.

A nova lei brasileira sobre propriedade intelectual foi aprovada em 15 de abril de 1996. Na nossa opinião, a lei é resposta às pressões internacionais, tanto no arcabouço multilateral quanto nas relações bilaterais, e às mudanças tecnológicas, produtivas e sociais que vêm ocorrendo no país e no mundo engendradas pela globalização.

Todavia, deve-se reconhecer que a nova lei é polêmica e causa impactos diferenciados sobre os atores nacionais. Para boa parcela da comunidade científica e tecnológica e para setores produtivos como a indústria química a lei é muito liberal e pode vir a prejudicar o desenvolvimento do país nesse setor. Essa é a posição da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina - ABIFINA para quem a nova lei concede monopólio excessivo para os detentores do conhecimento. (Oliveira, ESP, 24/02/96).⁶

Como citamos antes, dois aspectos relacionados à biotecnologia nos interessam: o patenteamento de micro organismos transgênicos e no *pipeline*.

Na questão do patenteamento de microorganismos transgênicos, a legislação brasileira permite a patenteabilidade de processos biotecnológicos e de

⁵Uma declaração do Ministro da Ciência e Tecnologia, demonstra isso: "...investimentos em pesquisa e desenvolvimento são realizados cada vez mais pela iniciativa privada voltados para o desenvolvimento de processos e produtos inovativos (nos países de industrialização mais tradicional - na Europa e EUA - as empresas arcam com cerca de 50% dos respectivos gastos nacionais com ciência e tecnologia, enquanto nos países de industrialização mais recente, como Japão e a Coreia, os gastos das empresas chegam a ser de 70 a 80% dos investimentos nacionais nessa área). Vargas, J. I. *Gazeta Mercantil*, 24/01/96. pág. A-2.

microorganismos modificados pela intervenção humana, via engenharia genética, desde que atendam aos requisitos fundamentais da patente : aplicação industrial, novidade e atividade inventiva, isto disposto no parágrafo terceiro do artigo 18 da lei 7.279. Prevê ainda, nesse mesmo artigo, o que são microorganismos transgênicos:

“Parágrafo único - Para os fins dessa lei, microorganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.”

Outra área polêmica é a que prevê a proteção de patentes para produtos em fase de desenvolvimento laboratorial ou de testes pré-industriais já patenteados no exterior pelo prazo em que restar no país em que foi originalmente concedida a patente, o chamado *pipeline*. O artigo 230 da nova Lei, consiste na permissibilidade de concessão de patentes para produtos pelo prazo remanescente de proteção no país onde foi depositado o primeiro pedido, contado a partir da data de depósito no Brasil.

A nova lei nacional é bastante liberal nesses pontos e até mais avançada que o TRIPS. Na questão dos prazos igualmente. Enquanto a OMC permite quatro anos para adequação das legislações nacionais a essas normas. A lei brasileira coloca o prazo de apenas um ano para a adequação. Assim a lei brasileira entrou em vigor no dia 15 de maio de 1997.

Aspectos relacionados ao pipeline e as patentes de microorganismo geneticamente modificados relacionam-se à novas áreas de fronteira científico-tecnológica em que a inovação é fundamental para a diferenciação competitiva das empresas. As empresas transnacionais sabem que a informação/conhecimento intensivo é vital para produzir patentes. Assim proteger o conhecimento e a propriedade intelectual é a chave desse processo de diferenciação. Daí a pressão em cima do governo brasileiro, por parte das empresas transnacionais e dos governos estrangeiros, para modificar a legislação nacional nessa matéria.

⁶Declarações do presidente da ABIFINA, Kurt Politzer, mostraram que o impacto da lei sobre esse setor foi muito grande acarretando, inclusive, o fechamento de várias empresas nacionais. Seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia realizado na Câmara dos Deputados em 18 e 19/04/97.

Na questão do prazo, a impressão que se tem é que o governo teve a intenção de restringir o período para que a lei entrasse em vigor a fim de estimular a atração dos investimentos estrangeiros nessa área.

De maneira geral, pode-se dizer que a lei brasileira é bastante liberal em vários aspectos.

Enfim, para concluir esse último capítulo do trabalho, percebe-se que o caso do Comércio Internacional, do Meio Ambiente e do patenteamento da biotecnologia é um exemplo paradigmático das novas configurações do mundo, também conhecidas como globalização, que obrigam o Estado a modificar sua maneira de abordar tanto a política interna quanto a política externa. Em todo o mundo, os organismos governamentais e o arcabouço jurídico procuraram se adaptar a nova realidade das patentes e da biotecnologia. Nesse sentido, a nova legislação brasileira também é uma resposta a essas dinâmicas.

Concluído este capítulo, a algumas últimas considerações teórico-conceituais serão retomadas na parte final.

Conclusão e Considerações Finais

Essa dissertação discutiu as transformações do mundo vem sofrendo no final do século XX. A globalização, esse conceito que pode até passar por um desgaste devido a seu uso excessivo, não é apenas neologismo ou modismo conceitual. A globalização é um fenômeno histórico perceptível que tem conseqüências profundas sobre a vida dos países e das pessoas quase que diariamente. A intenção foi fazer uma análise sobre três áreas da globalização que influenciam a capacidade de atuação do Estado tanto na arena interna quanto na arena internacional. Na questão do comércio internacional, do meio ambiente e das patentes de biotecnologia os processos de globalização econômica, ecológico-ambiental e científico-tecnológica se evidenciam na prática.

Sem tomar partido de determinada posição ideológica, o trabalho assume algumas hipóteses a respeito do poder e do papel do Estado nas relações internacionais e nas políticas públicas neste final de século. A primeira delas é bastante óbvia e foi colocada desde o início da dissertação: o Estado, como organização política e institucional, tem perdido poder nessas arenas tanto para empresas transnacionais quanto para ONGs e até mesmo para indivíduos. Dentro da linha pluralista das Relações Internacionais, a multiplicidade de atores interdependentes em uma sociedade verdadeiramente global (o Sistema Global) mina o poder estatal, sobretudo no aspecto econômico mas não somente neste. A multiplicação de temas que se tornam verdadeiramente “transnacionais” também modifica a maneira de o Estado se comportar nas relações internacionais e nas políticas públicas. É o fim da dicotomia, high politics e low politics. O exemplo do comércio internacional, do meio ambiente e das patentes de biotecnologia, mostrado com mais ênfase no capítulo final mas sem intenção de detalhamento, visa mostrar isso.

Apesar de tudo, desde o início assumimos que o Estado ainda é o ator mais poderoso e que ainda detém instrumentos valiosos para canalizar as diversas variáveis dos processos de globalização. Esses instrumentos não são apenas os meios de coerção tradicionais como o poder de polícia e o monopólio da força, dentro da linha hobbesiana. Esses instrumentos são mecanismos complexos que ajudam a controlar o mercado, ou seja, são legislações e políticas públicas verdadeiramente efetivas que contemplam as novas variáveis. Na nossa opinião Lei de Patentes, assim como a Lei

de Biossegurança ou o Projeto de Lei sobre Biodiversidade são exemplos dessa tentativa do Estado brasileiro de se adaptar proveitosamente das novas dinâmicas da globalização.

O controle sobre as variáveis da globalização podem, ainda, ser potenciados mediante aplicação de mecanismos de governabilidade global. A governabilidade global encontra-se mais evoluída em áreas onde a globalização é mais intensa, notadamente, na área econômica, onde instituições como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o BIS (Bank of International Settlements) garantem algumas regras do jogo, Ainda assim há grande incerteza como no caso dos capitais “hot money”. Em áreas como o meio ambiente e ciência e tecnologia não existem instituições tão adiantadas, mas os regimes (como os regimes ambientais -Convenção sobre a Biodiversidade, Convenção sobre Mudança Climática) são embriões para que a sejam atingidos padrões de governabilidade global.

A segunda hipótese diz respeito à supremacia do forças de mercado sobre o Estado que tentamos discutir ao longo do texto, sobretudo na parte teórica. Essa relação, que é uma das questões básicas da economia política, ao nosso ver tem sido colocada como uma dicotomia. Na verdade, assumimos que a dicotomia Estado x Mercado não é totalmente verdadeira. Para isso procuramos utilizar alguns instrumentos teóricos que demonstram que o Estado tem utilizado do mercado de forma proveitosa para atingir a maximização da alocação dos recursos (Ótimo de Pareto). A figura do agente e do principal que colocamos na parte teórica. Na verdade assumimos que existe uma “globalização” do Estado à medida que passa-se a usar de forma proveitosa de mecanismos do mercado globalizado para a alocação máxima dos recursos. Isso é certamente verdade em políticas econômicas ou pode vir a se tornar na política de ciência e tecnologia. Todavia na área da política social pode não ser. Aqui existe uma erosão muito grande do poder estatal com a crise do Welfare State em que ainda não foi achada uma alternativa. A questão do desemprego é um destes gargalos, talvez o mais sério, em que a globalização tem efeitos negativos.⁷

Enfim o que pretendemos colocar é que globalização significa um aumento das forças de mercado. Mas não necessariamente uma retirada total do Estado. Em

⁷Porém é imperioso notar que os níveis de desemprego têm variado em países da OCDE e do mundo em desenvolvimento, alguns países, mesmos com a globalização tem conseguido manter o nível de emprego.

algumas áreas o Estado consegue controlar bem as variáveis do mercado de forma proveitosa, em outros não há esse controle. Por essas razões consideramos que “globalização” não pode ser confundida como “neoliberalismo”.

Os exemplos tentamos mostrar vão nesse sentido, embora devamos reconhecer que a parte empírica dessa dissertação é muito reduzida visto que a intenção aqui foi muito mais fazer um debate conceitual. Na questão do meio ambiente, do comércio internacional e da biotecnologia existe a constatação de que o mercado e as forças transnacionais passam a exigir novas abordagens do Estado, de seus organismos governamentais e de seu arcabouço jurídico. Sobretudo na biotecnologia, esse ramo do conhecimento humano que a cada dia tem novas e surpreendentes inovações reveladas pelos meios de comunicação, como a clonagem da ovelha escocesa Dolly.

Bibliografia

- ABRUCIO, Fernando. “O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente”, ENAP, Brasília, 1996.
- ANCARANI, Vittorio. “Globalizing the World - Science and Technology in International Relations”. In: JASANOFF, Sheila et alli. *Science, Technology and the State*. Thousand Oaks e Londres: FAGE in Cooperation with the Society for Social Studies of Science. 1995.
- ARCELA, Nina Regina. “O Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro: Estudo de Caso em Política Exterior sob a Perspectiva do Processo Decisório”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Setembro de 1992.
- BAKER FOX, Annete. “Environment and Trade: the NAFTA Case”. *Political Science Quarterly*. Vol. 110, nº 01, 1995.
- BARBOSA, Rubens Antônio. “Brasil, Globalização e Meio Ambiente”. In: *Comércio e Meio Ambiente - Direito, Economia, Política*. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente e Centre for International Environmental Law, 1996.
- BERGSTEIN, Fred. “Competitive Liberalisation and Global Free Trade: A Vision for the Early 21st Century”. *APEC Working Paper* 96-115. INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS, 1996.
- BERGSTEIN, Fred. “O Primado da Economia”. *Enfoque Econômico*, nº 02, 1993.
- BENJAMIN, César. “Lei de Patentes - Está Entregue”. *Revista Atenção*. ano 2, n.4, 1996.
- BIESTEKER, Thomas. “Evolving Perspectives on International Political Economy: Twentieth Century Contexts and Discontinuities”. *International Political Science Review*. Vol. 14, nº 1. 1993.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado na América Latina - Para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- BROWN, Janet Welsh e KIMBALL, Lee. “Needed: New Rules and Mechanisms for Dealing with Trade and Environment in the Western Hemisphere”. In: MUÑOZ, Heraldo e ROSENBERG, Robin (edits.). *Difficult Liaison: Trade and the Environment in the Americas*. Transaction Publishers, 1993.
- BUTLER, “Environmental Protection and Free Trade: Are They Mutually Exclusive?” In: FRIEDEN, Jeffry e LAKE, David. *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*. 3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. *Política e Políticas de uma Energia Alternativa - o caso do Proálcool*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

CERNY, Philip G.. “Globalization and the changing logic of collective action”. *International Organisation*. Vol. 49, nº4, Autumn 1995.

COOPER, Richard N.. “United States Policy Towards the Global Environment”. In: HURRELL, Andrew e KINGSBURY, Benedict. *The International Politics of the Environment - Actors, Interests, and Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1992.

COX, Robert. “Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method”. In: *Gramsci, Historical materialism and international relations*. GILL, Stephan (ed.). Cambridge University Press, 1993.

DALY, Herman E. “Problemas em Matéria de Comércio Internacional: Posições Neoclássicas e de Estado-Estável”. In: *Comércio e Meio Ambiente: Economia Direito e Política*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Meio Ambiente, 1996.

DE LA MOTHE, John e DUFOUR, Paul R.. “Techno-Globalism and the Challenges to Science and Technology Policy”. *Daedalus*. Vol. 124, nº 2, Spring 1995.

DI CERIZANO, Renato Carlos Sersale. “The Environment and International Agriculture Trade: The Implications of Protectionism”. In: MUÑOZ, Heraldo e ROSENBERG, Robin (eds.). *Difficult Liaison: Trade and the Environment in the Americas*. Transaction Publishers, 1993.

DRUCKER, Peter. *Sociedade Pós-Capitalista*, São Paulo, Pioneira, 1993.

DRUCKER, Peter. “The Changed World Economy”, *Foreign Affairs*, Spring, 1996.

EICHNGREEN, Barry. “Hegemonic Stability Theories of the International Monetary System”. In: FRIEDEN, Jeffrey e LAKE, David (eds.). *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*. 3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996

EVANS, Peter. “Predatory development and apparatuses”. *Sociological Forum*, n.4, 1987.

FIORILLO, Celso A. Pacheco e RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Direito Ambiental e Patrimônio Genético*. Del Rey. Belo Horizonte 1996.

FISHLOW, Albert. “Latin America and the United States in a Changing World Economy”. In: LOWENTHAL, Abraham e TREVERTON, Gregory (eds.). *Latin America in New World*. Boulder, Westview Press, 1994.

FRENCH, Hillary. “Reconciling Environment and Trade”. In: BROWN, Lester (org.). *State of the World*. New York. Norton, 1993.

FRISCHTAK, Cláudio e GUIMARÃES, Eduardo A.. “O sistema nacional de inovação: estratégia para seu reordenamento”. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Desenvolvimento, Tecnologia e Governabilidade*. São Paulo, Nobel, 1994.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro. Rocco. 1992.

GILL, Stephen. “Epistemology, ontology, and the ‘Italian school’”. In: *Gransci, Historical materialism and international relations*. GILL, Stephan (ed.). Cambridge University Press, 1993.

GILPIN, Robert. “A nova ordem política e econômica mundial”. In: MARTINS, Luciano e VELLOSO, João Paulo dos Reis (edits.). *A Nova Ordem Internacional em Questão*, 2ª ed São Paulo, José Olympio, 1993.

GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations*. Princeton, University Press, 1987.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. “Da oposição entre o Desenvolvimento e Meio Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva do Sul. In: *Temas de Política Externa Brasileira - Volume 1*. FONSECA JR. Gélson e NABUCO DE CASTRO, Sérgio Henrique (org.) São Paulo, Paz e Terra, 1994.

GUIMARÃES, Roberto P.. *Politics and Environment in Brazil: The Ecopolitics of Development in the Third World*. Bolder e Londres, Lynne Rienner Publishers, 1994.

HAAS, Ernst, WILLIAMS, Mary Pat e BABAI, Don . *Scientists and World Order: The Uses of Technical Knowledge in International Organisations* . University of California Press, 1977.

HAGGARD, Stephan. “Inflation and Stabilisation”. In: FRIEDEN, Jeffry e LAKE, David. *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*.3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996

HAGGARD, Stephan e MOON, Chung-in. “The South Korean State in the International Economy: Liberal, Dependent or Mercantile?”. In: FRIEDEN, Jeffry e LAKE, David. *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*.3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996

HAGGARD, Stephan. “The Reform of the State in Latin America” , Conferência Anual sobre Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, Rio de Janeiro, 12-13 de junho, 1995.

HAIGH, Nigel. “The European Community and International Environmental Policy”. In: HURREL, Andrew e KINGSBURY, Benedict. *The International Politics of the Environment - Actors, Interests, and Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1992.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations*. London, Macmillan Press. 1994.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos - O breve século XX 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras.1995.

HOLMES, M e SHAND, D.. “Management reform: some practitioner perspectives on the past ten years”, *Governance*, vol. 8, n. 4, 1995.

HOUSMAN, Robert. “Como Conciliar Comércio e Meio Ambiente: Algumas Lições do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio - NAFTA”. In: *Comércio e Meio Ambiente: Economia, Direito e Política*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Meio Ambiente, 1996.

HURREL, Andrew. “Brazil and the International Politics of Amazonian Deforestation”. In: HURREL, Andrew e KINGSBURY, Benedict. *The International Politics of the Environment - Actors, Interests, and Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1992.

IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

JAPIASSU, Daniel. “O futuro é verde - a biotecnologia, hoje um negócio de US\$ 20 bilhões, vai dominar a ciência”. *Carta Capital*, 14 de maio de 1997.

KAPSTEIN, Ethan. “Os Trabalhadores e a Economia Mundial”. *Foreign Affairs*, Edição Brasileira, número 1, outubro/1996.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony - Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 2ª ed. Boston, Harper Collins Publishers 1989.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências - Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Campus 1987.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 1993.

KRASNER, Stephan. “State Power and the Structure of International Trade”. In: FRIEDEN, Jeffrey e LAKE, David. *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*. 3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996

KRUGMAN, Paul. “Competitiveness: a Dangerous Obsession”. *Foreign Affairs*. Março/Abril 1994.

KRUGMAN, Paul. “Dutch Tulips and Emerging Markets” *Foreign Affairs*. Julho/Agosto 1995.

LAFER, Celso. “Política Externa Brasileira: Três Momentos”, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LEBOW, Richard Ned. “The long peace, the end of the cold war, and the failure of realism”. *International Organisation*. Vol. 48, nº 2, Spring 1994.

LEI n.º 9.279 sobre Propriedade Intelectual de 15 de abril de 1996.

LEVY, Marc A.. “Is the Environment a National Security Issue?”. *International Security*. Vol. 20, nº 2. Primavera de 1994.

- LIMA, Maria Regina Soares. “A Economia Política da Política Externa Brasileira: uma Proposta de Análise”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. IRI/PUC, n. 12, Jul-Dez 1990.
- LIST, Martin e VOLKER, Rittberger. “Regime Theory and International Environment Management”. In: HURRELL, Andrew e KINGSBURY, Benedict. *The International Politics of the Environment - Actors, Interests, and Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1992.
- LOW, Patrick. “The International Location of Polluting Industries and the Harmonisation of Environmental Standards”. In: MUÑOZ, Heraldo e ROSENBERG, Robin (eds.). *Difficult Liaison: Trade and the Environment in the Americas*. Transaction Publishers, 1993.
- MACNEIL, Jim, WINSEMIUS, Pieter e YAKUSHIJI, Taizo. *Para Além da Interdependência - A Relação entre a Economia Mundial e a Ecologia da Terra*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- MARKOVITCH, Jacques. “A questão da competitividade”. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Desenvolvimento, Tecnologia e Governabilidade*. São Paulo, Nobel, 1994.
- MARQUES, Marília Bernardes. *Patenting Life: Foundations of the Brazil-United States Controversy*. Health Policy Series n. 13, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINS, Luciano. *O Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, Luciano “Ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder”. In: MARTINS, Luciano e VELLOSO, João Paulo dos Reis (eds.). *A Nova Ordem Internacional em Questão*, 2ª ed São Paulo, José Olympio, 1993.
- MELO, Marcos André. “Governance e Reforma do Estado: o paradigma do agente-principal”. *Revista do Serviço Público*, ENAP, 1996.
- MELLO E SILVA, Alexandra, “Política Externa de JK: Operação Panamericana”. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 1992.
- MINEIRO, Procópio. “Patentes - Sinal de Alerta no Desenvolvimento”. *Ecologia e Desenvolvimento*. ano 6, n. 62. Dezembro - 1996/Janeiro - 1997.
- MONETA, Carlos. “Alternativas de Integração no Contexto de Globalização”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 01, Jan-Jul 1993.
- MUMME, Stephen. “Environmentalists, NAFTA, and North American Environmental Management”. *Journal of Environment & Development*. Vol. 2, n.1, 1993.
- MUÑOZ, Heraldo. *A Nova Política Internacional*. São Paulo, Alfa-Omega, 1996.
- MUÑOZ, Heraldo e ROSENBERG, Robin (eds.). *Difficult Liaison: Trade and the Environment in the Americas*. Transaction Publishers, 1993.

NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio. *Direito Ambiental Internacional*. Rio de Janeiro, Thex Editora, Biblioteca Estácio de Sá. 1995.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. Relatório sobre Governança Global. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NORTH, Robert. *War, Peace, Survival* Boulder, Colorado, Westview Press. 1990.

NUNES, Edson. *Política e Insulamento Burocrático: A Economia Política do Desenvolvimento Brasileiro*, mimeo, ENAP, 1996.

OLIVEIRA, Nelson. “Patentes e desenvolvimento tecnológico”. *Estado de São Paulo*, 24/02/96.

OLSON, Mancur. “*The Logic of Collective Action*”. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1971.

O’DONNELL, Guillermo. “Sobre o Estado, a Democratização e alguns problemas conceituais. Uma visão latinoamericana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas”. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 36, 1994.

OMESTAD, Thomas. “Selling Off America”. In: FRIEDEN, Jeffrey e LAKE, David (eds.). *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*. 3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. “Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual”. 1995.

OSBORNE, David e GAEBLER. Ted. *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília. MH Comunicação, 1995.

PEARSON, Charles S.. “O Vínculo entre Comércio e Meio Ambiente: O que há de novo desde 1972?”. In: *Comércio e Meio Ambiente: Economia, Direito e Política*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Meio Ambiente, 1996.

PIDDINGTON, Kenneth. “The Role of World Bank”. In: HURRELL, Andrew e KINGSBURY, Benedict. *The International Politics of the Environment - Actors, Interests, and Institutions*. Oxford, Clarendon Press, 1992.

PORTER, Porter e BROWN, Janet Welsh. *Global Environment Politics*. Boulder, Westview Press, 1991.

POWELL, Robert. “Anarchy in International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate” *International Organization*, Vol 48. nº 2. 1994.

POWLEDGE, Fred. “Who owns rice and beans? - The Patent Office’s seeming shift on broad biotechnology patents still leaves unanswered questions about plant germplasm”. *Bioscience* Vol. 45, n. 7. Julho/Agosto 1995.

PREBISH, Raul. “Commercial Policy in the Underdeveloped Countries”. *American Economic Review, Paper and Proceedings*. Vol. 49, n.02. Maio 1959.

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PRZEWORSKY, Adam. "On The Design of the State: A Principal Agent Perspective". Paper apresentado no seminário "Reforma do Estado na América Latina e no Caribe". Maio de 1996.

ROSECRANCE, Richard. *The Rise of Trading State*. Nova Iorque, Basil Books, Inc. Publishers, 1984.

ROSENAU, James. "*Turbulence in World Politics: a Theory of Change and Continuity*". Princeton, Princeton University Press, 1990.

ROSENAU, James. "Citizenship in a Changing Global Order" in ROSENAU, J. e CZEMPIEL, E (eds), *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge. Cambridge University Press, 1992.

ROSENAU, James. "Les Processus de Mondialisation: Substantive Retombées. Changements Élusives et Simbolique Subtile". *Études Internationales*, Vol. 24, Setembro 1993.

SANDERSON, Steve. "Policies without Politics: Environmental Affairs in OECD-Latin American Relations in the 1990's". In: HARTLYN, Jonathan, SCHOULTZ, Lars e VARAS, Augusto (edits.), *The United States and Latin America in the 1990's*. The University of North Carolina Press, 1992.

SAUNDERS, J. Owens. "Trade and environment: the fine line between environmental protection and environmental protectionism. *International Journal*. Vol. 47, n. 04, 1992.

SANT'ANA, José. "The Crisis of the State in Latin America: Public Debt and Fiscal Deterioration". Discussion Paper nº 108, University of Manchester, 1993.

SHRUN Wesley e SHENHAV Yehouda. "Science and Technology in Less Developed Countries". In: *Science, Technology and the State*. . In: JASANOFF, Sheila et alli. *Science, Technology and the State*. Thousand Oaks e Londres: FAGE in Cooperation with the Society for Social Studies of Science. 1995.

SHULMAN, Beth. "Patent Medicine". *Technology Review*. November/December 1995.

SILVA, Ricardo e BRAVO, Alice M.P.. "Comércio Exterior e Meio Ambiente". *Revista do BNDES*. Vol. 01, n. 01, 1994.

STIEGLER, George J. "The Theory of Economic Regulation". *The Bell Journal of Economics and Management Science*. Vol. 2, n. 1, Spring 1971.

STRANGE, Strange. STOPFORD, John e HENLEY, John S.. *Rival States, Rival Firms - Competition for World Market Shares*. Cambridge, Inglaterra, Cambridge University Press, 1991.

STRANGE, Susan. *States and Markets*. 2 ed. Londres e Nova Iorque. Pinter Publishers, 1988.

STRANGE, Susan. "The Defective State". *Daedalus - Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. Vol. 124, n. 3, Summer 1995.

SOTO, Álvaro. "The Global Environment a Southern Perspective". *International Journal*. vol.47, nº 4, outono de 1992.

TARZI, Shah. "Third World Governments and Multinational Corporations". In: FRIEDEN, Jeffrey e LAKE, David (edits.). *International Political Economy - Perspectives on Global Power and Wealth*. 3ª ed. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996.

TAVARES DE ARAUJO JR. José. "Política Industrial e Livre Comércio". In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Desenvolvimento, Tecnologia e Governabilidade*. São Paulo, Nobel, 1994.

TACHINARDI, Maria Helena. *A Guerra das Patentes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

THE ECONOMIST. Várias edições.

TONELSON, Alan. "The Perils of Techno-Globalism", *Issues in Science and Technology*. Summer 1995.

VARELLA, Marcelo Dias. *Propriedade Intelectual de Setores Emergentes*. São Paulo. Ed. Atlas. 1996.

VARGAS, José Israel. "A nova lei de propriedade intelectual". *Gazeta Mercantil*, 24/01/96.

VIOLA, Eduardo. *As dimensões do Processo de Globalização e a Política Ambiental Global* (mimeo.). XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1995.

VIOLA, Eduardo. *A Globalização e a Política Ambiental no Brasil da Década de 90* (mimeo.). XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1994.

VIOLA, Eduardo. "A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995". In: *Incertezas da governabilidade na globalização*. FERREIRA, Leila e VIOLA, Eduardo. Campinas - SP, Editora da UNICAMP, 1996.

VIGEVANI, Tullo. *Meio Ambiente e Relações Internacionais: a Questão dos Financiamentos Internacionais*. Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais 31. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, set. 1994.

VIGEVANI, Tullo. *O Contencioso Brasil x Estados Unidos da Informática - Uma Análise sobre Formulação de Política Exterior*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, EDUSP, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Patterns and Perspectives of the Capitalist World-Economy". In: VIOTTI, Paul e KAUPPI, Mark. *International Relations Theory - Realism, Pluralism, Globalism*. New York, Macmillan Publishing Company, 1987.

WAN DER WEE, Hermam. *Prosperity and Upheaval - The World Economy 1945-1980*. Londres, Penguin Books, 1984.

WARPNER, Paul. "Politics Beyond the State: Environmental Activism and World Civic Politics". *World Politics*. Vol. 01, n.º. 03, April 1995.

WATHEN, Tom. "Um Guia para o Comércio e o Meio Ambiente". In: *Comércio e Meio Ambiente: Economia Direito e Política*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Meio Ambiente, 1996.

WORLD TRADE ORGANIZATION a, Trade and Environment Bulletin n. 01, "First meeting of the WTO committee on trade and environment establishes work programme for 1995 and opens discussion on exports of domestically prohibited goods", march 1995. (<http://www.wto.org/wto/Trade+Env/tel.html>).

WORLD TRADE ORGANIZATION b, Trade and Environment Bulletin n. 04, "Relationship between environmental policies and WTO services and intellectual properties agreements examines", august 1995. (<http://www.wto.org/wto/Trade+Env/tel.html>).